

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TESE

**Homem, natureza e sensibilidades ambientais:
as concepções de áreas naturais protegidas**

Regina Maria de Fátima Camargos

2006



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**HOMEM, NATUREZA E SENSIBILIDADES
AMBIENTAIS: AS CONCEPÇÕES DE
ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS**

REGINA MARIA DE FÁTIMA CAMARGOS

Sob a Orientação da Professora
Silvana Gonçalves De Paula

Tese submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
Doutor em Ciências, no Programa
de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Rio de Janeiro, RJ
Novembro de 2006

333.78316 C172h T	<p>Camargos, Regina Maria de Fátima</p> <p>Homem, natureza e sensibilidades ambientais: as concepções de áreas naturais protegidas / Regina Maria de Fátima Camargos. – 2006.</p> <p>101 f.</p> <p>Orientador: Silvana Gonçalves de Paula.</p> <p>Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.</p> <p>Bibliografia: f. 101</p> <p>1. Unidades de conservação – Teses. 2. Meio ambiente – Preservação – Teses. 3. Parques nacionais – Brasil – Teses. I. Paula, Silvana Gonçalves de. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.</p>
-------------------------	---

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

REGINA MARIA DE FÁTIMA CAMARGOS

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração em Natureza, Ciência e Saberes.

TESE APROVADA EM 08 / 11 / 2006

Dra. Silvana Gonçalves de Paula (UFRRJ)
(Orientadora)

Dra. Heloísa Soares de Moura Costa (UFMG)

Dr. Ricardo Benzaquen de Araújo (IUPERJ)

Dra. Maria José Carneiro (UFRRJ)

Dr. John da Cunha Comerford. (UFRRJ)

Dr. Amir Geiger. (UERJ)

Dr. Héctor Alimonda (UFRRJ)

A minha mãe, Consuelo Mialaret Camargos, pelo incentivo,

a Eustáquio Camargos Vaz, meu sobrinho, de quem se pode dizer,

“se o senhor não conheceu esse homem, deixou de certificar que qualidade de cabeça de gente a natureza dá, raro de vez em quando”.

Há muito que agradecer. Devo a oportunidade de permanecer no Rio para cursar o doutorado ao apoio de profissionais do Sistema Ambiental do Estado de Minas. Agradeço especialmente a José Carlos Carvalho, Celso Castilho de Souza, Humberto Candeias e Willer Hudson Pós, ressaltando, ainda, a dedicação especial de Sandra Mara Esteves.

Para a elaboração do trabalho, foi fundamental o apoio de amigos que colaboraram com a pesquisa, disponibilizando documentos e se envolvendo diretamente com minha curiosidade pelo tema, além de fornecer apoio logístico fundamental para a concretização dos estudos. Agradeço a Eli de Fátima Napoleão de Lima, Fernando Antônio Camargos Vaz, Ilson Gonçalves, Maria Imaculada Carvalho Leão, Celina Marques de Oliveira, Maria Cristina Nunes de Queiroz, Andréia Camargos Rocha, Silvana Almeida, Cláudia Espíndola e Leila Araújo Sousa. Agradeço, especialmente, à ajuda gentil de Cláudio Francisco Severino, que realizou um trabalho perspicaz de pesquisa documental nas bibliotecas, livrarias e sebos do Rio. Agradeço, ainda, a Sílvia Raquel Magalhães, por dados fornecidos em tempos passados.

Lembro a importante oportunidade de diálogo que me proporcionaram Ricardo Benzaquén de Araújo, John da Cunha Comerford, Roberto José Moreira e Henri Acselrad.

Quero ressaltar a importância da companhia das pessoas queridas nos tempos do Rio e da amizade de Silvana Gonçalves De Paula, Cláudia Espíndola, Eli de Fátima Napoleão de Lima, Raimundo Nonato dos Santos, Mônica Torrent Lanna e de toda a família de Onofre Laerte Camargos.

Agradeço ao carinho e compreensão de minha família, que acompanhou e torceu pelo resultado em Belo Horizonte.

Meu agradecimento especial a Silvana Gonçalves De Paula, pela orientação ao mesmo tempo precisa e respeitosa para com meu entusiasmo pelo tema. Sua presença constante fez sua experiência e seu preparo intelectual participarem ativamente da elaboração deste trabalho.

RESUMO

CAMARGOS, Regina Maria de Fátima. **Homem, natureza e sensibilidades ambientais: as concepções de áreas naturais protegidas.** 2006. 101p. Tese (Doutorado em Ciências). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2000.

O trabalho discute a naturalização do conceito atual de unidades de conservação. Para evidenciar a dimensão histórica e, portanto, plural da idéia de áreas naturais protegidas, são retomados os discursos fundadores da criação do Yellowstone e do Parque Nacional do Itatiaia. Por meio do exame desse material, é detectada a superação das representações de natureza e de parques naturais que prevaleceram no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, segundo as quais o ambiente natural constituía cenário propício para a formação ética, estética, religiosa, cognitiva e cívica do homem. Dessa superação, resulta o predomínio de uma sensibilidade ambiental que, ao contrário, preconiza o isolamento dessas áreas *vis a vis* a presença humana, com base na defesa do valor intrínseco da biodiversidade.

ABSTRACT

CAMARGOS, Regina Maria de Fátima. **Humankind, nature and environmental sensibilities: the notions of protected natural reserves.** 2006. 101 p. Tese (Master Science) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2000.

The thesis discusses the naturalization of the current notion of environmentally protected areas. In order to show the historical – and thus plural – dimensionality of the idea of protected natural areas, it examines the founding discourses that were at play at the time of the creation of Yellowstone and of the Parque Nacional do Itatiaia. The analysis of this material demonstrates the passing away of the representations of nature and natural reserves that were dominant in the 19th century and the beginning of the 20th century, according to which the natural environment constituted a propitious scenario for the ethical, aesthetic, religious, cognitive and civic formation of humankind. The further development of ideas on this topic resulted in the dominance of an environmental sensibility that – in contrast to the previous approach – emphasizes the importance of the isolation of these areas *vis a vis* human presence as the basis of the defence of the intrinsic value of biodiversity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - As primeiras áreas protegidas	6
Caçadores e ociosos	9
Uma foto desbotada: as Florestas de Caça	14
Para o prazer e o benefício das pessoas	20
Para o benefício da nação	29
CAPÍTULO II - Parques nacionais para o Brasil dos anos trinta	32
Belezas comparáveis	33
O patrimônio florestal	44
Entre a flora e a árvore: os jardins botânicos	48
Entre a floresta e a árvore: os parques nacionais	52
CAPÍTULO III - Os parques brasileiros para a sensibilidade ambiental contemporânea	59
Os antigos monumentos naturais	61
Visitação <i>versus</i> preservação	68
O patrimônio ecológico e os grupos sociais	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

INTRODUÇÃO

A preservação da paisagem, objeto de um desejo em ascensão, constitui, ao mesmo tempo, uma fonte de proveito, uma ocasião de conflitos, um instrumento de poder e um jogo identitário.

Corbin

Neste trabalho, optou-se por discutir o tema da conservação de áreas naturais, focalizando as funções simbólicas que essas áreas absorveram no contexto brasileiro. Trata-se, portanto, de perceber a questão da preservação da paisagem como um jogo identitário, no qual se pode acompanhar o processo constante de deslocamento por que passam os significantes e os significados.

A natureza do enfoque veio da curiosidade que a experiência profissional incitou ao longo de anos de trabalho com a gestão de reservas naturais. Na vivência cotidiana, lida-se com o conceito legal de unidades de conservação, tomando-o como uma diretriz a ser viabilizada. No diálogo com as situações práticas, no entanto, é possível perceber como esse ideário condensa uma ideologia precisa.

Segundo o arcabouço legal, atribui-se às áreas protegidas o papel de remanescentes de natureza, testemunhos de ambientes originais assimilados como áreas, essencialmente isoladas, a serem mantidas intocadas. Há, portanto, uma premissa de exclusão da história do homem desses ambientes, uma premissa que tem ressonância nas mais detalhadas formas de atuação sobre esses locais. Na escolha da arquitetura das edificações de reservas naturais (portaria, alojamento de pesquisadores, laboratórios, restaurantes, hotéis), é comum se adotar uma postura que procura amenizar a presença humana nesses locais. Assim, busca-se escolher materiais, formas e dimensões que podem se mesclar às configurações morfológicas do meio em que se situam. O mesmo se pode dizer das vias de acesso de veículos, trilhas, instalações elétricas e sanitárias, etc. Nesses projetos de intervenção, é como se o homem devesse ser submetido a uma roupagem de disfarce ou camuflagem, resultante de uma espécie de culpa por adentrar o ambiente natural. Essa mesma premissa direciona as atividades de educação ambiental, de desenvolvimento de pesquisas científicas, de divulgação da área, ou seja, permeia as diversas funções da preservação ambiental em sua rotina. Em suma, a presença humana deve ser não só o menos invasiva, como também o mais invisível possível.

Mais interessante ainda é remarcar um comportamento similar quando se trata de lidar com o passado dos locais demarcados para proteção. Trabalha-se, *a priori*, com a idéia de um espaço sem temporalidade, tomando-se, freqüentemente, o estado atual dessas áreas como permanente. É comum, nos estudos preliminares sobre as áreas a serem protegidas, que as ocupações humanas anteriores sejam desconsideradas, ou consideradas como um equívoco a ser desfeito no presente, a fim de que seja viabilizada a delimitação das reservas. Na maioria das vezes nem mesmo se cogita sobre a existência de ocupações anteriores, principalmente quando o espaço é avaliado como propício e adequado à preservação, em vista de seu

potencial de figurar como unidade de conservação. O ambiente natural é tido, assim, como um ambiente historicamente não-socializado e considerado ontologicamente natural.

Esse pressuposto da omissão da história ultrapassa o campo das atividades oficiais de gerenciamento de reservas e pode ser observada na própria sensibilidade que é atualmente construída em relação ao tema. No que diz respeito à temporalidade das reservas, há, é claro, conhecimento da atualidade do ato de demarcação de cada área estabelecida, pois a criação de unidades de conservação é comumente divulgada pela mídia. Nesses casos, existe a percepção de que o estabelecimento de reservas se processa como resultado de uma conscientização dos problemas ecológicos atribuída às décadas mais recentes. Não é incomum, por outro lado, que as pessoas estranhem saber sobre a data de criação das primeiras áreas protegidas, pois que se acredita que a instituição de reservas constitua uma prática antiga, ou mesmo permanente. Esse paradoxo de percepções aponta para um esvaziamento da temporalidade, ou seja, para a diluição das concepções históricas implicadas nas concepções de natureza e reserva ambiental. Em outras palavras, tal dualidade de percepções acompanha a concepção de espaço natural nunca ocupado, espaço eterno, percepção que se coloca como um óbvio imediato.

É precisamente essa condição de obviedade que constitui o objeto desta pesquisa. Acredita-se que as concepções, representações ou crenças atuais a respeito das reservas tiveram que ser submetidas a um intrincado processo de naturalização para que atingissem esse lugar-comum. A principal questão que se expõe, então, é sobre a exclusão da historicidade na concepção atual de áreas naturais protegidas.

Para o desenvolvimento do trabalho foi preciso lidar, a cada passo, com a quebra de certezas adquiridas em anos de desenvolvimento da vida profissional. Ao contrário de uma esquematização inicial de elaboração da pesquisa, vivenciou-se uma seqüência de questões que trouxera, em si mesma, novas perguntas e que foram sendo resolvidas com o andamento do trabalho. Na metodologia adotada, portanto, a principal premissa foi a da necessidade de superar as afirmações compactas e rígidas, optando-se pelo ganho que fornecem os matizes entre as certezas dos pólos de compreensão. Assim, preteriram-se as explicações em prol do acompanhamento dos processos.

Ao pesquisar as nuances das modificações pelas quais passaram os significados de reservas naturais, capazes de trazê-los à concepção vigente, foi igualmente necessário, como observou Corbin, citado na epígrafe desse capítulo, discutir também o percurso das condições de poder e de proveito que tornaram possível a consolidação de certas representações de natureza, e o jogo de conflitos entre os diversos significados na luta pela imposição dos conceitos hegemônicos. Não foi objeto deste trabalho discutir as lutas sociais específicas atinentes às diversas experiências de criação de reservas, como ocorre frequentemente nas questões ambientais, tema que tem sido tratado em diversos estudos.¹ Pretendeu-se, no entanto,

¹ Entre os trabalhos que discutem a questão os impactos sociais ocasionados pela delimitação de reservas ressaltam-se os trabalhos de DIEGUES, A. C., NOGARA, P. J. *O nosso lugar virou parque*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994; FERREIRA, Lúcia da Costa. Remanescentes de um pretérito mais que perfeito. *Debates Socioambientais*, São Paulo-SP, v. 5, n. 13, p. 20-23, 1999. Diversas experiências de conflitos ambientais são apresentadas no SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PRESENÇA HUMANA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1996, Brasília. *Anais*. Brasília: IPAM/ISA/PPG-7/WWF/CDCMAM/CD. Da autora, ver CAMARGOS, Regina. Nascimento da APA-Sul RMBH: o poder da polêmica. In: ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 131- 146; CAMARGOS, Regina.

focalizar a sucessão de significados, ou seja, a forma como determinado significado torna-se anacrônico e passa a compartilhar espaço com sua diferença ou ainda ser superado, isto com o intuito de desessencializar a concepção atual de reserva como algo que foi sempre assim.

O início da pesquisa se deu justamente na constatação da dificuldade para a sensibilidade predominante atualmente compreender as condições de formação das primeiras reservas protegidas no mundo.

Este trabalho começa, portanto, discutindo o estranhamento causado na apreciação de um gestor de unidades de conservação ao ver uma foto de caça tirada dentro do primeiro parque natural do mundo, logo em seus primeiros anos de criação. Se a caça pode provocar uma imediata indignação nos tempos atuais, coube inquirir sobre a representação da caça no contexto da criação dos primeiros parques naturais.

Confrontar as motivações do estabelecimento de um parque em 1872 com as mais recentes percepções ambientalistas ajuda a levantar questões acerca das certezas absolutas sobre as reservas naturais de hoje, ou seja, pontos de vista que contam com conceitos de tal forma compartilhados e realimentados que adquirem espaço no tranquilizador universo das unanimidades sem tempo e localização.

Assim, no primeiro capítulo, foi examinado o surgimento da idéia de parque, institucionalizada pela primeira vez no contexto estadunidense, procurando acompanhar as condições de possibilidades para a formação dos primeiros conceitos de reservas naturais.

No momento da institucionalização dos primeiros parques mundiais, pode-se dizer de uma afinidade entre a idéia de conservação da natureza e as atividades que implicavam a freqüentação desses espaços. Avalia-se, assim, os principais objetivos dos parques, relacionando-os com as expectativas de uso e primeiras atividades ali desenvolvidas, procurando embasar a análise posterior sobre as principais diferenças entre a idéia inicial de parques e os conceitos que contribuíram para as sensibilidades ambientais contemporâneas.

Os parques eram concebidos como locais privilegiados para o aperfeiçoamento ético, estético, religioso, cognitivo e cívico do homem. Além de proporcionarem o amadurecimento social e mental, os espaços naturais também eram considerados espaços propícios aos cuidados com a saúde física. Assim, foram estabelecidos pontos de diálogo entre as atividades desenvolvidas nos primeiros parques, tais como o turismo, os esportes, a pesquisa e a caça e os códigos estéticos, religiosos e científicos do período.

Para se aquilatar a maneira como se estabeleceram os vínculos entre formação do indivíduo e contato da natureza, considerou-se o processo de valorização da natureza e dos espaços selvagens que se manifestou na Europa a partir do século XVI. Foi observado que a Inglaterra constituiu a principal referência para o contexto de construção das primeiras idéias de conservação.

Pareceu pertinente, então, explorar a possibilidade de estabelecer um paralelo entre as florestas inglesas de caça – instituídas na Idade Média – e as primeiras idéias de parques

Muitos olhares sob a Mata Escura: o delineamento atual de uma reserva biológica. In: COSTA, Heloísa Soares Moura. *Novas periferias metropolitanas. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: C/Arte, 2006. p. 217-236.

nacionais. Este tema justificou-se a partir da constatação de que a caça na realeza e, posteriormente, a caça aristocrática tiveram um papel importante na construção do imaginário sobre o pioneiro fronteiro do Oeste estadunidense, sendo esse personagem utilizado como símbolo para a valorização daquela região, onde, não gratuitamente, foram estabelecidas as primeiras áreas protegidas.

Observou-se, ainda, que, nos EUA da segunda metade do século XIX, os parques nacionais tornaram-se possíveis a partir de condições que deles fizeram um emblema importante da independência da nação. Os grandes espaços vazios do Oeste, demarcados para um uso não convencional, tornaram-se um fator de diferenciação frente às demais nações. Nessa condição, receberam, antes de tudo, a significação de lugares públicos, voltados para o desenvolvimento do sentimento de nacionalismo, para o aprimoramento dos indivíduos e para o aprendizado da convivência social. Emblemas de uma sociedade independente e democrática, os espaços naturais eram, então, identificados por sua função de proporcionar o benefício e o prazer das pessoas, assim como o era a idéia de uma natureza adequada para servir e proporcionar o bem-estar do homem.

No Capítulo II deste trabalho são examinadas as primeiras concepções de parques nacionais no Brasil, com base nos termos em que se processou a influência da experiência estadunidense. Por meio da análise de documentos produzidos nas décadas de 1920 e 1930, principal período de discussão do tema, foram apontadas as convergências entre os discursos fundadores de reservas, observando-se as afinidades com os significados dos parques estadunidenses e os mecanismos de adaptação daquele ideário à realidade nacional.

A fim de situar as condições brasileiras para o estabelecimento dos parques, tomou-se como ilustração o Parque Nacional do Itatiaia, estabelecido em 1937, que representou a primeira experiência brasileira de reserva natural. O tratamento deste contexto obrigou a uma revisão das idéias defendidas por Rebouças, ainda no século XIX, uma vez que tais idéias foram constantemente evocadas no período da criação daquele Parque.

Considerou-se importante estabelecer uma síntese do debate florestal nos anos anteriores, verificando-se sua relação com a discussão sobre o aperfeiçoamento cultural e político da sociedade brasileira. Assim, foi discutido o papel dos jardins botânicos, hortos florestais e de outras interferências paisagistas urbanas, avaliando-se as similitudes com as propostas de parques naturais. Essas tipologias podem ser consideradas uma etapa de transição para a idéia de reservas de natureza, na medida em que veiculam a função formadora de civilidade e de cultura das árvores e das matas como metonímias da natureza.

De acordo com o exposto no capítulo II, explorou-se o argumento de que a expectativa de uso dos parques no Brasil, assim como nos EUA, estava diretamente ligada ao benefício coletivo, partindo do pressuposto da interação entre atividades humanas e conservação da natureza.

No terceiro capítulo, discute-se o processo de transição entre duas idéias matrizes: a idéia inicial de conservação de áreas protegidas no Brasil – para a qual o contato com a natureza deveria ser incentivado como fonte de desenvolvimento individual, social e de formação da nacionalidade – e a idéia subsequente, que considera que a conservação deve ser atrelada ao isolamento social dos espaços naturais protegidos. Este capítulo pontua os elementos argumentativos que acionaram o processo pelo qual a idéia de isolamento passou a funcionar como sinônimo de proteção.

Nesse Capítulo, o caso do Parque Nacional do Itatiaia foi novamente tomado como exemplo, agora com o intuito de analisar alguns textos atuais de divulgação dessa área e comparar o material informativo sobre a região no período que compreende o fim do século XIX, início do século XX e o presente. A discussão de documentos de períodos diferentes sobre o uso da área teve por propósito observar a defasagem entre os sistemas de valores explicitados anteriormente e os atuais. Foram considerados os princípios de caracterização e valorização da área do Parque no que se refere ao uso e à ocupação esperados, aos significados de área natural e à relevância específica daquela região como recurso de autenticidade nacional. Nesse contexto, foi explorada a possibilidade de uma mesma atividade, a exemplo da pesquisa científica ou do turismo, poder apresentar significados totalmente diferentes, se ocorridas no período inicial do estabelecimento dos parques brasileiros ou no período atual.

Esse processo de avaliação da temporalidade das concepções foi adotado também para discutir o aparato legal brasileiro de conservação. Isso porque o Parque do Itatiaia foi estabelecido tendo como referência a institucionalização do primeiro Código Florestal Brasileiro – instrumento que define as diretrizes de uso, fomento e preservação da vegetação brasileira. O conteúdo desse Código foi abordado para observar a inserção das medidas propostas para a conservação de áreas naturais na política florestal, e buscar entender tais medidas segundo a dinâmica de percepção da natureza naquele momento. O Código foi também confrontado com os documentos legais subsequentes, verificando-se sua correlação com a política internacional de conservação.

O Capítulo III também compreende um paralelo entre a percepção de natureza ligada ao movimento modernista brasileiro e as concepções envolvidas na defesa dos parques nacionais brasileiros, nas décadas de vinte e trinta. Nesse sentido, foram pontuadas as proximidades e as distâncias entre as concepções dos adeptos da conservação da natureza e o pensamento dos modernistas. Um ponto de distância enfocado no capítulo refere-se ao conceito de patrimônio e à priorização da idéia modernista de patrimônio histórico, *vis a vis* à idéia de patrimônio natural, consubstanciada posteriormente na concepção de patrimônio ecológico.

O Capítulo discute, ainda, as modificações no ideário de natureza verificadas a partir da década de 1960, questão que foi observada tendo como referência a legislação voltada para a definição das áreas naturais protegidas. Tais modificações dizem respeito à gradual passagem para a concepção de espaço natural constituído de áreas isentas de intervenções humanas – o contrário do constatado no início do século. Assim, a proteção desses espaços passou a implicar o isolamento dessas áreas, e as tipologias de reservas começaram a se diferenciar e a serem discriminadas de acordo com o grau de isolamento que possibilitavam. No fim do século XX, já existiam 12 tipologias de manejo diferentes. Nesse Capítulo, cada uma delas é discutida em relação à legislação pertinente, observando-se o significado das funções previstas para as unidades de conservação em cada caso, bem como o perfil das instituições públicas responsáveis pela proposição dessas tipologias de conservação.

Nas considerações finais os argumentos desenvolvidos são retomados, podendo-se observar que os primeiros parques nacionais seriam hoje incompatíveis com a idéia de preservação de áreas naturais e com as sensibilidades ambientais contemporâneas. As noções de natureza são histórica e socialmente informadas e, portanto, a naturalização do conceito de reservas que se constata atualmente padece de anacronismo porque estende uma determinada visão atual para todos os períodos históricos.

CAPÍTULO I

As primeiras áreas protegidas



Figura 1: Caçadores bem sucedidos retirando o couro de Alces.
MARSHALL, 1876.

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, 2004.

A imagem anterior compõe uma sequência de 122 fotos, feitas em 1876, para documentar o Parque Nacional de Yellowstone (EUA), então recém-criado.² Por ser considerado o primeiro parque natural do mundo, o Yellowstone tornou-se o mais divulgado e referência obrigatória nos estudos e debates sobre conservação de áreas silvestres. Ao ser mostrada, em 2004, a um especialista brasileiro em gestão de reservas naturais, a foto anterior provocou o comentário imediato: “um dos motivos da criação do Parque foi coibir esse tipo de uso!” De fato, para o olhar contemporâneo, nenhuma dedução poderia ser mais lógica. Afinal, não é fácil deparar-se, sem comoção, com uma cena de caça em um local destinado à preservação da natureza, ainda mais em se tratando do Yellowstone!

Um estudo mais acurado faculta, no entanto, ampliar o leque de deduções ou, pelo menos, desconfiar de anacronismos naquilo que se considera óbvio. Anacronismo na acepção de “erro de cronologia que consiste em atribuir a uma época ou a um personagem idéias e sentimentos que são de outra época.”³

Em primeiro lugar, ao observar o acervo fotográfico de 122 fotos, atrai a curiosidade o fato de apenas duas fotos tratarem do tema da caça, ou melhor, de algum registro de vida animal no Parque, excetuando-se uma terceira, uma pitoresca cena na qual é insinuada a existência de animais, pois que retrata um pescador às margens do rio Yellowstone. As outras fotografias focalizam as feições geomorfológicas que atraíam a atenção de naturalistas e aficionados pelos espaços naturais e acabaram por sensibilizar os políticos da época, justificando a criação da reserva. A geologia e a geomorfologia constituíam, sem dúvida, instâncias-chave para a distinção da área: o Parque foi, inclusive, conclamado local-testemunho da história geológica de todo o Oeste estadunidense e, em virtude de seus inúmeros gêiseres, conhecido como “o lugar onde o inferno borbulha.”⁴

O título dado às duas fotos de caça reforça a surpresa do especialista atual: “Caçadores *bem sucedidos* retirando o couro de Alces” (grifo nosso). No verso, não há nenhum comentário adicional. Com base na ausência de qualquer comentário no verso da foto, a caça *não* parece provocar a mesma surpresa no fotógrafo, em sua tarefa de documentar o primeiro parque em seus primeiros momentos. Pode-se supor que a caça não fosse rara e nem clandestina no período. Tomando distância das convicções atuais, pode-se pensar que tal atividade não fosse reconhecida como algo comprometedor ou pejorativo naquele ambiente: os caçadores capazes... o parque provedor... seria um significado possível em 1876. Um indicativo de diferentes concepções que incita a investigar outros documentos da época.

² Yellowstone National Park. Disponível em: <<http://www.cr.nps.gov.yell/history.htm>>. Acesso em: 21.10.2005. O Parque Nacional de Yellowstone foi estabelecido por Ato Orgânico do Congresso Americano em 1º de março de 1872, assinado pelo Presidente Ulysses S. Grant. As fotos reproduzidas pertencem ao Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, que inferiu a data de 1876 por coincidir com o período da viagem de Dom Pedro II aos Estados Unidos. Marshall, Willian. EUA: Fitchburg, Mass, [187...]. 122 fotografias.

³ ANACRONISMO. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001. 1 CD-ROM.

⁴ Yellowstone National Park. Disponível em: <<http://www.cr.nps.gov.yell/history.htm>>. Acesso em: 21.10.2005. No original The place where the hell bubbles up. Todas as traduções são da autora.

Encontra-se no sítio oficial do Parque, *on line*, a reprodução de um livro de Mary Shivers Culpin sobre a história da implantação do Yellowstone.⁵ Nele estão explicitados os objetivos que se buscava atingir com o ato de criação da reserva, em 1º de março de 1872: preservar dos danos e da espoliação tais maravilhas, tornando possível a retomada das condições originais do local; criar um espaço colocado à parte para o uso público — *a pleasuring ground* — para o benefício e o prazer das pessoas.

Como Culpin comenta, “*for the benefit and enjoyment of the people*” tornou-se o lema da gestão inicial do Yellowstone, absorvendo completamente o interesse do jovem Departamento do Interior, encarregado de implementar o Parque.

Sob tal perspectiva, relata a autora, foram concedidas várias permissões para a construção de hotéis, alguns projetados para receber pessoas enfermas que buscavam tratamento nas águas termais da área.

A expectativa, na ocasião, era que o turismo se tornasse moda no período da primavera. No entanto, dois anos depois, *The Irish Earl*, uma publicação que fazia a crônica do Oeste e dos trabalhos no Parque, constatou, com decepção, que a frequência de um dos principais hotéis “se resumia a uns poucos inválidos das cidades de Helena e Virgínia.”⁶ Paralelamente, esse hotel logo adquiriu a fama de ponto de encontro e de negócios de caçadores, comerciantes de peles e *ociosos*. Como *ociosos* são descritas as pessoas que, enquanto flanavam à procura dos poucos visitantes a serem guiados aos gêiseres, caçavam um pouco para comercializar a carne com os turistas, as carcaças e as cabeças de animais raros com os estudiosos de História Natural de Nova Iorque e do Leste, e confeccionavam cestas e quinquilharias (revestidas com o silício branco local) para vender como *souvenir*.⁷

O que se pode ler nesse material? De pronto, que o turismo foi uma expectativa chave para o uso do Parque, resgatando parte importante de sua função inicial. O turismo, de acordo com a avaliação da imprensa da época, direcionava-se aos visitantes dos gêiseres, aos entusiastas das paisagens locais e àqueles que vinham se tratar nas fontes termais. As pessoas que, aproveitando-se da atividade turística, faziam o comércio de recursos naturais do parque, manufaturados ou não, parecem se sobrepôr ao usuário esperado para consolidar a frequência do local.

A presença de um saber referente à ciência também se manifesta, nesse documento, por meio da atividade de coleta de espécimes de animais raros para estudo — por intermédio dos caçadores — e pode ser inferida do fato dos médicos prescreverem aos doentes que passassem temporadas no local.

Finalmente se observa um discernimento preciso entre os caçadores e coureiros (*hunters and trappers*) e aqueles identificados como caçadores de ocasião, os *ociosos* que se aproveitavam da demanda sazonal, o que vem ao encontro da questão inicial sobre as fotos de caça. A caça absorvia um afeto duplo, pois que há uma sugestão de *status* para o profissional diferente

⁵ CULPIN, Mary Shivers. *For the benefit and enjoyment of the people: a history of concession development in Yellowstone National Park, 1872-1966*. Wyoming, National Park Service, Yellowstone Center for Resources, 2003. Disponível em: <<http://www.cr.nps.gov.yell/history.htm>>. Acesso em: 21. 10.2005.

⁶ THE GREAT Divide: Travels in the upper Yellowstone in the summer, *The Irish Earl*, Duraven, 1874, p. 207-208, apud. CULPIN, 2003, p. 3.

⁷ THE GREAT Divide, 2003, p. 2-3.

daquele do caçador eventual. O título da foto, no original — “*Successful Hunters Dressing Elke*” — reforça a posição de valor conferida à caça ao diferenciar um determinado tipo de animal e à caça a tais animais considerados nobres. Ali o Alce é “desvestido” pelos caçadores que obtiveram sucesso, uma terminologia específica, usada somente no caso de caças que envolviam presas consideradas nobres. É de todo interesse esmiuçar essa dupla sensibilidade que acompanhou (e ainda acompanha) a biografia da caça, trazendo-lhe enfáticos partidários e opositores.

Caçadores e ociosos

Para o norte-americano do fim do século XIX, a idéia de caça remetia-se, de imediato, à figura do pioneiro conquistador do Oeste e era objeto das mesmas posições conflitantes em relação a esse personagem. No imaginário sobre o pioneiro fronteiro condensavam-se as qualificações polarizadas referentes à fronteira: barbárie *versus* civilização, desordem *versus* lei, aristocracia *versus* democracia.⁸

Smith⁹ pontua um aspecto interessante nas impressões dos viajantes ingleses ao Oeste americano, ainda na primeira metade do século XIX. Era comum, segundo o autor, encontrar relatos que revelavam um juízo diferenciado a respeito do pioneiro das primeiras fazendas e daquele que vivia da caça e do comércio de peles nos limites da fronteira. Os fazendeiros da fronteira eram descritos como incultos e bárbaros, “uma raça de campônios rudes”, conforme análise desse autor sobre uma publicação referente à viagem de Francis Parkman, realizada em 1842.¹⁰ O tom mudava completamente em se tratando dos pioneiros do ambiente da floresta: autênticos desbravadores, absorvendo a um só tempo os atributos de coragem, bravura, resolução, independência. E ainda “um natural refinamento e delicadeza de alma, rara entre os homens”.¹¹ Dois arquétipos para o fronteiro norte-americano: o trabalhador rude, membro das classes inferiores e o refinado caçador, herói, dono de si, nômade, companheiro da aventura e da floresta.

Dois Oestes distintos estavam disponíveis para o olhar distanciado: a fronteira agrícola banal e o *depois*, selvagem.¹² Os emblemáticos vazios da marcha para o Oeste condensavam tanto a imagem de espaço a ser alcançado, domesticado, civilizado, como aquela de *wilderness*, grandes amplidões selvagens, vazias, naturais, isentas de posse e restrições¹³.

Sabe-se que a afinidade dos ingleses com os espaços verdes levava a uma prática usual bem antes do século XIX: praças, *boulevards*, jardins, jardins botânicos, zoológicos foram

⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi, *Americanos, representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, p. 117.

⁹ SMITH, Henry Nash. *Virgin Land. The american west as symbol and myth*. Cambridge: Massachusetts: Harvard University Press, 1971, p. 51-52.

¹⁰ THE JOURNALS of Francis Parkman, New York: Mason Wade, 2 v., 1947, p. 53, apud. SMITH, 1971, p. 51.

¹¹ THE OREGON Trail, New York, 1872, p. 12-13, apud. SMITH, 1971, p. 51.

¹² SMITH, 1971, p. 52.

¹³ Cf. SMITH, 1971; NASH, Roderick. *Wilderness and the american mind*. 3. ed. New Haven: Cambridge: Yale University Press, 1982.

planejados como espaços públicos e particulares. O interesse pelas áreas silvestres do Oeste estadunidense, no momento da criação do primeiro parque, marcava um movimento nesse percurso de afeto pela natureza. As *amplidões incultas* do novo continente assumiam uma capacidade especial, extremamente inovadora, é verdade, de cozer, numa hábil composição de ingredientes, as antigas significações das matas e dos vazios da ocupação com os anseios de consumo simbólico daquele período. Uma combinação possível graças ao calor particular das transformações que marcaram a Europa a partir do século XVII.

Thomas avalia detalhadamente as atitudes dos ingleses em relação à natureza no período de transição e consolidação da modernidade.¹⁴ Ele recolhe alguns epítetos associados à palavra floresta em um dicionário poético de meados do século XVII: “terrível, sombria, selvagem, deserta, agreste, melancólica, desabitada e assolada por feras”.¹⁵ Alguns deles falam da persistência de fantasias arcaicas, mitos pagãos que foram recuperados em fábulas ocidentais. Harrison também discute esse momento de ambivalência de significados, tomando como uma das referências o tratado *Science Nouvelle*, de Giambattista Vico. As matas do imaginário ocidental, observa, permaneceram por muito tempo como representações de territórios sem lei, onde governavam as pulsões, os instintos, os desejos liberados de qualquer autoridade, ou nos termos de Vico, representações do ambiente da “liberdade bestial”.¹⁶

Terrível, selvagem e assolada por feras: há nessa sinonímia uma recusa a tal estado de descontrole, medo desta ausência de civilização. Mas há também algo de nostalgia, desgosto pela perda desta mesma incivilidade: uma certa melancolia de uma vivência mais pulsional e espontânea.

Para Harrison, o século XVII marca, de certa forma, o início da inversão da ordem – natural e legal – das coisas: a selvageria que pertencia às florestas passa a ser encontrada nos corações dos homens da cidade. Nessa reversão, as cidades, promíscuas, “tornando-se imorais, as florestas tornam-se inocentes.”¹⁷

Pode-se dizer que os afetos acerca dos dois ambientes perdem os limites precisos, se entrelaçam, tornam-se mutuamente permeáveis. Assim, Thomas mostra, sobre o mesmo período, a palavra inglesa *wilderness* sendo utilizada para designar os bosques e as alamedas que os membros da aristocracia plantavam em suas casas de campo, com árvores dispostas geometricamente. Um *wilderness* meticulosamente cultivado e construído, portanto, em uma acepção da palavra que curiosamente transmitia certo requinte ao primitivismo, remetendo-o a um idílico estado de pureza. Tal *wilderness* fabricado absorvia sentido duplo: oferecia um tributo aos ambientes selvagens, e reforçava as intervenções humanas do plantio e da urbanização, prestando reverência a esses espaços da cultura.

Esses *wilderness* das propriedades inglesas, como observa Thomas¹⁸, converteram-se em verdadeira moda no começo do séc. XVII. Tais tratamentos paisagísticos conferiam *status* e impressão de refinamento ao criarem uma barreira entre as moradias e as ebulições urbanas.

¹⁴ THOMAS, *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁵ POOLE, Joshua, *The English Parnassus*, 1657; ed., 1677, p. 90, apud. THOMAS, 1996, p. 232.

¹⁶ HARRISON, Robert, *Forêts: essai sur l'imaginaire occidental*, Paris: Flammarion, 1992, p. 21-88 e p. 157-160.

¹⁷ HARRISON, 1992, p. 21.

¹⁸ THOMAS, 1996, p. 247.

Também transmitiam sensação de poder, pois que a disposição das árvores lembrava avenidas que convergiam para a sede da propriedade.

O percurso peculiar da crescente apreciação dos espaços selvagens, que procurava fazer esquecer e imitar as avenidas, como se sabe, foi contingente à mutação radical da idéia de natureza que integrou as transformações filosóficas, religiosas, estéticas, cognitivas e das formas de produção que marcaram a Europa a partir do século XVI. Estudos aprofundados sobre os sentidos atribuídos particularmente aos ambientes e aos elementos naturais no Ocidente foram desenvolvidos por diversos autores.¹⁹ Neste trabalho, pretende-se apenas uma aproximação dos aspectos pertinentes ao objeto da discussão, sem a intenção de retomar o detalhamento da visão de cada autor.

Em especial, Thomas, Harrison e Schama relatam alguns condicionantes e manifestações práticas que demonstram uma substancial mudança na relação entre o homem e a natureza no Ocidente, adicionando a esta um significado moral e espiritual positivo, que invertia a representação pré-moderna. Os autores observam, no entanto, que as novas sensibilidades não substituíram completamente as anteriores, compartilhando espaço com o ideário que conferia à natureza o papel de objeto de exploração em benefício do homem e os atributos de rusticidade e atraso a serem superados, retendo a metáfora do ambiente profano e incivilizado dos instintos primitivos em liberdade.

Thomas observou como as atitudes cada vez mais afetuosas dos ingleses para com os animais, as plantas e os espaços abertos e silvestres foram, também, consequência de transformações no uso e na ocupação do solo, da escassez de recursos naturais, da disponibilização gradual de animais do processo de produção, e das modificações do padrão de consumo inerentes à economia monetária, em uma relação direta com o intenso processo de urbanização. No final do século XVII e na primeira metade do século XVIII, à medida que as fábricas se multiplicavam e as cidades cresciam em número e adensamento populacional, acirrou-se uma afinidade com o campo, as flores silvestres, os pássaros, que se refletiu no pequeno jardim, nas férias na Escócia, e no sonho de uma casa de campo, o que não atingiu só a aristocracia, mas também a classe média burguesa.

No século XVIII, grande parte da vida intelectual e da literatura da Inglaterra exibia um viés profundamente antiurbano, com grande influência sobre um número considerável de norte-americanos. Por meio de visitas ao continente europeu ou pelo contato intelectual com personalidades e publicações formava-se um grupo de adeptos do ambiente selvagem, compreensivelmente entre os americanos do norte, intelectuais, cidadãos ou proprietários de fazendas consolidadas, que podiam idealizar e guardar distanciamento dos conflitos na ocupação fronteiriça.²⁰ Como observa Nash, foi “o *gentleman* literato manejando a pena, não o pioneiro com seu machado, que esboçou os primeiros gestos de resistência contra a forte corrente de antipatia [pelo *wilderness* estadunidense]”.²¹

¹⁹ Destacamos as obras de BROSSE, *Mythologie des arbres*. Paris: Plon, 1989; BECHMANN, *Des arbres et des hommes: la forêt au Moyen Age*, Paris, Flammarion, 1984; LENOBLE, *História da idéia de natureza*, Lisboa: Edições 70, 1990; HARRISON, 1992; SCHAMA, *Paisagem e memória*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996; THOMAS, 1996 e CORBIN, *L'homme dans le paysage: entretien avec Jean Lebrun*, Paris: Textuel, 2001.

²⁰ NASH, 1982, p. 45-57.

²¹ NASH, 1982, p. 44.

Em contraposição ao ambiente selvagem — a “amplidão horrível e desolada [...] repleta de feras bravias e homens selvagens [...], florestas e matagais”²² que os colonos deveriam tornar habitáveis nos tempos da Nova Inglaterra — foi possível estabelecer uma imagem nostálgica do território dos primeiros tempos da colonização como sendo puro, intocado e autêntico.

Utilizando deliberadamente a expressão irônica de “fabricação da autenticidade”, Peterson observa nos mecanismos de busca de identidade uma usual deformação do passado, uma vez que “a autenticidade não é um traço inerente ao objeto ou ao evento que se declara autêntico, mas uma construção social, uma convenção”, uma característica da memória coletiva (e individual) inerentemente infiel ao passado para atender às necessidades do presente.²³ Não se trata, portanto, de uma situação paradoxal, como argumenta Smith²⁴, que se manifestasse uma rejeição à sociedade organizada — implícita na afinidade com o ambiente selvagem —, partindo justamente de agentes citadinos ingleses, oriundos de uma ordem social refinada. Mas pode-se ressaltar, de acordo com esse mesmo autor, que tais posicionamentos buscavam expressar um desdém aristocrático por meio de uma refinada hostilidade ao discurso desenvolvimentista, condizente, sobretudo, com aqueles que podiam passar ao largo da perspectiva do pioneiro fronteiriço. Tal identificação do Oeste com o espaço natural selvagem responderia ao propósito de auto-diferenciação por parte desse grupo, na intenção de se contrapor a um discurso dominante, que reconhecia na ocupação do Oeste “a vitória gloriosa da civilização sobre a selvageria”, próprio da apologia do progresso.²⁵

Mas para que o Oeste vazio e o pioneiro de sua ocupação viessem a alcançar o estatuto de símbolos estadunidenses, como de fato aconteceu, necessariamente deveriam tornar-se objeto de um reconhecimento mais amplo, que fosse muito além de grupos sociais específicos. Vale lembrar que, na segunda metade do século XIX, quando foi implementado o Yellowstone, a maioria dos estadunidenses se alinhava entre os adeptos do movimento em direção ao Oeste, e considerava os caçadores e guias louváveis não em virtude do *glamour* selvagem, mas por abrirem caminhos que seriam seguidos pelos trabalhos pesados dos fazendeiros, dos construtores de vilas e cidades.²⁶

Como observa Carvalho,²⁷ um símbolo estabelece uma relação de significado entre dois objetos, duas idéias, entre objetos e idéias, ou entre duas imagens. Embora o estabelecimento dessa relação possa partir de um ato de vontade, sua aceitação, sua eficácia depende da pré-existência do que Baczo²⁸ chama de comunidade de imaginação ou comunidade de sentido. É imprescindível que haja um terreno comum entre a relação de significado que se procura

²² MORTON, Nathaniel, *New Englands Memorial* (1669), Howard Hall (Org.) Nova York, 1937, p. 13, apud. THOMAS, 1996, p. 232.

²³ PETERSON, Richard, A. “La fabrication de l’authenticité: la country music”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 93, p. 4, jun. 1992.

²⁴ SMITH, 1971, p. 51-52.

²⁵ SMITH, 1971, p. 52.

²⁶ Cf. SMITH, 1971; NASH, 1982; CRONOM, *Changes in the land: indians, colonists, and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 2003.

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 11.

²⁸ BACZKO, Bronislaw. *Lês imaginaires sociaux. Mémoires et espoirs collectives*, p. 54, apud. CARVALHO, 1990, p. 13.

estabelecer e alguma raiz, algum testemunho dessa relação, seja no imaginário coletivo pré-existente ou em aspirações coletivas em busca de um novo imaginário.²⁹

Mesmo que a construção do Oeste simbólico comportasse extratos de códigos imaginários aparentemente discrepantes — o refinamento e a nobreza do idílico selvagem e o ímpeto desbravador do conquistador —, a maneira de compor esses códigos poderia ser habilmente organizada para torná-los complementares. Isto porque tanto existia a necessidade de unificação de ideários como a predisposição de uma parte da população para adotá-los. Esse tipo de equação de componentes polarizados é mesmo inerente e propícia ao fenômeno da construção da autenticidade, como nota Peterson, uma vez que a autenticidade se faz por um ajuste constante de interesses, por meio de uma série de interações, e de tal forma que todas as partes interessadas possam participar sem impor inteiramente a sua definição sobre as demais.³⁰

É interessante acompanhar, com Smith, como um mesmo indivíduo, representante do pioneiro fronteiriço, pôde, inclusive, ser visto a partir de dois perfis aparentemente incompatíveis, caso da figura popular de Daniel Boone.³¹

As inúmeras versões que buscaram resolver o dilema da verdadeira essência do herói optaram por leituras diversas dos mesmos fatos históricos. Algumas descreviam um idealista que pretendia fazer do Kentucky um dos mais opulentos e poderosos estados do continente, liderando as famílias de colonos para a posse do ambiente bárbaro e para enfrentar a resistência feroz dos índios. Nesse cenário, Boone encarnava o conquistador digno de amor e gratidão por sua lida, sua bravura e seus sofrimentos.

No outro argumento, o aparente fomentador de impérios escondia o singelo filósofo da natureza — gentil, refinado e filantropo —, aquele que pretendia levar conhecimento aos espaços selvagens, inclusive aos índios. Esse conquistador confessara mesmo considerar a própria marcha em direção ao *wilderness* uma usurpação, *que afugentava e estragava o jogo de sua também amada caça* (grifo nosso). A vida do herói, nessa segunda versão, direcionava-se por um vagar contínuo em busca de novas matas a serem desbravadas, nas quais poderia se recolher temporariamente, usando as vestes toscas de um pobre caçador.³²

A figura de Daniel Boone ilustra bem essa superposição imaginária: o caçador representava ao mesmo tempo o estadunidense empreendedor e o estadunidense contemplativo e amante da natureza. Como amante da natureza encarnava a própria natureza, um elemento a mais, um selvagem, mas, concomitantemente parcela da natureza e seu interventor. A construção final do personagem autêntico e unificado do Oeste subentendeu, portanto, a negociação contínua de interesses históricos³³.

Para posteriores desdobramentos do argumento deste trabalho, interessa realçar o papel da atividade da caça como uma ação importante para a construção do afeto popular pelo personagem do oeste bravo. O duo amor à natureza e amor à caça possuía, como se sabe,

²⁹ CARVALHO, 1990, p. 11.

³⁰ PETERSON, Richard, A. “La fabrication de l’authenticité: la country music” Traduction de Michèle Mittner. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 93, juin 1992, p. 5.

³¹ SMITH, 1971, p. 51-58.

³² SMITH, 1991, p. 53-58.

³³ PETERSON, 1992, p. 5.

uma história consolidada anteriormente na Europa, e fizera parte da bagagem dos conquistadores estadunidenses assim como a idéia de valorização dos espaços silvestres.

Mas entre a caça aristocrática de inspiração inglesa e a imagem da caça refletida pelo pioneiro das fronteiras do Oeste — e por extensão, talvez, a caça fotografada no Yellowstone — existem diferenças importantes. Discuti-las é trazer à tona os pontos de disjunção escondidos sob as semelhanças. Antes de tudo, no oeste norte-americano colonizado, a caça já não era a mesma.

Uma foto desbotada: as Florestas de Caça

Espaço “colocado à parte”, diz o Ato de Criação do Parque do Yellowstone: espaço à parte da legislação convencional, para o uso não convencional de reserva natural. As Florestas de Caça, por sua vez, também foram instituídas como territórios *foris*, “excluídos dos códigos romanos e leis consuetudinárias”.³⁴

Para alguns autores, é provável que a palavra floresta tenha aí a sua origem. O verbo *forestare*, em latim, significava reter fora, pôr à parte, excluir³⁵. A entrada do termo *floresta* no léxico, explica Harrison, coincide com o período de decretos reais que separaram grandes territórios para o ritual da caça.³⁶

As Florestas de Caça, áreas demarcadas para garantir a sustentação de determinadas espécies animais para a caça, foram estabelecidas bem cedo na Idade Média. Ao delimitar uma Floresta de Caça, o rei assegurava espaços verdes para a veação — termo utilizado para designar os animais considerados nobres para a caça —, principalmente o cervo, mas também outros animais de grande porte, cabrito montês, gamo, javali, entre outros.³⁷

Assim como mais tarde seriam instituídos os parques naturais, as Florestas de Caça constituíam reservas de verde para a veação. Mas, inversamente aos futuros parques, que eram áreas trazidas para o *domínio público* e para o *benefício coletivo*, para criar Florestas de Caça o rei confiscava grandes extensões de terras do domínio comum ou particular *para si* destinando-as a espaços próprios para praticar, com sua corte, o ritual da caça.

As chamadas Florestas não foram estabelecidas, necessariamente, sobre áreas cobertas por matas. Muitas dessas áreas eram ocupadas por clareiras cultivadas, pastagens, formações arbustivas menos espessas, espécies de savanas. Invadiam, às vezes, terras de senhores feudais, de proprietários³⁸, terras comunais ou mesmo cidades inteiras. Ou seja, muitas

³⁴ SCHAMA, 1996, p. 153.

³⁵ A origem do termo floresta é discutida por BECHMANN, 1984, p. 25-26; HARRISON, 1992, p. 111-112; SCHAMA, 1996, p. 153.

³⁶ HARRISON, 1992, p. 112.

³⁷ BECHMANN, 1984; SCHAMA, 1996; PINÇON E PINÇON-CHARLOT, *La chasse à courre: ses rites et ses enjeux*. Paris: Payot & Rivages, 1996.

³⁸ O uso do termo proprietário exige a reprodução da nota de Renato Janine Ribeiro, consultor da edição da obra de THOMAS, 1996, p. 240. “No original, *freeholder*. No direito feudal

Florestas de Caça constituíam territórios habitados e cultivados, e possuíam vegetação menos densa do que pode evocar o termo floresta nos tempos atuais.³⁹

Segundo Schama, ainda no início da Idade Média, as Florestas de Caça ocuparam áreas antes habitadas por sociedades consolidadas, “com ritmos sazonais de movimento, comunicação, religião, trabalho e prazer”. Comunidades que administravam “um tipo especial de microeconomia”, incluindo a agricultura, a criação, a caça e o extrativismo. De acordo com o manejo das matas que executavam, as árvores eram cortadas “a intervalos regulares de doze anos; em altura superior a um metro do solo, suficiente para evitar que os cervos comessem os rebentos” e de forma a permitir que o toco se regenerasse rapidamente e proporcionasse uma madeira adequada para manufatura de utensílios e ferramentas. Nesses casos, espelhando no exterior um território ermo, brutal e desordenado, as áreas transformadas em Florestas de Caça configuravam uma geografia bastante mapeada por suas populações, possuíam, inclusive, estradas para carroças e trilhas para pedestres que seus moradores “conheciam tão bem quanto as vias romanas”.⁴⁰

Coincidindo com o mito arcaico do ambiente onde prevalecia uma ordem inversa daquela do mundo civil, as Florestas de Caça da Idade Média inseriram-se, também, sobre locais usados como esconderijos de marginalizados em geral: eremitas, foragidos, heróis, um sem número de pessoas excluídas ou que resistiam às instituições sociais. O duo floresta e desobediência civil, floresta e domínio paralelo coincidiu com situações reais.

No entanto, vale ressaltar, como o fazem Harrison e Schama, que esses territórios de exclusão ou auto-exclusão contrapunham-se à lei e à ordem instituída, mas não solapavam seus fundamentos. Os opostos possuíam funções adicionais e, assim, apoiavam-se mutuamente: o ambiente exterior da floresta recebia, dava lugar aos “absurdos do reino” configurando uma parte importante de sua organização, “assim como a sombra segue a luz do dono”.⁴¹ Esse delineamento de contrários, de identificação imaginária de limites consubstanciou uma metáfora constantemente conferida às florestas ocidentais. Importa ressaltar que as Florestas de Caça institucionalizaram tal imaginário de uma maneira bem particular, permitindo a construção de pontos de vista opostos — da corte e dos antigos moradores — sobre o mesmo território.

Cada Floresta de Caça possuía legislação própria, cuja principal diretriz era garantir o uso exclusivo do soberano e de sua corte. Algumas dessas leis impunham severas penalidades para os contraventores, o que fez das leis das florestas um espelho fiel de soberanias despóticas e violentas.⁴² Na Inglaterra, Guilherme, o Conquistador e seus descendentes são citados como tendo levado o verdadeiro terror aos habitantes da floresta, inclusive a inúmeros nobres ingleses. Isso porque o conceito normando de florestas marcou-se pela enérgica

inglês da terra [...] é quem detém (holds) uma terra livre (free), isto é, sem dever nenhuma obrigação *vil* (p. ex., trabalho manula, corvéia) a algum senhor. Na prática, o *freeholder*, desde uma certa época, já não deve obrigação alguma a ninguém, e equivale em linhas gerais ao proprietário do direito moderno”.

³⁹ BECHMANN, 1984, p. 29-32, SCHAMA, 1996, p. 150- 153.

⁴⁰ SCHAMA, 1996, p. 150-153; HARRISON, 1992, p. 119-126. Cf. BECHMANN, 1994; HARRISON, 1992; THOMAS, 1996.

⁴¹ HARRISON, 1992, p. 12.

⁴² SCHAMA, 1996, p. 155. Schama observa que as leis da floresta não eram mais tiranas que as leis das cidades desses mesmos reinados e que, nas condições de ocupação dos territórios, nem sempre era possível a imposição eficaz das leis das florestas.

proibição de cultivo das terras, da extração dos recursos e, é claro, da caça praticada por pessoas que não pertenciam à corte. O domínio normando na Inglaterra, que se impôs a partir do séc. XI, ficou conhecido pelo confisco e pela expulsão dos moradores e proprietários em grandes extensões de terras.

Além da tirania, Guilherme e seus descendentes se destacaram, conseqüentemente, pela expansão significativa de áreas com este singular tipo de manutenção de ambientes silvestres. Foram responsáveis pela revegetação de inúmeras e imensas áreas, meticulosamente remanejadas e plantadas com árvores para atender às condições necessárias ao prazer real. Após um século de dominação, as áreas demarcadas como florestas correspondiam à cerca de um quarto do reino, contra 15% no início da ocupação, todo esse acréscimo conseguido sobre terras inicialmente ocupadas por prados, campos cultivados e cidades.⁴³

Acrescente-se que praticamente toda a Europa continuou a ser objeto de um intenso processo de supressão vegetal. A Itália já havia perdido grande parte de suas matas nos séculos XI e XII e o crescimento do poderio marítimo de Veneza, no século XV atingiu os bosques restantes. No século XVI, a guerra dos cristãos contra os turcos “coloca[ra] um ponto final nas florestas mediterrâneas”. Nos séculos XIV, XV e XVI, o corte das matas prosseguiu para atender ao crescimento do poderio marítimo dos países europeus, inclusive da Inglaterra.⁴⁴

Por isso, Harrison comenta a ironia que cerca os benefícios destas antigas reservas de natureza na Europa: “um ecologista de hoje é obrigado, de alguma forma, a ser monarquista!”⁴⁵

Mas existe uma segunda ironia na significação do ritual monárquico da caça, uma imagem hoje apagada da memória da maioria das pessoas. O embate entre o rei e o animal selvagem fundamentava-se simbolicamente em uma relação de confronto, porém muito distante do estigma de desprezo pela natureza que a caça transmite atualmente. Segundo Harrison, o dom divino de ser o soberano escondia um comando absoluto, uma responsabilidade também sagrada: “tu protegerás a natureza da destruição total”, uma proteção metafórica, sublinha o autor, das agressões da história, “da voracidade das sociedades humanas de se apropriar inteiramente da terra para seus próprios fins.”⁴⁶ Segundo explica esse autor,

O soberano [...] deve governar o mundo doméstico de seu reino, mas também definir fronteiras e fora delas salvaguardar um espaço selvagem [...]. A natureza selvagem, que se estendia para depois dos muros de sua corte, lhe pertencia, assim como o mundo civilizado circunscrito no interior dos mesmos muros era sua posse. [...] Suas florestas eram os refúgios onde a caça real encenava, sobre um plano puramente simbólico, a conquista histórica da terra selvagem. Não era possível, para o rei, abster-se desse simbolismo, porque ele integrava sua natureza, na mesma titulação de sua soberania. [...] Para encarnar e representar a força civilizatória da história, ele possuía, em par com sua soberania, uma selvageria maior e mais potente que a própria natureza. Sem essa natureza fundamental, ele não poderia nem proteger nem administrar seu reino. Como

⁴³ SCHAMA, 1996, p. 150-153; BECHMANN, 1994, p. 194. Segundo BECHMANN, enquanto a Inglaterra possuía um total de 15% da superfície florestada no momento da conquista normanda, a França contava com 25% no mesmo período.

⁴⁴ SCHAMA, 1996, p. 146.

⁴⁵ HARRISON, 1996, p. 112.

⁴⁶ HARRISON, 1996, p. 116.

soberano ele controlava a terra selvagem, uma vez que, por natureza, não havia nada mais selvagem que ele.⁴⁷

Harrison fala de um duplo poder e uma dupla responsabilidade inerente ao rei, uma dimensão da essência de sua posição concedida por Deus. A caça era um ritual sagrado, condizente com uma postura nomeada a princípio. Nesta *pré*-potência encontra-se o âmago da diferença entre o ritual da caça real e o significado posterior da caça — como prazer e labor — que seria inerente ao pioneiro estadunidense. Ao conquistador da fronteira dos Estados Unidos cabia fazer-se por si, partir da potência do próprio trabalho, na condição moderna de indivíduo e ser social.

No contexto estadunidense, caçar assume uma conotação diferente, pois que exige o exercício de inserção no ritual por méritos próprios, uma capacidade pessoal a ser adquirida. O aprendizado do domínio do ritual da caça é, portanto, visto como uma qualidade do pioneiro estadunidense, parte de sua qualificação para a ampla tarefa de enfrentamento do espaço vazio do Oeste. Esse atributo lhe concede potência, que o distingue da qualidade que o rei possuía por essência. Foi, talvez, essa condição moderna de auto formação individual, de busca pessoal pelo sucesso, que constituiu o traço capaz de proporcionar afinidade entre os estadunidenses. Trazendo-o à tona, era possível superar os diferentes pontos de vista sobre o personagem do fronteiriço, tornando-o emblemático e autenticamente nacional.

Ressalte-se que a idéia da nação estadunidense foi habilmente calcada na construção do símbolo do cidadão livre, corajoso e vencedor. Esse processo de formação comporta as simbologias de país e de cidadão, moldadas por meio de um fenômeno de estruturação recíproca, assim como descreve Elias para o tipo de fenômeno que torna o cidadão matriz e moeda da sociedade.⁴⁸

Pode-se investigar as semelhanças entre as condições que possibilitaram o amor do inglês pela caça e o afeto característico do estadunidense livre pela caça.

Sabe-se que a caça emergiu como um esporte entre as classes altas, a aristocracia proprietária de terras e a pequena nobreza da Inglaterra, a partir do século XVIII. A caça à raposa, bem como outros esportes ao ar livre, absorveram um papel especial naquele contexto, conforme discutem Elias e Dunning.⁴⁹ Para esses autores, o surgimento e a consolidação dos esportes na Inglaterra nesse período relacionavam-se ao longo processo de pacificação por que passaram as estruturas políticas inglesas, processo que resultou na formação de novas organizações sociais e novas disposições institucionais. Elias delimita essas transformações como inerentes à substituição gradual da imposição do poder por meio da luta e do uso da violência pelo poder conferido por meio do desenvolvimento e do aprimoramento de técnicas e estratégias de negociação verbal, retórica e persuasão, que se manifestou de forma atrelada ao fortalecimento do Parlamento. Tal fenômeno relacionava-se ao desdobramento das competências que exigiam maior contenção no sentido geral, e à alterações sociais importantes.

⁴⁷ HARRISON, 1996, p. 116.-117.

⁴⁸ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 11-60.

⁴⁹ ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992, p. 48-59, 223-256.

Os autores avaliam esse processo como um nítido avanço nas condições de civilidade, com ênfase para a possibilidade de aperfeiçoamento do auto domínio pessoal e social. O desenvolvimento de uma sensibilidade mais apurada e a negação do emprego direto da violência nas demandas políticas foram acompanhados por mudanças amplas nos hábitos sociais, encontrando expressão, inclusive, nos divertimentos públicos. Nas palavras de Elias e Dunning, “a parlamentarização das classes inglesas que possuíam terras teve a sua contrapartida na desportivização de seus passatempos.”⁵⁰

Pode parecer incongruente buscar identificar a caça à raposa — um dos esportes que se consolidam naquele período — com as atividades esportivas inseridas no âmbito do aprendizado do auto controle e auto moderação da violência. No entanto, é possível analisar a caça à raposa em seus aspectos similares aos demais esportes emergentes no período. Os autores sugerem que se acompanhe esse raciocínio exercitando certo afastamento do objeto de análise, para que se possa abrir perspectivas antes obscurecidas por um excessivo envolvimento do investigador.⁵¹

Segundo Elias e Dunning, assim como no futebol e em outras modalidades de esporte, o que diferenciava o jogo da caça à raposa do padrão característico das caças anteriores era uma mudança particular na natureza do prazer sentido pelos participantes. No futebol (que surge na Inglaterra naquele período), na caça à raposa, e em outros esportes, ocorre um deslocamento da emoção e do prazer implicados no jogo para um momento diferente daquele do clímax representado pela vitória. O momento final, nessas novas modalidades de esportes, pode, inclusive, tornar-se desinteressante, causar decepção, caso uma equipe seja demasiadamente superior à outra e o confronto se torne desequilibrado. O fim do jogo — com a vitória de um dos contendores — só pode gerar realmente prazer na condição de representar o ápice de um período suficientemente longo de antecipação, durante o qual é possível vivenciar um sentimento de tensão-excitação que antecede o prazer.⁵²

Tal sentimento de tensão-excitação só acontece graças à elaboração de normas para a participação no jogo que visam dificultar e tornar suficientemente complexa a participação dos agentes. O êxito dos participantes passa a se concentrar na habilidade para seguir tais procedimentos previamente definidos, o que exige uma capacidade de *adestramento* à determinada conduta. É preciso *aprender* a seguir os movimentos da dança em seus mínimos detalhes. O que, antes de tudo, corresponde à capacidade de prolongar o êxtase em minuciosos exercícios de refreamento dos impulsos até o ponto conclusivo da vitória. Elias observa o desenvolvimento destas habilidades — e o desenvolvimento do auto domínio — como uma mudança de grande alcance na estrutura da personalidade dos seres humanos, e por sua vez, na formação da sociedade em geral.

O aumento da habilidade para o controle e a renúncia permite a sublimação dos instintos. Insere-se em um processo de transformação de modelos sociais de conduta e sensibilidade que se estabelece em uma direção predeterminada. Inicialmente circunscreve-se às classes mais altas e, posteriormente, é absorvido de forma mais ampla.⁵³ Assim, pode-se inscrever a caça à raposa (e outros esportes) que se consolidam na Inglaterra do séc. XVIII como parte de um processo civilizador sob o signo de divertimento.

⁵⁰ ELIAS; DUNNING, 1992, p. 59.

⁵¹ ELIAS; DUNNING, 1992, p. 47.

⁵² ELIAS e DUNNING, 1992, p. 233.

⁵³ ELIAS e DUNNING, 1992, p. 40-42.

A prática de tais jogos, o domínio de suas exigências delimitava não só uma diferença na conduta, mas prestava-se para demonstrar uma distinção pessoal e de grupos sociais. Compreende-se, portanto, que a habilidade para a caça possa ter absorvido um papel importante no estatuto atribuído aos estadunidenses fronteiriços, fazendo-os portadores de uma condição passível de identificação à conduta requintada da aristocracia inglesa. O domínio do saber ritualístico da caça estabeleceu uma condição de civilidade também para o personagem mítico do pioneiro, espelhada em sua condição de desafiador, parte do jogo inerente ao ambiente bravio da natureza.

A condensação de atributos discrepantes em torno do emblemático pioneiro do Oeste perde, assim, sua aparência inicial. Abre-se a possibilidade de compreender o que está implicado na conciliação de opostos que compartilham afinidades, estas fundamentais para a construção do personagem. É o caso de voltar à figura de Daniel Boone, representante tanto do herói encarregado de livrar o Oeste de sua barbárie e selvageria quanto do herói capaz de desafiar as regras do ambiente selvagem por meio de uma espécie de adestramento ao labor e ao lazer.

A conquista do Oeste, não importa a versão escolhida para descrevê-la, inclui sempre a alusão a esse adestramento direcionado ao jogo imposto pelas condições adversas da natureza. Além disso, confere pontos de coincidência entre a natureza e o homem, que podem ser visualizados como dois contedores no processo de ocupação do espaço.

Interessa lembrar que o labor, no contexto da democracia, naquilo que implica de desafio e procura pela vitória, é semelhante e permeável ao ato de caçar, no ambiente de um território selvagem.

Pode-se, então, retomar a distinção estabelecida entre os caçadores e os ociosos, conforme definidos na crônica dos visitantes do Yellowstone. Aos ocupantes *naturais* da região — caçadores e coureiros (*hunters and trappers*) — sobrepõe-se o personagem que não detinha o saber dos movimentos da dança em seus mínimos detalhes. O trabalho deste personagem também se estabelecia em torno das atividades da caça, mas não se conciliava com as normas definidas para o ritual institucionalizado. Os *ociosos* caçavam no verão para comercializar a carne com os turistas, enviavam carcaças e cabeças de animais para os estudiosos de Nova York e outras cidades do Leste, viviam andando à procura dos visitantes que os aceitassem como guias para os pontos de interesse turístico do Parque, fabricavam artesanato com o material encontrado na região para vender aos mesmos turistas.

Todas essas atividades constituíam adaptações às demandas eventuais dos *outros* cidadãos. Os *ociosos* viviam indiretamente do turismo e da caça, duas atividades percebidas naquele período como exercícios de auto-formação e de formação de civilidade, mas não constituíam os *autênticos agentes* dessas atividades, pois que mudavam o jogo de acordo com as circunstâncias. Os ociosos se aproveitavam sem jogar o jogo, segundo o ponto de vista então vigente.

Os *outros* são aqui definidos como aqueles que exerciam atividades voltadas para o aperfeiçoamento pessoal em sentido amplo, ou seja, os visitantes que se interessavam em compartilhar e usufruir das riquezas da natureza, no que diz respeito à aquisição de educação estética, à recuperação da saúde e ao aprendizado científico. Eram aqueles que buscavam usufruir dos atributos do Parque por meio de atividades reconhecidas como pertinentes ao turismo. A visita turística, conforme concebida na época, condensava todas essas funções que possibilitavam a formação mental e corporal do homem, o aprendizado da natureza e de

sua própria natureza. O que também significava a conformação de uma postura diferenciadora para esses grupos sociais.

Interessa, portanto, discutir a concepção de turismo nos espaços naturais que se consolida no século XIX, tomando-a como indicativo das condições de saber que possibilitaram a gênese da idéia de espaços naturais protegidos.

Para tal, retoma-se o caso do Yellowstone, escolhendo, dessa vez, não as exceções do conjunto de fotos de 1876 — o extra ordinário —, mas uma das fotos cujo conteúdo se apresentou freqüente, aquele do discurso que foi legitimado à época e que definiu lugares próprios para as primeiras reservas naturais.

Para o prazer e o benefício das pessoas



Figura 2: “O *Grand Cañion* de Yellowstone, 400 a 500 metros de profundidade”
MARSHALL, 1876.

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, 2004.

A FIG. 2 segue o padrão da maioria das 122 fotos feitas no Yellowstone, em 1876. Ao contrário da FIG. 1, traz no verso uma extensa descrição, rica para exame:

O Rio Yellowstone, a 20 milhas ao norte do lago Yellowstone e a 13 milhas ao norte do vulcão Mud, depois de descer precipitadamente as corredeiras de Yellowstone, deságua nas Cachoeiras Superiores, e logo a meia milha rio abaixo, desce pelas Cachoeiras Inferiores, recebendo, no meio do caminho a Cascata Creek, pelo oeste. A parte colorida do *Grand Cañion* começa entre essas duas quedas, sendo, sem sombra de dúvida, o mais lindo cenário de rochas do mundo. Todas as 27 milhas que perfazem o *Grand Cañion* são formadas de rochas vulcânicas que foram erodidas em inúmeras, pitorescas e amáveis formas. A altura e o curioso padrão de erosão dos penhascos são, entretanto, bem menos extraordinários do que a inigualável riqueza e variedade de seu colorido abrangendo toda a cadeia da escala cromática, exceto quanto aos azuis puros e verde-azulados e púrpuras. Amarelos acre, do dourado ao palha claro;

vermelhos, do carmim ao rosa; marrons, e brancos, e cinzas, e pardos, e pretos – mesclados e compostos, o que permite ver todo o arco-íris – gloriosas tonalidades de bosques tingidos pelo outono [...].

A descrição colore a foto, descrevendo as nuances cromáticas imperceptíveis na imagem em branco e preto. Foto e texto buscam transmitir o êxtase diante “do mais lindo cenário de rochas do mundo”.

O texto confere ainda mais movimento às cenas que o sugerido pela visão do escoamento do rio Yellowstone. A disposição dos elementos na foto e sua minuciosa descrição evocam um sentimento de pertencimento ao lugar. Na foto, o horizonte e os cumes das montanhas ligam-se às margens do rio, que se direcionam ao observador. Um rochedo e um ramo de galhos, no primeiro plano, reforçam tal proximidade.

A proporção dos elementos e a origem do curso d’água, simulada no limite com o céu, induzem, ao contrário, a uma sensação de distanciamento do observador e dão amplitude ao cenário. O texto realça essa abertura de perspectiva, não só em relação ao espaço físico, mas também em relação ao tempo, transmitindo transcendência:

[...] acompanhando o exterior destes penhascos grandiosos, não desvanecem, parecem eternos como as eternas colinas que os suportam, não se extinguem com o sopro do inverno, remanescendo para deslumbramento de todos os observadores com sua atordoante beleza, até que cesse o outono, e não existam mais invernos.

Os termos glória, grandeza, exuberância, deslumbramento inspiram uma cena de epifania: e depois tudo se torna estático, eterno, “não desvanece”...

O texto, por outro lado, descreve, identifica, localiza os elementos da geografia: *cañions*, rios, cachoeiras, corredeiras... com a maior precisão possível. Ou seja, enquadra, situa, indica uma realidade tangível. Sugere, ainda, alguma hierarquia entre eles, seja de forma, beleza, dimensão ou textura. Assim, também sistematiza os elementos: eles são apresentados isoladamente e em sua relação.

O ponto focal está no rio. As montanhas, o céu, um promontório no plano de frente moldam o enquadramento, e oferecem limites, como exige uma pintura do período.

Pode-se ler na foto, e no texto, a expressão dos códigos estéticos, científicos, religiosos então vigentes, e tomá-los para o estudo das possíveis sensibilidades para com a natureza que se traduziram na ocupação e no uso simbólico do Parque, em seus primeiros tempos.

Corbin avalia os modelos de visitação aos territórios desabitados que vigoravam no final do século XIX, observando que eles aglutinavam anseios aparentemente conflitantes, mas sempre interligados e, sobretudo, frequentemente identificáveis em um mesmo indivíduo.⁵⁴

O estímulo para exaltar o próprio esforço, por meio de caminhadas e escaladas em lugares íngremes e desertos, vinculava-se à busca de solidão, de reencontro consigo e de disposição para um exercício de auto conhecimento e formação. Espelhava, ainda, uma atmosfera do período: a negação da cidade, a necessidade de descanso da convivência promíscua com a sociedade urbana.

⁵⁴ CORBIN, 2001.

Da mesma forma, podia estar em pauta a vontade de intensificar sensações de vibração interior e de alcançar um sentimento de interação com o cosmos. Tais expectativas envolviam também a busca da surpresa, possibilitada por cenários inesperados e grandiosos. Os panoramas configurados por rochas, grutas, montanhas e despenhadeiros constituíam verdadeira fascinação e possuíam um valor simbólico extremamente expandido, apoiado, inclusive, pelo estágio de divulgação e popularização dos estudos geográficos e geológicos.

Os elementos do relevo, como discutido inicialmente, obtiveram especial ênfase nas justificativas para a delimitação do Yellowstone como reserva para um uso não convencional. Os gêiseres eram relacionados a testemunhos de um período arcaico das formações terrestres e de imagens obscuras da vida — no Yellowstone dizia-se que por meio deles, o inferno vinha à tona. Os elementos do relevo, picos, *cañions* e montanhas refletiam desafios, empecilhos, e recebiam também valoração especial como ambientes inalterados, originais. Os rios, corredeiras, cachoeiras traduziam movimento e transitoriedade.

Os objetivos definidos para o Parque correspondiam, portanto, ao propósito de “colocar aquele espaço à parte, (...) dos danos e da espoliação” e “possibilitar a retomada das condições originais” onde houvesse alteração. Pretendia-se “preservar as maravilhas ali encontradas” e eternizar aquela “atordoante beleza”.

O senso comum resume o significado da palavra sublime àquilo que é muito agradável, belo, encantador. Já os dicionários apontam também para os sentidos de magnífico, majestoso, extraordinário, esplêndido, excelso, que se eleva “acima do humano e do material”, pois que se vincula ao reino celestial, divino. O Dicionário Houaiss lembra que o vocábulo expressa, sobretudo, um julgamento de admiração entusiasta.

O sublime – vivenciado no final do século XIX, exposto e descrito pelo fotógrafo do Parque – expressa identidade de uma maneira mais complexa que a simples sensibilidade para com a beleza. No sublime, a vibração do ser “suspense no ar” é provocada pelo pavor, pela sensação brutal de confronto com “a força incomensurável da natureza” e, conseqüentemente, pela sensação do ser pequeno diante do grandioso. Corbin exemplifica como sublimes os terremotos, as tempestades, os naufrágios, os abismos e a “contemplação da imensidão [que] cria um choque, uma inserção na natureza, a qual submerge a alma sensível”.⁵⁵

O fotógrafo da FIG.2 paira sobre os “400 a 500 metros de profundidade”, extasia-se diante da atordoante beleza da imensidão e do eterno, embora também se ocupe em detalhar o padrão dos processos erosivos e apresentar o cálculo das distâncias e das dimensões. Manifesta seu encantamento pelas pitorescas e amáveis formas e cores e mostra estar absorvido por um sentimento de transcendência.

O amável e o agradável comportam também o impacto do choque. O código estético pitoresco pode ser definido como a busca de um ponto de vista que lembre uma composição de pintura.

⁵⁵ CORBIN, 2001, p. 87. Segundo esse autor, o conceito de sublime, que já existia na Europa desde o século XVI, foi objeto de debates, estudos e ensaios no final do século XVIII. Em 1757, Edmund Burke defendia em sua obra *Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of The Sublime and Beautiful*, que o terror e o horror provocados pela natureza vêm da exultação, do espanto e do assombro, os quais fornecem mais encanto que desgosto. Immanuel Kant, em *Observations on the Feeling of the Beautiful and the Sublime* (1763) e posteriormente em *Critique of Judgment* (1790) identifica os mais agrestes traços do mundo natural como esteticamente agradáveis.

Mais que um modelo para o olhar, o pitoresco é caracterizado por uma conduta para o olhar, a qual consiste em uma verdadeira caça: a procura do enquadramento ideal, aquele no qual se consegue a surpresa na curva do caminho. Mas a beleza e a surpresa do pitoresco se apóiam no pressuposto da “qualidade da aspereza e da irregularidade da natureza”. No pitoresco, o caráter vasto e caótico do espaço natural é deleitável delicadamente.⁵⁶

O pitoresco envolve, também, o desejo de animar a paisagem, sublinhar os elementos do cenário que lembrem movimento, tais como os cursos d’água, animais, caminhos... Por outro lado, só é pictórico o que pode ser emoldurado. Limites são fundamentais para o pitoresco, ou seja, não se admite que o cenário se esvaia em direções indefinidas. Tais características, como se viu, compõem a foto do Yellowstone. Na foto e na descrição que a acompanha não é possível isolar as características dos diversos códigos vigentes.

Esse intrincado jogo de referências filosóficas, religiosas, científicas, estéticas fez do século XVIII o que Campbell chamou de Século da Razão e Idade do Sentimento, sem que essa composição implicasse uma vida dupla ou uma disputa no universo ético do homem típico do período.⁵⁷

Corbin considera que o século XVIII representa um momento particular da forma de apreciação humana da natureza, pois que nele se manifesta um fenômeno particular, que o autor denomina “sinestesia dos sentidos”.⁵⁸ Era como se “uma espécie de sexto sentido” estivesse em ação, sentido esse que possibilitava maior inserção do sujeito na natureza. Um senso de pertencimento à natureza que hoje não seríamos mais capazes de vivenciar.⁵⁹

Essa disponibilidade de pertencimento, segundo esse autor, atinge seu ápice no século XVIII como resultado de uma permissão gradual e cada vez mais abrangente de contato do homem com a natureza. Se na Renascença a relação com o espaço estava submetida ao primado do olhar, já no início do século XVIII recomendava-se que as pessoas procurassem sentir o mar pelo contato dos pés nus com a areia, pela imersão na água, pelo enfrentamento das ondas. No fim do século XVIII, acreditava-se que o diafragma fosse o local da emoção e da inquietude. Ir à praia ou aos lugares altos e abertos passou a constituir uma recomendação terapêutica. Enfrentar as ondas e absorver o choque no peito tornou-se uma prescrição para combater não só os males do corpo como também os sofrimentos da alma.

Os cuidados da alma e do corpo e sua ligação com o autoconhecimento, o ideal de formação ética e estética constituíram o tema de inúmeras obras literárias sobre o século XIX, tão bem representados, por exemplo, nos personagens de Morte em Veneza, de Thomas Man. Férias, tratamentos de saúde e aperfeiçoamento cultural eram sinônimos para as pessoas que visitavam as praias, as montanhas e as fontes termais.

⁵⁶ CONAM, Michel. Découverte et invention du Yellowstone: esquisse de l’histoire de la création d’une culture visuelle aux États-Unis au XIXe siècle. In: CADORET, A. *Protection de la nature, histoire et idéologie: de la nature à l’environnement*. Paris: L’Harmattan, 1985. p.179. Cf. NASH, 1982, p. 46; CORBIN, 2001, p. 88.

⁵⁷ CAMPBELL, A *ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

⁵⁸ CORBIN, 2001, p. 27.

⁵⁹ CORBIN, 2001, p. 27.

A emergência do ser individual moderno contribuiu para a susceptibilidade dos valores relacionados à regularidade, estabilidade e proporção, antes imprescindíveis para provocar o prazer estético.

Como observa Trilling, no mundo moderno todo mundo age como uma parte, toma uma posição, dança a sua dança, até mesmo o rei. Quando até o rei é imaginado como desempenhando um papel social fica claro que o olhar moderno difere daquele dos períodos nos quais, presumivelmente, o rei simplesmente é rei, em virtude de ter sido escolhido por Deus.⁶⁰

Também a natureza, em sua moderna ontologia, pressupõe a individualidade, a independência e a particularidade dos objetos. A força que irradia de cada objeto é que traduz o poder que pertence à natureza como um todo. Tudo pode ser resumido na palavra *natureza*, que indica a integração de todas as partes em direção a uma totalidade-inclusiva de atividades e vidas. A parte não só existe sem o todo como também se afirma indo contra ele, constituindo um elemento específico da individualidade.⁶¹

O sistema de apreciação da natureza do século XVIII, que Corbin descreve como envolvendo uma sinestesia dos sentidos, apresentava uma complexidade que se traduz de forma abrangente, por exemplo, na poesia romântica. Para De Man, a paisagem torna-se a musa da poesia romântica. Nela, a relação dramática entre o poeta e a paisagem é mais rica que a simples observação ou descrição. Na poesia romântica, percepção e imaginação se interagem, pretendendo-se atingir o “ato complexo de uma visão pura”. A relação entre o poeta e a paisagem é a de alguém que observa sendo também a coisa observada, como se o discernimento entre ambos fosse apenas uma aparência ilusória, um duplo mimetismo. A paisagem seria, nesses termos, uma entrada para um mundo “dormindo por trás da natureza visível”, para uma ordem cósmica que abarcaria também o destino do homem.⁶² A linguagem mimética e simbólica da poesia traria, assim, o balanceamento necessário para o acesso ao real.⁶³

Schiller, em a ‘Educação estética do homem’, obra de referência para o estudo da filosofia romântica, ressalta como finalidade da educação estética buscar no homem o balanceamento entre sua natureza sensível e sua natureza formal. Para Schiller,

quando as duas qualidades se unificam, o homem conjuga a máxima plenitude da existência à máxima independência e liberdade, abraçando o mundo em lugar de nele perder-se e submetendo a infinita multiplicidade dos fenômenos à unidade de sua razão.⁶⁴

⁶⁰ TRILLING, Lionel. *Sincerity and authenticity*. New York and London: Harcourt Brace Jovanovich, 1972, p. 31.

⁶¹ TRILLING, 1972, p. 41.

⁶² DE MAN, *The rhetoric of romanticism*. New York: Columbia University Press, 1984, p. 126-133.

⁶³ GUSDORF, *Le savoir romantique de la nature*. Paris: Payot, 1985, p. 38.

⁶⁴ SCHILLER, *A educação estética do homem, numa série de cartas*, São Paulo: Iluminuras, 2002, p. 69.

O prazer estético supõe, assim, o exercício de um saber sobre si e sobre o mundo, com a intenção de atingir uma outra ordem de envolvimento que ligue as faculdades da intuição e da especulação, de modo que os limites entre elas possam ser dissolvidos.

Há, então, no Romantismo, a consciência do caráter inacabado que envolve essa busca pela unidade e pelo infinito, e pelo alcance do estado de beleza pura, que não podem ser nunca atingidos, pois que fazem parte da incompletude inerente ao ser.⁶⁵ Segundo Gusdorf, para o romantismo, “no que concerne à realidade total, nós só podemos ter percepções fragmentadas, perspectivas laterais; a divergência é a regra; a idéia mesma de uma elucidação total da natureza implica contradição.”⁶⁶ Daí a importância da expressão artística e, em especial, da poesia, como léxico apropriado para o romantismo, que pretendia um “canto do mundo” e não “uma equação do mundo”.⁶⁷

Esta consciência do homem como parte da natureza — base da proposta da Filosofia da Natureza, da qual Schiller foi um dos expoentes —, é uma expressão importante da transição de valores que marcou o século XVIII.

Há que se considerar o vínculo dessas transformações filosóficas com as mudanças nos dogmas teológicos que marcaram o início do período moderno, no que diz respeito à relação homem com o espaço natural.

A noção ocidental pré-moderna de natureza ligava o espaço das florestas e dos ermos à ausência de normas, à liberdade dos instintos, das pulsões, dos cultos às divindades pagãs dos bosques, rios, nascentes, todos proibidos pelo cristianismo.⁶⁸

Thomas observa que os teólogos do início da modernidade interpretavam a Bíblia de forma a justificar plenamente o predomínio do homem sobre a natureza, sua tarefa de “encher a terra e submetê-la”.⁶⁹ Os obstáculos que o mundo natural colocava no caminho do homem representavam, nessa interpretação, respostas de Deus ao pecado original. Daí a simbologia de elementos de relevo como empecilhos, como no caso das montanhas e picos considerados “verrugas da terra”.

A partir de meados do século XVII, no entanto, os debates teológicos tenderam a deslocar para o segundo plano o pecado original e a destacar, não a decadência da natureza, mas seu designo benévolo. A natureza passava gradualmente a ser entendida como cenário da demonstração do poder e da excelência de Deus.⁷⁰ Compreende-se que nesse processo de transição se pudesse relacionar *wilderness* e beleza, *wilderness* e piedade, *wilderness* e introspecção, uma vez que se passava a acreditar que os pensamentos espirituais emergiriam ainda mais intensamente quando na contemplação de paisagens inabitadas.⁷¹ Tal vínculo

⁶⁵ SCHILLER, 2002, p. 92.

⁶⁶ GUSDORF, 1985, p. 38. Para Gusdorf, daí vem o sentimento do interminado, da procura sem o chegar, que ficaram no senso comum traduzidos como tristeza, simplificando a base filosófica do romantismo.

⁶⁷ GUSDORF, 1985, p. 37.

⁶⁸ HARRISON, 1992; SCHAMA, 1996; THOMAS, 1996.

⁶⁹ THOMAS, 1996, p. 21-30. Embora deixe claro que outras interpretações poderiam ser dadas ao antigo testamento, e ressalta que a interpretação teológica do período tendia a desconsiderar a questão da responsabilidade humana diante da criação divina.

⁷⁰ THOMAS, 1996, p. 25.

⁷¹ NASH, 1982, p. 46.

espiritual possibilitou que os espaços naturais se tornassem um cenário privilegiado para conjugar dedicação religiosa, penitência e cultivo do auto-esforço.

As emoções individuais, que adquirem condições de emersão na modernidade, contribuíram para que todos fossem capazes de manipular mais livremente os símbolos religiosos. As emoções passaram a ser enfaticamente definidas como assuntos íntimos, da esfera privada da vida do indivíduo. No período pré-moderno, as emoções situavam-se no mundo e as fontes de intervenção no mundo, por sua vez, eram identificadas fora do homem, de onde obrigavam-no a agir e incitavam-no a sensações.⁷² O “desencantamento do mundo” — o colapso da suposição geral de que agentes independentes ou espíritos atuavam na natureza — alterou a visão e a relação do homem com o mundo, moldando uma natureza destituída de espiritualidade predeterminada.

Ao estudar a genealogia da revolução do consumo moderno, Campbell apoiou-se nos estudos de Weber, na tese de que a ética burguesa foi estruturada pela ordem e pela razão, enfocando o universo moral e material. O cerne do argumento de Campbell encontra-se na contribuição de uma subsequente “segunda ética protestante” moldada em correlação com emergência do universo subjetivo.

A possibilidade de escolha foi um fator preponderante para diferenciar o prazer moderno daquele vivenciado nos períodos anteriores. Foram necessárias profundas transformações para que as emoções, submetidas ao controle voluntário de sua intensidade, viessem a ser desfrutadas nos moldes do hedonismo moderno, o qual envolvia um processo de auto-determinação. No hedonismo, o indivíduo deveria desenvolver a aptidão de decidir a natureza e a força de seus próprios sentimentos.

A segunda ética, para o autor, nutre-se do questionamento à doutrina da predestinação; formase a partir dos conflitos religiosos que caracterizaram a Inglaterra no século XVII, estes associados a inúmeros esforços para a construção de novas teologias filosóficas que floresceram no século XVII e início do XVIII.

Nos âmbitos religiosos e filosóficos, segundo esse autor, estabeleceu-se um confronto com as explicações calvinistas sobre os caminhos de Deus até o homem, especialmente aquelas referentes às justificativas do sofrimento, da morte, da injustiça e da questão da salvação remetidas, pelo calvinismo, ao arbítrio absoluto de Deus. Tal teodicéia vinha sofrendo ataques por parte dos pensadores céticos e ateus do iluminismo, enquanto dúvidas e dificuldades assediavam crescentemente os fiéis.⁷³

Como é sabido, Campbell ressalta duas contribuições significativas para o enfrentamento dos dogmas calvinistas: os estudos dos teólogos depois denominados Platonistas de Cambridge e a teologia filosófica do otimismo do século XVIII, ligada diretamente a Leibniz. Os teólogos de Cambridge discutiram uma concepção que acentuava a idéia da benevolência divina, equiparando benevolência e onipotência. Atacando o que chamavam fatalismo arbitrário do divino, os Platonistas de Cambridge pregavam a tolerância e defendiam a tese de que a fé não estava voltada contra a razão, reforçando, assim, o papel da razão que o movimento protestante procurava suprimir. Tal ênfase no intelecto possibilitou reafirmar o princípio do julgamento privado na interpretação da escritura e a noção de que todo homem tinha o direito irrevogável de examinar e decidir a verdade da escritura por ele mesmo. O efeito mais

⁷² CAMPBELL, 200, p. 103-107.

⁷³ CAMPBELL, 2001, p. 149-156.

imediatamente dessa nova teologia filosófica foi uma nova forma de religião, que se tornou conhecida como deísmo sentimental ou religião natural.⁷⁴

Segundo o deísmo a benevolência requeria a completa expressão do divino que se achava no íntimo de cada um, entendendo que os homens eram afetados pela situação dos outros e podiam agir com genuíno amor, compaixão e piedade. A teodicéia otimista, que ligava o componente pietista e emocionalista do pensamento puritano à filosofia neoplatônica, se propagou por meio do culto da benevolência e da melancolia para depois assumir os moldes de um sentimentalismo plenamente amadurecido, antecessor e parente do romantismo.⁷⁵

Deísmo e Romantismo constituíam, assim, expressões de um mesmo processo cujo pressuposto é uma consciência individual capaz de estabelecer a mediação entre a realidade objetiva e a resposta subjetiva. O duplo foco no “ego” e no “gênio”, componentes dos esforços de espiritualização do movimento romântico, adicionou-se ao controle de todas as manifestações de emoções indesejadas, pressuposto da ética puritana. O puritanismo, ao posicionar-se pela hostilidade contra a expressão natural da emoção induziu uma aptidão individualista para manipular o significado dos objetos, para a autodeterminação da experiência emocional, em suma, para a possibilidade de alcançar prazer com a escolha da emoção.⁷⁶ Para Campbell, o surgimento do consumismo moderno representou um processo cultural revolucionário porque inseriu o componente do culto ao prazer no ato de consumir, mas um tipo de prazer inexistente no consumo tradicional. Tal prazer moderno do consumo tem como base o caráter de fruição insaciável, o que denominou de hedonismo “auto-ilusivo”.

O Dicionário Houaiss define hedonismo como “uma das doutrinas que concordam na determinação do prazer como o bem supremo, finalidade e fundamento da vida moral.”⁷⁷

O hedonismo moderno “auto-ilusivo” envolve a capacidade altamente racional dos indivíduos de empregarem seus poderes imaginativos para construir imagens mentais que eles consomem pelo intrínseco prazer que elas proporcionam. Tal prazer tem como base o devaneio, a fantasia, uma ilusão que, mesmo se sabendo falsa, é sentida como verdadeira.

Thomas ressalta que o século XVIII foi “rico nas novas sensibilidades em relação à natureza”: piedade, afinidade, respeito. Mas, observa, que não se tratavam de sensibilidades tão novas, de fato elas apenas passaram a ser difundidas e amparadas de modo mais explícito pelo ensinamento religioso e filosófico da época, fazendo da benevolência e da generosidade para com os elementos da natureza “as fontes mais refinadas do prazer.”⁷⁸

É preciso ter em mente, ainda, que a satisfação constituía uma das formas de prazer, mas não a única. As chamadas emoções negativas podiam, inclusive, evocar sentimentos mais fortes e proporcionar um potencial maior de prazer. A segunda metade do século XVIII, observa Thomas, presenciou uma voga de lágrimas, a intensificação de um forte sentimento de remorso frente a atos de supressão vegetal, inclusive o corte de uma árvore, a coleta de uma flor ou aos maus tratos aos animais.⁷⁹

⁷⁴ CAMPBELL, 2001, p. 155-158.

⁷⁵ CAMPBELL, 2001, p. 168-195.

⁷⁶ CAMPBELL, 2001, p. 107-111.

⁷⁷ HEDONISMO. In: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 2001. 1 CD-ROM.

⁷⁸ THOMAS, 1996, p. 207-209.

⁷⁹ THOMAS, 1996, p. 206-216; 253-256;

O amor e a afinidade teológica para com os espaços naturais constituíam componentes importantes na ampliação e valorização das visitas a esses espaços. Nash observa que as viagens aos espaços naturais eram preferencialmente realizadas no inverno, para se experimentar o prazer do sofrimento e a novidade do perigo.

O Deísmo e os códigos estéticos do sublime e do pitoresco permitem acompanhar as origens da idéia, ainda tão presente, de Santuário Natural, segundo a qual o sagrado foi transferido para a natureza. A mesma cadeia montanhosa antes julgada como “verruga da criação”, passou a ser retratada, em 1876, como inspiradora de “deliciosos horrores”.⁸⁰ Com o deísmo, observa Nash, “o homem encontrou uma forma de louvar, até de cultuar, aquilo que antes detestava.”⁸¹

Vale lembrar que o turismo, à época, condensava as diversas expectativas de auto-conhecimento e conhecimento do mundo, nas quais os códigos científicos, estéticos e religiosos complementavam-se em uma equação que revelava mais cumplicidade que contradição. O lugar santuário superpunha-se, assim, ao lugar laboratório e ao lugar do êxtase e da dúvida individual.

Curiosamente, Nash identifica um dos primeiros usos da palavra sublime – que passou a integrar as letras americanas – no relato de uma expedição científica realizada, em 1775 ao norte da Geórgia, pelo botânico norte-americano Willian Bartram. Esse cientista “viu com arrebatamento e espanto um terrivelmente sublime cenário de poder e magnificência, um mundo de montanhas empilhando-se sobre montanhas”. Sabedoria e sensibilidade se entrelaçam no relato do naturalista. Ele desfrutou tão intensamente de seu ambiente de pesquisa, que louvando o “supremo autor da natureza”, cuja sabedoria e poder via manifestados no *wilderness*, confessou: “minha imaginação engajou-se totalmente na contemplação desta magnífica paisagem. Eu fiquei quase insensível a uma nova espécie de Rhododendron.”⁸²

A descrição do vale do Yellowstone, no verso da Figura 2, apresenta a mesma miscigenação de motivações e influências.⁸³ Mas os espaços ermos poderiam ter adquirido o estatuto de ambientes específicos para a apreciação e demarcação como reservas naturais muito antes do final do século XIX e em qualquer outro país que compartilhasse a adoção desses códigos. No entanto, na situação dos Estados Unidos da América no final do século, um outro fator ocuparia a atenção predominante, o qual veio a compor as condições necessárias para que o lugar santuário e lugar laboratório absorvessem uma outra qualificação.

Para o benefício da nação

Na segunda metade do século XIX, marcado pelo auge do entusiasmo com a independência recente, atribuir um valor especial às rudes amplidões americanas parecia ser a idéia certa, no momento certo, no lugar certo. Buscava-se um emblema nacional, um traço cultural que

⁸⁰ CORBIN, 2001, p. 88.

⁸¹ NASH, 1982, p. 46.

⁸² NASH, 1982, p. 54.

⁸³ Ver em CONAN, 1985, o papel do sublime e do pitoresco na formação da cultura popular da paisagem estadunidense e seu papel para forjar a visão de natureza como emblema de identidade nacional.

distinguisse a jovem nação dos demais países e ainda oferecesse uma analogia direta com o espírito libertário, democrático que se procurava enfatizar – uma perspectiva de um futuro promissor e aberto a diferentes experiências. Mais: procurava-se um símbolo de identidade nacional, em contraposição a uma situação real de ocupação extremamente heterogênea. Algo que permitisse extenuar as ambigüidades presentes no imaginário sobre o Oeste e conferir igual confiança e orgulho ao provinciano fronteiriço e ao cidadão urbano estabelecido. Tarefa difícil, como observa Nash, para um país de história recente, munido de poucas tradições e experiências artísticas, quando comparadas às européias.⁸⁴ As imensidões naturais do País, sem contrapartida no velho mundo, mostraram-se um excelente mote, reunindo todos os requisitos.

Desde meados do século XIX os espaços selvagens norte-americanos eram reconhecidos como um recurso cultural e moral, base para a auto-estima nacional.⁸⁵ O tratamento dado a outras áreas naturais do País já indicava o papel iconográfico e emblemático da rusticidade original.

A palavra monumento lembra algo concreto, construído, que apresenta contornos, limites. O dicionário relaciona a palavra aos significados de obra artística com atributos estéticos e imponência, tais como esculturas e edificações. Apresenta também relação entre o termo e algo que causa admiração, que perpetua no tempo, que contribui para a memória de acontecimento relevante na história de uma comunidade (ou nação) e ainda possui uma função documental, constituindo um acervo significativo para o estudo da história da humanidade e das nações.⁸⁶

Compreende-se que as grandes esculturas da natureza se tornassem facilmente demarcáveis como monumentos, documentos de um período e um espaço não maculado, a serem preservados para sempre, indicando elementos da autenticidade da nação estadunidense: imensidão, originalidade.

O Yellowstone não constituiu o único nem o primeiro monumento relacionado à autenticidade estadunidense. Várias áreas foram demarcadas com igual intuito.⁸⁷ A primeira concepção do projeto para o Central Parque de Nova York constitui um bom exemplo.

Apresentado em 1857, o projeto do Central Parque enfatizava os efeitos benéficos de se manter os aspectos originais do terreno: relevo, formações rochosas e vegetais e constituiu uma das primeiras experiências formais de parques urbanos no gênero.⁸⁸ Olmstead e Vaux, seus autores, souberam traduzir a ligação entre natureza e liberdade que caracterizava o período com uma proposta social bastante inovadora. Pensando nas pessoas que não podiam depender de viagens a lugares ermos, eles declararam que pretendiam proporcionar a “centenas de milhares de trabalhadores cansados” o prazer de desfrutar da natureza no centro de Nova York.

⁸⁴ NASH, 1982, p. 67.

⁸⁵ NASH, 1982, p. 67-69; CONAN, 1985, p. 191-192.

⁸⁶ Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, 2001.

⁸⁷ BRESSAN, Delmar. *Gestão racional da Natureza*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 25.

Segundo Bressan, nos Estados Unidos, foram criados, no século XIX os parques nacionais de Yosemite, General Grant, Sequóia e Mount Rainier.

⁸⁸ RUTLEDGE, Alberto. *Anotam of a Park*. New York: McGraw-Hill, 1971, p. 3-6; SCHAMA, 1996, p. 562-564.

Com uma imensa capacidade de previsão, Olmsted justificava-se na defesa da “Concepção do Plano”:

Dia virá em que Nova York se ampliará, em que procederá ao nivelamento e aterro e em que as formações rochosas da ilha, pitorescamente diversificadas, se converterão em fileiras de monótonas ruas retas e em sucessões de edifícios. Não restará vestígio de sua atual superfície variada, à exceção dos poucos hectares contidos no Parque. Então se perceberá mais claramente o valor inestimável dos atuais contornos pitorescos do solo. (...) Portanto, parece de bom alvitre interferir o mínimo possível em seus contornos fluidos e ondulados e seu cenário rochoso e pitoresco.⁸⁹

Poucos anos depois, em 1861 — ano do início da Guerra Civil norte-americana — uma expedição de fotógrafos visitou a região de Yosemite, na Califórnia e, em 1862, uma exposição mostrava as grandes sequóias “altivas e resistentes”, imagens, por excelência, do lema republicano de unicidade e força. Pela Lei de 1º de junho de 1864, assinada por Abraham Lincoln em plena Guerra Civil Americana, Yosemite se tornou a primeira reserva natural do mundo. A área foi instituída como parque em 1890, mas o texto de 1864 já “cedia” o local ao estado da Califórnia, que deveria mantê-lo “inalterado para sempre”, “para usufruto [...] e lazer do povo”.⁹⁰

É interessante observar o caráter de conjunto de áreas isoladas, monumentos isolados, que possuem afinidade entre si. Poder-se-ia supor aí uma função adicional que lhes confere o estatuto de coleção, reportando à discussão desenvolvida por Stewart.⁹¹ Cada elemento ou cada área presta-se a uma metonímia das feições e hábitos autenticamente nacionais. Cada área se configura a partir da relação com as demais, compartilhando alguns atributos que as assemelham e as tornam complementares.

Mas, ao mesmo tempo, cada elemento comporta a idéia de todo, individualizado, definido, auto-suficiente. Espaços colocados à parte, emoldurados, que contêm em si a capacidade de responder às expectativas do encontro com as sensações de transcendência, surpresa, movimento, êxtase, aprendizado.

Ao lado disso, um só parque também é capaz de indicar uma metáfora da nação. Por exemplo, cada parque pode ser considerado um museu, um espaço público para guardar a memória da nação. Por sua vez, cada parque contém a coleção dos elementos da natureza.

Conforme discute Handler⁹², o templo moderno da autenticidade é o museu, espaço onde se espalham os elementos da cultura dos cidadãos considerados seus “possuidores-criadores” a serem expostos às outras culturas. A autenticidade traduz-se, por meio do museu, no léxico do Estado, na particularidade da nação, pois “no senso comum da compreensão da realidade política, as nações são os atores individuais da política”.⁹³

⁸⁹ OLMSTED E KIMBALL, (Eds.), *Forty years of landscape architecture: Central Park*. Cambridge, Mass, 1973, p. 46, apud. SCHAMA, 1996, p. 564.

⁹⁰ SCHAMA, 1996, p. 198.

⁹¹ STEWART, Susan. *On Longing. Narratives of the miniature, the gigant, the souvenir, the collection*. Durham and London: Duke University Press, 1993.

⁹² HANDLER, Richard. Authenticity. *Anthropology Today*, ano 1, v. 2, p. 4, 1986.

⁹³ HANDLER, 1986, p. 4.

Assim como para as pessoas, cada cultura, no final, adquire um valor igual, imaginado no abstrato; e a cultura para um país precisa ser tomada como única, configurando a personalidade da nação. Cultura e nação constituem as entidades individualizadas do mundo social, e trabalham para a interação entre as pessoas e o coletivo. Para Handler,

o contato com peças autênticas da cultura nos museus ou, melhor, a posse desses objetos nas coleções privadas, permite-nos apropriarmos de sua autenticidade, incorporando a prova mágica da existência da qual nós chamamos nossa experiência pessoal.⁹⁴

Criou-se uma identidade entre as grandes extensões de ambientes naturais e a autenticidade estadunidense assim como se construiu a autenticidade do Oeste e o pioneiro fronteiro. Em ambos se conseguiu a auto-afirmação simbólica a partir de instâncias de representação relativas à nação, em contraposição às propriedades que as discriminam sob o ponto de vista dos grupos.

A antiga aversão pelo *wilderness* pode, assim, conviver com a idéia de monumento natural do país, refletir a autenticidade nacional no ponto de encontro que pertence a uma percepção antagônica mais ampla. Pode-se lembrar, aqui, dos antônimos rusticidade e civilização, passado e futuro, individual e coletivo, atraso e progresso, preservação e ocupação, e, porque não, aristocracia e democracia.

A ambivalência dos sentimentos que originaram a transformação do *wilderness* em monumento talvez explique porque a criação dos parques nacionais norte-americanos não foi apresentada como contraditória à continuidade da conquista do país selvagem, e sim como orgulho da rota desenvolvimentista. Se foi possível, para um país em desenvolvimento, excluir imensos territórios do uso econômico convencional e atender uma demanda diferenciada de uso — condensada no termo turismo — nada mais próximo do significado de democracia do que a intenção de possibilitar, para o benefício coletivo, a ambigüidade de nostalgia das origens e crença no futuro, como se o remorso do preço do desenvolvimento pudesse ser transformado em orgulho.

⁹⁴ HANDLER, 1986, p.4.

CAPÍTULO II

Parques nacionais para o Brasil dos anos trinta

No domingo de 10 de janeiro de 1932, os leitores do *Jornal do Brasil* encontraram uma página inteira do suplemento desse diário carioca dedicada a incentivar a criação de parques nacionais brasileiros⁹⁵. Naquele momento, o Brasil ainda não havia instituído nenhum parque nacional.

O artigo trazia um mapa do país e sugeria pontos de localização e nomes para os futuros parques: o Parque Nacional da Amazônia, o Parque Nacional de Paulo Afonso, o Parque Nacional do Tieté, o Parque Nacional Cataratas do Iguaçu e Vila Velha, o Parque Nacional da Tijuca e o Parque Nacional do Itatiaia.

O estabelecimento do primeiro parque nacional brasileiro, quatro anos depois, coincidiu com uma das indicações do artigo, pois que definiu as parcelas limítrofes dos estados da Guanabara (hoje Rio de Janeiro) e Minas Gerais para a delimitação do Parque Nacional do Itatiaia, em junho de 1937.⁹⁶

Mas é principalmente por meio dos documentos que fizeram parte da campanha pela institucionalização das primeiras reservas brasileiras — na qual se insere o texto do *Jornal do Brasil* — que se pode discernir os valores destacados na composição da idéia inicial de parques no País.

A primeira impressão que se tem ao ler o artigo é a de transplantação total dos conceitos estadunidenses de parques, conceitos estes difundidos desde o fim do século anterior. De imediato, o título “Parques Nacionais: estimulando o desenvolvimento do turismo, com medidas de grande alcance patriótico” coloca o turismo como justificativa primeira para o estabelecimento dos parques. Sugere também que estabelecer parques, com a atividade turística, constitui uma forma de valorizar a nação. Essa dupla função alicerça também o argumento do texto.

A experiência estadunidense é uma referência explícita: “Possue o Brasil as mais belas e espetaculares paisagens, que os poderes públicos, a exemplo do que f[izeram] os Estados Unidos da América do Norte, podem transformar em magníficos parques naturais”.⁹⁷ De fato, em vários documentos, textos literários e jornalísticos, fóruns e discussões legislativas que

⁹⁵ PARQUES Nacionais Brasileiros - estimulando o desenvolvimento do turismo, com medidas de grande alcance patriótico. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1932, Suplemento, p. 47.

⁹⁶ Brasil. Decreto nº 1.713 de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional do Itatiaia. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.

⁹⁷ PARQUES Nacionais Brasileiros, 1932, p. 47.

propuseram e reivindicaram a criação de parques brasileiros, os Estados Unidos são citados como exemplo a ser seguido.⁹⁸

Ainda hoje, é comum afirmar que a política brasileira de delimitação de reservas foi baseada no modelo de implementação e na idéia estadunidenses de parques nacionais. Este parece ser o suporte freqüente dos estudos históricos sobre o tema e da abordagem das instituições encarregadas da implementação dessas reservas no Brasil.

De acordo com a proposta deste trabalho, tais assertivas, tomadas como evidentes, são objetos de maior interesse para análise. O próprio discurso da inspiração estadunidense — as condições que o tornaram necessário e depois viável e permanente — fornecem indícios de uma visão de natureza e de preservação de áreas naturais bem particular ao contexto brasileiro.

Nesse capítulo se avalia como tal inspiração foi adaptada na formulação das primeiras concepções brasileiras de parques, a partir da documentação disponível sobre o assunto, produzida na segunda metade da década de 1920 e início da década de 1930, principal momento de discussão do tema.

Belezas comparáveis

Artigos de jornais são geralmente concisos e vão direto ao assunto. Às vezes inserem-se em uma polêmica do momento, na qual marcam posição. Pelo modo enfático com que apresenta seus argumentos, esta parece ser a intenção do autor do artigo de 1932. Logo de início, afirma:

O Brasil, pelas suas incomparáveis bellezas naturais, pelo seu clima ameno, está fadado a ser um grande centro turístico.⁹⁹

O texto apresenta o turismo como uma atividade econômica a ser considerada, a ser estimulada pela criação dos parques. Mais que uma alternativa econômica promissora, o

⁹⁸ REBOUÇAS, André. *Província do Paraná, Caminhos de Ferro para Mato Grosso e Bolívia*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876, apud. URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR: Fundação o Boticário de Proteção à Natureza: Fundação MacArthur, c1998, p. 80-83. Em 1876, Rebouças propôs a criação de parques nacionais no Brasil, discutindo o exemplo da experiência estadunidense. Nas décadas de 1920 e 1930 vários autores se referiram às proposições de Rebouças, reforçando a idéia de criação de parques nacionais brasileiros. Cf. COSTA, Araújo. *Revista Florestal*. Anno 1, num 4, out. 1929, p. 17; CORREIA, Leôncio. Discurso Inaugural. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n 1, vol XI, março de 1935, pp. 12-18; FONSECA, Alda Pereira da, Parque Nacional, *Ibidem*, p. 57-59; SOUZA, Paulo. F de. Contribuição ao estudo do problema dos Parques Nacionais, Rio de Janeiro: Conselho Florestal Federal, 1936, p. 35; SAMPAIO, A. J. *Biogeographia dinamica: a natureza e o homem no Brasil. Noções gerais e estudo especial da "protecção á natureza" no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

⁹⁹ PARQUES Nacionais Brasileiros, 1932, p. 47.

turismo é colocado como uma sina mesmo — nas palavras do texto — em função dos recursos naturais do país; e uma vocação inovadora para se atingir o desenvolvimento da nação.

Não se tratava, então, no caso, de ressaltar o potencial dos recursos naturais brasileiros nos sentidos empregados hoje em dia. Ao se falar sobre a natureza, mencionava-se seu papel de suporte desenvolvimentista, ou, o que é semelhante, discutia-se o mau uso e o comprometimento dos recursos, em função dos modelos de produção agrícola e de ocupação urbana adotados. Uma ênfase especial era atribuída ao patrimônio florestal do país e sua importância para as atividades agrícolas, industriais e o equilíbrio urbano. Assim, discutia-se o abastecimento de água para as cidades vinculando-o à manutenção das matas nas encostas, à contenção dos solos pela mesma preservação da cobertura vegetal, aos ganhos com a extração de subprodutos florestais, ao desenvolvimento da silvicultura, à oferta de madeira para a indústria, para o desenvolvimento dos transportes e o crescimento urbano.

Na década de 1920, o tema da “restauração das florestas” era bastante presente, com inúmeras demandas para que o governo assumisse “o ônus das reparações florestais”, considerado necessário em função do “trabalho de dois séculos para erigir o monumento de nossa riqueza agrícola”.¹⁰⁰ Tratava-se de um debate centrado na produção, na modernização do espaço rural, na crítica dos moldes da economia agrícola e extrativista.

O artigo de 1932 referia-se a um uso diferente da natureza: o uso turístico. Esse era colocado como uma opção potencial, instalada num tempo futuro: “o Brasil está fadado” (...).

Ao propor um uso alternativo dos recursos, ficava definida uma outra categoria de recursos naturais, que o artigo identificou no duo beleza e clima. Estava em operação nesse duo a noção de paisagem, a paisagem na qual se insere, aquela paisagem permeável que chama à ação, a paisagem que se pode ver e sentir. Esta, como se sabe, era uma noção cara aos estadunidenses no momento do estabelecimento dos primeiros parques.

Mas havia, ainda, uma segunda categoria de uso da natureza, também inspirada na idéia de parques, que passaria por uma releitura significativa, condizente às funções particulares que se buscava ligar à idéia de parques nacionais no Brasil. Para discuti-la, é preciso voltar ao artigo de 1932.

O artigo prossegue:

Pensando no turismo, é preciso, porém, que se pense na organização de planos de excursionismo no interior do Brasil, de maneira que, recreando o espírito dos turistas, mostrem-se não somente grandes cidades povoadas de arranha-ceos, cinemas e *cabarets*, porque tudo isso tem eles em suas terras, mas especialmente as nossas grandes florestas, os nossos caudalosos rios e as nossas magestosas cascatas e os usos e os costumes de nosso *hinterland*.¹⁰¹

Nota-se que o turista visualizado para o “excursionismo” natural era o estrangeiro, aquele que poderia se interessar pelo que não possuía “em suas terras”. Os atrativos diferenciais para

¹⁰⁰ COSTA, Arthur L. de Araújo. Parques Nacionais. *Revista Florestal*, ano 1, n. 4, out. p. 17, 1929.

¹⁰¹ PARQUES Nacionais Brasileiros, 1932, p. 47.

essas pessoas eram, então, os rios, as florestas, as cascatas e os costumes do brasileiro interiorano.

A vida urbana brasileira, com seus itens cosmopolitas de consumo — “arranha-ceos, cinemas e *cabarets*” — também apresentava interesse para a atividade turística. Assim, não eram “somente” as cidades que deveriam ser mostradas ao turista, diz o texto, dando a entender que essas já eram freqüentadas por eles. Pela proposta dos Parques Nacionais estendia-se o turismo para os espaços naturais do interior, que possuíam elementos genuinamente nacionais, traços que diferenciavam o País. As incomparáveis belezas naturais não eram como os atributos urbanos existentes, que eram semelhantes às outras nações.

Todavia, apesar do papel coadjuvante concedido à vida urbana — as cidades aparecendo no texto mais para realçar o potencial não utilizado do turismo natural interiorano —, não se percebe que o elogio das virtudes da natureza tenha se apoiado na desvalorização da vida urbana. O artigo não parece querer recuperar a antiga idéia de natureza formulada a partir do “cansaço das vaidades urbanas”.¹⁰²

As cidades ali foram apresentadas como capazes de nivelar o Brasil aos países desenvolvidos: são cosmopolitas, oferecem o mesmo que os turistas têm “em suas terras”. Na linha de raciocínio do texto, a beleza natural que se pretendia conservar (e oferecer) por meio dos parques busca ligação e não uma negação dos valores citadinos, direciona-se claramente ao turista urbano, sugerindo a figura do homem civilizado, àquele que pode apreciar o belo.

Da mesma forma, ao se referir aos costumes interioranos brasileiros, o termo *hinterland* foi usado com a força de um código de época, como que dirigido a uma sensibilidade em voga. Interessar-se pelo hábito das populações do interior parece fazer parte de uma atividade turística universalizada, um valor consagrado no exterior a ser aproveitado no País.

Pela localização proposta para os parques a serem criados, nota-se que um peso importante do argumento consiste em interligar parques e centros urbanos.

Esses parques devem ser localizados no Norte, no Amazonas, a par de panoramas os mais variados, podem ser admirados o maior rio do mundo, o Amazonas, e as florestas, as mais bellas; em Alagoas, [...] a Cachoeira de Paulo Afonso, [...] constitue uma das maravilhas mais empolgantes da nossa natureza; em São Paulo, no Tietê, que apresenta os mais bellos aspectos; em Villa Velha, no Paraná, próxima à Curitiba, que apresenta uma das mais interessantes formações geológicas que encontram semelhanças apenas no Arizona. Villa Velha tem aspectos os mais bizarros e dá a impressão de se estar diante de uma grande cidade abandonada de velhos castelos medievais em ruínas [...]. Com a mesma formação geológica, próximo a Villa Velha, estão os sumidouros, produzidos pela erosão atmosferica, como se fossem antigas crateras e vulcões extintos. [...] Na foz do Iguassu, onde se encontra a maior maravilha do Brasil [...]. No Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro e muito próximo desta capital existe uma das mais interessantes regiões do mundo segundo o testemunho de muitos scientistas brasileiros e estrangeiros, por sua extraordinária conformação geológica, excellente Experimental do Ministério da Agricultura, até [...] o pico e a antiga fazenda Itatiaia. Finalmente, o Rio de Janeiro, na Tijuca [...].¹⁰³

¹⁰² SCHAMA, 1996, p. 564.

¹⁰³ PARQUES Nacionaes Brasileiros, 1932, p. 47.

Nenhuma região político-administrativa foi esquecida. No mapa que ilustra a matéria, é nítida a proximidade dos parques às cidades mais consolidadas.

A facilidade de acesso, com certeza, foi um dos condicionantes para a indicação dos locais a serem delimitados como parques, uma vez que o mote do argumento era o turismo. Há que se considerar os ganhos que a proximidade oferece em função das demandas próprias da atividade turística, ou seja, a proximidade concede maior visibilidade mútua para os pontos de atração, cidades e parques situados em um único circuito de visitação. Mas há, nesta disposição espacial, uma referência a um vínculo bilateral de dependência e concessão de poder: os parques sendo convocados como fatores de realce político da região e do centro urbano mais próximo e vice-versa.

Em uma palestra proferida em 1876, André Rebouças seguiu um argumento semelhante ao apresentar sua proposta de criar um parque nacional na ilha do Bananal, observando a vantagem de sua localização “bem no centro do território brasileiro e próxim[o] da área demarcada para a futura capital da República”.¹⁰⁴

A cidade em questão era ainda um projeto, uma situação futura, não havia uma cidade a ser valorizada. A transposição da capital, como se sabe, transcendia à questão urbana em si, pois que inseria-se em um projeto mais amplo de fortalecimento da unidade nacional. A ocupação das regiões interioranas e a localização da capital no centro do país eram identificadas como medidas propiciadoras da unificação do poder republicano. Tal discussão tangenciava os temas de enfrentamento às oligarquias rurais, de controle da ocupação do território e de afirmação da nacionalidade. O projeto de Rebouças não procurava reforçar o regime republicano, mas enfatizava a superação das formas tradicionais de organização política e econômica. A futura capital e o parque vizinho estariam, para ele, alinhavados num mesmo movimento: uma instituição inovadora — o parque nacional — defendida como um marco para uma nova idéia de nação.

Rebouças recorre, portanto, aos significados de parques divulgados pela experiência estadunidense: unidade nacional, liberdade individual, benefício coletivo. Como observa Carvalho, M.A.¹⁰⁵, a afinidade do engenheiro e empreendedor Rebouças com os ideais do liberalismo americano não se restringia à admiração das possibilidades de desenvolvimento tecnológico oferecidas pela livre iniciativa e pelo livre mercado. À sua viagem de observação e estudo aos Estados Unidos, na década de 1870, (documentada em relatórios de visita eminentemente técnicos)¹⁰⁶ seguiu-se uma aproximação intelectual com as grandes referências filosóficas da república estadunidense. A preocupação de Rebouças voltava-se para a divulgação do ideário liberal americano nos termos da reforma ética e moral sancionada pela independência, uma reforma cívica que ele intuía ser o caminho para a formação da nação brasileira — ainda que pudesse reconhecer no imperador um representante do Estado legítimo para esse propósito.

¹⁰⁴ COSTA, 1929, p. 17.

¹⁰⁵ CARVALHO, Maria Alice Rezende. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998.

¹⁰⁶ Conforme mostra o registro de viagem esboçado por Rebouças ‘Viagem aos Estados Unidos em Julho de 1873’, que tem como índice os itens: “Caminhos de Ferro”, “Docas”, “Arte de Construir”, “Calçamentos”, “Locomotivas”, entre outros. REBOUÇAS, apud CARVALHO, M. A. R., 1998, p. 180-181.

Nas décadas de 1920 e 1930, o tema da transformação ética, política e social foi recolocado na pauta de discussão nacional com a força característica das demandas referidas ao passado, ou seja, com a ênfase no caráter de urgência. Retomou-se, assim, a polêmica sobre a formação da identidade do País.¹⁰⁷

Foi então, nos anos 20 e 30 que as reivindicações pela criação dos primeiros parques nacionais obtiveram espaço nos meios político, administrativo e técnico, além de visibilidade na imprensa. Configurou-se uma campanha pelo estabelecimento dos parques nacionais, embora com um número reduzido de defensores.

O tom das proposições refletia bem o espírito do período, os parques reclamados como um atraso nas ações governamentais, ou ainda, um compromisso não cumprido. Foram constantes as referências aos parques estabelecidos no final do século XIX e início do século XX, na Europa e nos Estados Unidos, bem como as alusões a Rebouças e as menções aos parques por ele propostos.

Em 1929, em uma palestra realizada na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Araújo Costa reforçou as sugestões de Rebouças para a criação dos parques nas ilhas do Bananal e Sete Quedas e enfatizou: “isto foi em 1876, [...] quatro anos depois da criação do Yello-Stone”¹⁰⁸.

Costa enumerou “inúmeros países cultos” que já haviam promovido a criação de parques nacionais: Os EUA, com 15 parques, a Suécia, (desde 1904), a Inglaterra, a Suíça, a Holanda, a Alemanha, o Japão e a Argentina.¹⁰⁹ A partir daí, estruturou seu discurso de forma a mostrar que estabelecer parques nacionais constitui uma medida patriótica essencial para equiparar o país às nações cultas e civilizadas.

A noção de parques apresentada por Costa pode ser identificada à idéia de civilidade ao encampar três qualificações complementares: arte, estatura nacional e liberdade.

O governo, observou o palestrante, deveria guardar as reservas florestais “que ainda se conservam para atestar a pujança e a incomparável beleza da sua flora”.¹¹⁰ Tal atestado, comparou Costa, foi estabelecido por outros países, ao definirem “zonas em que a natureza virgem, entregue a si mesma, e ao abrigo de qualquer intervenção humana, deix[a] evoluir livremente a fauna e flora nacionais”(grifo no original).

A condição estética dos espaços naturais, segundo esse argumento, seria mantida justamente por tal estado de abrigo contra a intervenção humana, de manutenção da liberdade natural que os parques possibilitam.

O que aparentemente estaria postulando o isolamento, não o está. Ao contrário, Costa incita:

Organizemos os nossos Parques Nacionais e façamos com que esses parques, como *reservas artísticas ou reservas de turismo*, sejam intangíveis,

¹⁰⁷ Cf. DE PAULA, Silvana Gonçalves. *Gilberto Freire e a construção da modernidade brasileira*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, UFRRJ, Rio de Janeiro, 1990. p. 33-34.

¹⁰⁸ COSTA, 1929, p. 17.

¹⁰⁹ COSTA, 1929, p. 17.

¹¹⁰ COSTA, 1929, p. 17.

para que em seu seio a vida evolua com os elementos indispensáveis ao seu equilíbrio natural (grifo nosso).¹¹¹

Como obra de arte, a natureza precisa ser exposta, visitada, aprendida. A natureza assim resguardada pode transmitir cultura e gerar cultura por meio do turismo.

Ao finalizar, Costa sugeriu à Sociedade de Geografia que reforçasse a campanha pela criação dos parques junto à Presidência da República, e conclamou essa instituição a criar “uma Liga de Proteção à Natureza, que a exemplo de suas congeneres em outros países [...], assuma o encargo patriótico de velar pelo nosso patrimônio artístico e pela conservação do bello e pittoresco no nosso País”.¹¹²

É interessante observar que o patrimônio artístico da natureza, segundo essa concepção de parques, estava ligado, também, a uma representação visual. Os parques naturais poderiam tornar-se espaços pictóricos, imagens patrimoniais do País.

No mesmo ano de 1929, a Revista Florestal incitava seus leitores a aderirem à causa dos parques com argumentos semelhantes: “vejamos quanto conseguiram outros povos [...] para a formação de reservas florestais, magníficos parques nacionais, estupendas estações biológicas, admiráveis museus e jardins...”¹¹³

No argumento dos propagandistas daquele período, criar parques nacionais equivalia a estabelecer marcos de um processo de transição para um estágio de civilidade, cuja inspiração imediata era a experiência liberal estadunidense. Como se discutiu anteriormente, naquela experiência os parques nacionais constituíram importantes símbolos de uma nação independente e consolidada.

Como analisa José Murilo de Carvalho, a formulação de símbolos fora um instrumento amplamente utilizado para a legitimação da república brasileira.¹¹⁴ Os símbolos, ao contrário da justificação racional do poder, possibilitavam o extravasamento das visões de república para o mundo extra-elite, uma vez que as justificativas discursivas racionais eram inacessíveis a um público maior, com baixo nível de educação formal. Símbolos, imagens, alegorias e mitos constituem sinais mais universais, de leitura mais fácil, e foram instrumentos largamente empregados na divulgação do novo regime, para atingir o imaginário popular e recriá-lo dentro dos valores republicanos.

Carvalho constatou uma intensa disputa pela construção de símbolos por parte das diferentes visões de república. Segundo esse autor:

Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século.¹¹⁵

¹¹¹ COSTA, 1929, p. 18.

¹¹² COSTA, 1929, p. 18.

¹¹³ A CRUZADA do reflorestamento, 1929, p. 18.

¹¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 9-10.

¹¹⁵ CARVALHO, J. M., 1990, p. 9.

Salienta-se, com Carvalho, que a corrente republicana liberal brasileira não se interessava em incentivar uma república popular, ou seja, não se pretendia expandir a participação política além do mínimo necessário e, sendo assim, não se valeu tanto do expediente simbólico.¹¹⁶ É, portanto, compreensível constatar que a recuperação da figura dos parques nacionais estadunidenses tenha aparecido na voz solitária de Rebouças, sem atingir uma repercussão maior naquele período.

Rebouças iluminou determinados ângulos do emblema dos parques nacionais condizentes com a feição do liberalismo americano que defendia: a sobrevivência da unidade política do país, a manutenção da ordem social, a formação de uma sociedade composta por indivíduos autônomos. Contudo, seu argumento se efetuava no sentido de compatibilizar as premissas liberais com a proposição de inserção social via Estado. Tal ênfase no papel do Estado permeou as propostas mesmo divergentes da república, o que Carvalho chamou de estadania.¹¹⁷

Os parques nacionais — para o benefício coletivo e o prazer das pessoas — sempre proporcionado pelo Estado, em territórios do Estado, respondiam bem a tal intuito. Além disso, os parques estavam calcados no uso turístico, reconhecido como uma atividade voltada para a formação individual e social da civilidade e para a divulgação da nação.

Com inspiração na proposta dos parques estadunidenses, Rebouças soube identificar o potencial inexplorado da natureza brasileira para o desenvolvimento do turismo e seus resultados na formação da sociedade e consolidação da idéia de nação. Ao defender a criação dos parques brasileiros, argumentava que “o problema da imigração e do turismo nos países novos como o nosso deve girar em torno do bom clima e das bellezas naturales”¹¹⁸, enfatizando a força da atividade nas nações desenvolvidas: “na velha Europa, não se trata de atrahir imigrantes, mas sim de viajantes ricos, [...] cerca de 20.000 pessoas que passam 3 a 4 meses percorrendo a Itália”.¹¹⁹

O mesmo vínculo entre parques naturais, turismo, formação de cidadania permeou as propostas dos propagandistas dos parques nacionais nos anos 20 e 30. Daí as constantes referências às palavras de Rebouças por uma parcela desses divulgadores. O ambiente de rediscussão da formação ética e política nacional e o questionamento dos rumos da república brasileira criaram as condições para a retomada do tema dos parques nacionais. Mais uma vez, podia-se vincular os parques à campanha pela formação de uma nova nação, assim como ocorrera nos EUA.

A inspiração estadunidense cabia perfeitamente naquele momento brasileiro. Mas ocorriam algumas dificuldades em transplantar a idéia de parques tal como formulada nos EUA. Encontram-se indícios de tais dificuldades nos textos brasileiros de divulgação dos parques, ainda que seja necessário identificá-las indiretamente.

Interessa, portanto, estudar o que se pode chamar de pontos de resistência da transplantação do conceito americano de parques, aqueles que acabaram por delimitar o aspecto genuinamente brasileiro, diferenciador, dos parques nacionais aqui adotados.

¹¹⁶ CARVALHO, J. M., 1990, p.12.

¹¹⁷ CARVALHO, J. M. 1990, p. 29.

¹¹⁸ REBOUÇAS, apud. COSTA, 1929, p. 18.

¹¹⁹ REBOUÇAS, apud. PINTO, Roquette. Parques Nacionaes. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 11, p. 55, mar. 1935.

Nos dias de hoje, os estudos, as pesquisas, os discursos de ampla divulgação tendem a enfatizar um processo de transposição da idéia pronta, já moldada dos parques estadunidenses, como se adotada integralmente. Neste trabalho, verifica-se que essa chamada adoção comportou um segundo movimento, que correspondeu ao trabalho de acomodação às condições brasileiras. Conferir autenticidade brasileira à instituição parque nacional, nos termos colocados por Peterson¹²⁰, exigiu a reconstrução do conceito, com a releitura de alguns significados e a exclusão de outros, de acordo com aquilo que se buscava para o significante parque como emblema da nação brasileira.

Uma questão que ficou em aberto no artigo do Jornal do Brasil explicita bem o que pode ser considerado um objetivo brasileiro, bem diferente daqueles requisitados no imaginário americano.

De acordo com aquele artigo, como foi visto anteriormente, o turismo nos parques parecia se destinar apenas ao visitante estrangeiro. Para a figura do visitante estrangeiro foram enumeradas as belezas incomparáveis da natureza. O que dizer da exclusão do visitante brasileiro?

Há um relato de trabalho de campo na Serra do Itatiaia, produzido pela Escola Politécnica, em 1935, que indica motivos para a dificuldade de incluir o brasileiro como visitante potencial dos parques naturais:

São relativamente poucos os que têm procurado sentir as emoções que essas montanhas oferecem, com os obstáculos que se interpõem entre o visitante e os gigantescos panoramas de uma natureza embrutecida e selvagem. Quase a maioria estrangeiros são os que ali aparecem.

São também poucos os que entre nós se interessam e são capazes de se abalar para ver de perto qualquer quadro do nosso faustoso patrimônio de belezas naturais.¹²¹

Segundo esse relatório, poucos brasileiros possuíam a capacidade de sentir, de se interessar pelas belezas naturais. O texto considera que os brasileiros eram incapazes de se emocionar frente ao cenário natural, e principalmente, de se sensibilizar de uma maneira muito específica, justamente aquela que era requerida: a sensibilidade culta.

Dois mecanismos empregados para promover uma identidade com tal sensibilidade culta mostraram-se freqüentes nos textos estudados. O primeiro delas foi o uso de uma terminologia própria ao ambiente cultural dos primeiros parques estadunidenses. Tais termos consistiam, em si, em uma forma de educar o brasileiro para uma sensibilidade frente à natureza que correspondesse aos contextos inspiradores. Assim, buscava-se o emprego da terminologia própria do sublime, do pitoresco, do deísmo.

As descrições dos locais a serem transformados em parques eram elaboradas para ressaltar, “os panoramas *mais variados*”, “as florestas, *as mais bellas*”, “*as maravilhas mais empolgantes*” e os “aspectos *os mais bizarros*”¹²² (grifo nosso). O local proposto para a criação do parque de Sete Quedas, por exemplo, foi identificado como o lugar onde o “rio

¹²⁰ PETERSON, 1992.

¹²¹ JABOR, S. Nas Agulhas Negras, a grande realização da Escola Polytechnica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 de nov. 1935, p. 1.

¹²² PARQUES Nacionais Brasileiros, 1932, p. 47.

Paraná reúne todas as gradações possíveis do bello, do sublime e do pittoresco”, acrescentando-se: “não consta em parte alguma o Sublime Artista agrupasse tantas e tão grandes!”¹²³

Vale remarcar a necessidade mesma de explicitar essa origem, ou seja, estabelecer a citação das referências aos códigos estéticos, morais e religiosos. Assim, Araújo Costa finaliza sua exposição na Sociedade de Geografia, sugerindo à entidade que organize a criação de uma Liga de Proteção à Natureza, “que a exemplo de suas congeneres em outros paizes, assumo o encargo de velar pelo patrimônio artístico e pela conservação do bello e pittoresco no nosso pais.”¹²⁴

Não se pode esquecer que tal terminologia pertencia a linguagem culta do período, e que portanto, era utilizada de forma mais ampla, não se restringindo aos argumentos referentes aos parques nacionais.

Mas é sugestivo verificar um segundo mecanismo empregado para promover a identidade, a saber, a eleição de certos elementos naturais, ou ambientes naturais específicos para a preservação em parques. Ao se divulgar a importância de criar parques nacionais brasileiros, buscava-se pinçar exatamente os elementos da natureza que foram acionados pelo imaginário estadunidense. Para educar o olhar brasileiro, parecia mais indicado também direcionar esse olhar para focos semelhantes. Nesses termos, as belezas incomparáveis tornavam-se mais facilmente comparáveis às belezas percebidas nos “países mais cultos”.

Assim, estabeleceu-se um enquadramento para os parques brasileiros por meio de uma perspectiva similar da natureza àquela anteriormente adotada. Também no Brasil, adquiriram especial valor as serras, os picos, as montanhas, os vales, as cachoeiras, os amplos horizontes, etc, elementos escolhidos como ícones naturais.

Se o Yellowstone era lembrado como uma região “envolta outr’ora em lendas e fábulas pela originalidade de sua formação geológica quase toda constituída por terrenos vulcânicos e dotada dos mais curiosos accidentes plutonicos...”¹²⁵, da mesma forma, o parque de Vila Velha emolduraria “formações geológicas que encontram semelhanças apenas no Arizona”.¹²⁶ Em Vila Velha, podia-se preservar os “sumidouros, produzidos pela erosão atmospherica, como se fossem antigas crateras e vulcões extintos”.¹²⁷ Em Sete Quedas, guardava-se a “região das cascatas e das cataratas por excellência”.¹²⁸

A escolha desses elementos deixava em segundo plano, quando não omitia, o espaço que poderia ser considerado tipicamente *wilderness* do território nacional, a saber, as manchas de florestas tropicais e equatoriais, os campos rupestres, cerrados, entre outros biomas, pois que ocupavam grandes dimensões territoriais.

Tal possível *wilderness* brasileiro não condensava, no entanto, uma simbologia semelhante àquele conferida ao oeste estadunidense e o habitante do oeste fronteiro. As grandes áreas

¹²³ REBOUÇAS, André, apud. COSTA, 1929, p.18.

¹²⁴ COSTA, 1929, p.18.

¹²⁵ COSTA, 1929, p.17.

¹²⁶ PARQUES Nacionaes Brasileiros, 1932, p. 47.

¹²⁷ PARQUES Nacionaes Brasileiros, 1932, p. 47.

¹²⁸ REBOUÇAS, apud. COSTA, 1929, p. 18.

desertas da ocupação humana, no Brasil, não transmitiam a mesma ambivalência entre barbárie e civilidade.

No Brasil, as florestas — ou, em sentido amplo, os biomas brasileiros — encontravam-se por demais disseminados pelo território para sugerir um caráter de notabilidade, de algo raro e específico, compatível com a idéia de monumento. Encontravam-se, inclusive, inseridos nos espaços urbanos, e tendiam a ser relacionados à vida cotidiana.

Tal aspecto familiar, de idéia de vizinhança, talvez tornasse dispensável qualquer referência explícita a tais ambientes florestados, como se qualquer descrição da natureza brasileira os inserisse normalmente.

Essa espécie de citação implícita não significa que as florestas fossem desconsideradas nos argumentos pela criação dos parques. Ao contrário, era comum enfatizar a urgência de se conservar (em parques) as florestas que ainda restavam, considerando-as patrimônio das belezas brasileiras.

Por outro lado, esses mesmos argumentos denotam um esforço em introduzir um contraponto a outros significados de florestas. O termo floresta relacionava-se diretamente aos espaços de produção, pensava-se em fomento de florestas para a extração ou, ainda, em florestas como barreira à fronteira agrícola.

A promoção de novos significados para as matas implicava um processo de exotização desses ambientes, para se obter uma distância e uma diferenciação das representações hegemônicas. Tratava-se, portanto, de conceder um valor distinto dos anteriores: as florestas, as mais bellas”.¹²⁹

Esse processo transmite uma diferença fundamental da construção da idéia inicial dos parques estadunidenses. Na formação da concepção brasileira de parques, em vez de realçar determinadas identidades da população com o espaço natural, procurava-se introduzir uma nova percepção, modificando as existentes. Os parques não foram, no Brasil, um conceito de negociação de concepções de natureza estabelecidas socialmente. O intuito da divulgação do conceito de parque era justamente criar um novo sentimento e uma outra racionalidade, percebidos como próprios das nações civilizadas.

A instituição parque constituía, naquele momento, um instrumento para a “formação das almas” brasileiras, no sentido observado por Carvalho, J. M.¹³⁰. Para Carvalho, esse fora o papel dos símbolos amplamente difundidos após a proclamação da república brasileira, quando se tornou pertinente recriar o imaginário popular dentro dos novos valores. Nos anos 1920 e 30, buscava-se, igualmente fazer dos parques um símbolo, um item de um programa amplo de envolvimento da sociedade em novos valores.

Na idéia brasileira de parques, além dos elementos iconográficos recuperados do imaginário estadunidense de natureza, procurava ensinar ao brasileiro, sobretudo a maneira de enxergá-los. Os parques brasileiros só poderiam figurar como testemunhos de emancipação cultural do País se o brasileiro adquirisse tal sensibilidade civilizada. Não eram as belezas incomparáveis que se buscava demarcar para permanecer, mas sim um aprendizado capaz de torná-las comparáveis.

¹²⁹ PARQUES Nacionais Brasileiros, 1932, p. 47.

¹³⁰ CARVALHO, J. M., 1990.

A mensagem que a Diretoria de Publicidade da Secretaria da Agricultura de São Paulo endereçou aos leitores da Revista Florestal, em 1929, foi extremamente precisa a esse respeito:

No selvagem, o amor á natureza é o reflexo de seu utilitarismo; no civilizado e culto, é além disso, a esthése, a admiração pelo grandioso e bello da criação. Essa esthése e culto não é admiração pela matéria bruta, nem pantheismo, mas é a compreensão dos segredos da grande, infinita sabedoria que presidiu á gênese ao desenrolar do Cosmos.¹³¹

Há nesse texto uma dualidade principal: a utilização “selvagem” da natureza e a forma “cultu” de utilização. A utilização selvagem manifesta-se na relação do homem com a matéria natural — a matéria bruta — e na adoração sem transcendência, sem “sabedoria”. Nos dois casos estabelece-se uma relação rude, deseducada, sem direção.

A natureza é referida, nesse texto, como um instrumento de autoformação, de formulação de limites, de formação de sensibilidade individual, mas também o papel de formação de sociabilidade, de civilização. A “esthése”, afirma o texto, permite compreender, sentir e utilizar a natureza como cultura.

Não se pode deixar de reparar que o texto omite a ambivalência do termo selvagem. Não há, aqui, referência ao significado de pureza, espontaneidade, coragem, e simplicidade, que fizera do fronteiro estadunidense um componente importante da construção da imagem de *wilderness* e de parques naturais nos EUA. O texto brasileiro enfatiza, ao contrário, uma polarização praticamente inegociável entre o selvagem e o civilizado.

Pode-se supor que o personagem interiorano, o indígena, o extrativista, o sertanejo brasileiros não possuíssem a mesma força arquetípica do desbravador da fronteira nos EUA, o qual, ocupava tanto o significado de requinte como de rudeza.

Essa questão começava a ser discutida, mas para se referir ao brasileiro interiorano, mantinha-se ainda o distanciamento da nomeação exógena tão comum no período, conforme inscrita no artigo do Jornal do Brasil: “os costumes de nosso *hinterland*”.¹³²

As florestas brasileiras traziam um problema semelhante, pois não se prestavam a ambientes emblemáticos da natureza brasileira para o ideário de parques. Elas apenas dividiam espaço com os canions, os cumes das serras, os panoramas mais amplos...

O valor mercantil das florestas, como se observou anteriormente, ocupava grande parte do debate sobre o desenvolvimento da nação, e a perspectiva de um valor imaterial, alternativo para a natureza, constituía uma inovação nesse mesmo meio de discussão.

A proposição de parques inseria-se nesse embate entre significados de natureza. Mas, naquele momento, duas outras questões ocupavam um espaço mais central nessas discussões: a supressão das florestas e o amor à árvore. A árvore — e o jardim¹³³ — alcançavam uma aceitação muito maior como metonímia de natureza que as florestas, os grandes espaços

¹³¹ A CRUZADA do reflorestamento. As árvores são nossas melhores amigas. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, n. 4, ano 1, p. 17, out. 1929.

¹³² Parques Nacionais Brasileiros, 1932, p. 47.

¹³³ SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel / Fapesp, 1996, p. 14.

naturais desocupados. A idéia de parques apoiava-se, justamente, nessa discussão mais consolidada do amor à árvore. Parques e árvores eram conceitos que confrontavam a representação de natureza como espaço de produção.

O patrimônio florestal

A preocupação com a supressão das florestas brasileiras não foi inaugurada nas décadas de 1920 e 1930. O assunto estava em questão desde séculos anteriores, e assumia força especialmente nas situações de depleção dos recursos naturais.

A discussão sobre a supressão das matas e o conseqüente comprometimento do abastecimento de água para a cidade do Rio de Janeiro fora colocada desde os primeiros anos da formação da cidade. Há relatos de uma representação da população junto à Câmara no ano de 1658, resultado dos conflitos pela utilização das terras ao longo do rio Carioca, principal curso d'água utilizado no abastecimento da cidade. Por meio dessa representação, os moradores denunciavam o comprometimento da qualidade da água a montante da captação pelo uso agrícola e solicitavam que “as terras e as matas situadas ao longo do Carioca fossem desapropriadas e ficassem”¹³⁴ [...] “perpetuamente livres, e não pudessem ser aforadas em tempo algum”¹³⁵.

O maciço da Tijuca — cadeia de montanhas que abarca as chamadas Serra da Carioca e Serra da Tijuca — fora um importante balizador do crescimento da cidade. Sua localização acabou por orientar a direção da ocupação da malha urbana, concedendo-lhe uma configuração linear, espalhada, diretamente dependente dos recursos naturais ali encontrados. Além das nascentes que alimentavam os cursos d'água para o abastecimento urbano, dali partia o fornecimento constante de madeira e pedra para as obras civis, além da lenha para o consumo doméstico e a construção de artefatos. Em suas encostas se estabeleceram as culturas agrícolas e posteriormente as fábricas, atraídas pela disponibilidade de água para a irrigação e a propulsão hidráulica.¹³⁶ Assim, a cobertura vegetal da área esteve, desde muito cedo, no foco de atenções e de disputas de interesses.

A partir do fim do século XVIII, a questão do abastecimento de água da cidade se agravou e passou a ser um problema constantemente recolocado. Com a chegada da família real, a expansão urbana resultante e o evento da seca de 1908 algumas medidas governamentais

¹³⁴ ABREU, Maurício de Almeida. A cidade, a montanha e a floresta. In: ABREU, Maurício de Almeida (Org.), *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992, p. 57.

¹³⁵ BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. *Relatório da Comissão do Patrimônio (1822-1922)*. Rio de Janeiro, Empresa Brasil Editora, 1922, p7, apud. ABREU, 1992, p. 57.

¹³⁶ ABREU, 1992, p.55.

foram tomadas em caráter emergencial. Nesse momento, o desmatamento da serra da Carioca voltou ao foco das preocupações, e foram promulgados Decretos Reais (1817) determinando “coutar de madeiras, lenhas e mato todos os terrenos pelo alto da Serra que rodeiam as nascentes”.¹³⁷

Em 1843, uma outra seca contribuiu para acelerar novas medidas governamentais. A partir de 1850, o governo imperial iniciou a desapropriação efetiva de terrenos e o plantio de árvores nas encostas. Em 1861, os trabalhos de reflorestamento se concentraram nos locais conhecidos como montanhas das Paineiras e da Tijuca. Essas áreas, ocupadas há várias décadas pelo cultivo do café, foram objeto de um esforço intenso de intervenção. Buscava-se a reconstituição da cobertura vegetal pelo plantio de árvores de crescimento rápido e boa adaptação, inclusive com a introdução de espécies exóticas.¹³⁸ A feição atual da área, transformada posteriormente no Parque Nacional da Tijuca é resultante, portanto, da regeneração da vegetação nativa entremeada por espécies introduzidas neste período de reflorestamento.

Assim, “ao contrário do que se possa pensar à primeira vista, não teve a floresta em sua origem o significado que hoje lhe emprestamos, de um parque natural para recreio e turismo”.¹³⁹ As duas áreas, Tijuca e Palmeiras, cuja vegetação foi reconstituída para que pudesse suprir a demanda de água para o consumo da cidade, absorveriam, mais tarde, novas funções. Em novas condições, foram transformadas em locais apazíveis para o lazer da população e para a expansão urbana, inclusive com impacto importante para a especulação imobiliária, conforme discutido no capítulo seguinte.

A consciência de uma relação direta entre o manejo da cobertura vegetal e o uso do solo rural também não se manifestou, no Brasil, apenas no século XX. A questão, que a princípio pode parecer restrita à esfera das discussões ambientalistas atuais, foi levantada nos séculos anteriores por personalidades que marcaram uma posição crítica e propositiva sobre os modelos de apropriação e uso dos recursos naturais no País. Pádua desenvolveu uma extensiva pesquisa sobre essa contribuição no período entre 1786 e 1888, período no qual a preocupação com as consequências da destruição das florestas sobre o desenvolvimento do País revela-se um dos assuntos mais recorrentes.¹⁴⁰

O que pode surpreender nesses debates é o fato de manipularem conceitos usualmente identificados ao domínio do saber atual. É curioso constatar que há muito se reconhecia a interdependência entre a manutenção das florestas e contenção dos processos erosivos, sua importância na proteção dos solos agricultáveis, na proteção de nascentes, na manutenção da vazão dos cursos d’água, no controle das condições climáticas e sanitárias, além da preocupação com a extinção de espécies vegetais comerciais.

¹³⁷ MINUTA do Decreto que proíbe que se cortem árvores, madeiras, lenhas e matos em todo o terreno que rodeia as nascentes do rio Carioca, 1817, Biblioteca Nacional, Manuscritos, I 28, 32-4, apud. ABREU, 1992, p. 63.

¹³⁸ GUANABARA, Secretaria de Economia, Departamento de Recursos Naturais, Centro de Conservação da natureza. *Floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro, 1966.

¹³⁹ GUANABARA, Secretaria de Economia, Departamento de Recursos Naturais, Centro de Conservação da natureza, 1966, p 11.

¹⁴⁰ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. 318p.

O tema da supressão das florestas foi, portanto, apenas intensificado nas décadas de vinte e trinta. As palavras de Alberto Torres, publicadas um pouco antes, enunciavam a abordagem com que o tema seria tratado, focalizando as matas brasileiras como riqueza patrimonial indispensável ao desenvolvimento.

Se as montanhas, os rios e as florestas são, em toda parte, fontes e depósitos de fertilidade e produção, e, portanto, de vida, esses elementos assumem, nas zonas intertropicales, um valor extraordinário, como únicos mananciais, que são, de águas correntes, de chuvas e de humidade atmosférica.

Não tendo estudado os meios de conservar e de reparar tão preciosas riquezas do nosso solo; desbaratando-as, pelo contrário, com as nossas audaciosas devastações, precisamos, d'agora por diante, não só poupar as que nos restam em estado virgem, senão reparar e restabelecer as que já estão comprometidas.¹⁴¹

Coelho Neto, em *A Defesa das Florestas*, observou no mesmo tom: “os espectros das florestas mortas são a fome, a sede, a enfermidade, os ciclones, as inundações...”¹⁴²

Não é o caso, aqui, de discorrer sobre as peculiaridades das correntes políticas e de pensamento em que se inseriam as análises e as propostas para equacionar o problema da supressão florestal no período. Interessa marcar que a discussão intensificou-se no bojo das críticas ao novo regime, à sua incapacidade de responder às aspirações de uma transformação econômica significativa.

Nas primeiras décadas do século, tanto o ataque à desorganização da economia extrativista florestal como as intervenções que traduziam o interesse produtivo desse setor configuraram-se como narrativas organizadas, aumentando a pressão para que os meios governamentais promovessem medidas para a restauração das florestas.

O governo esboçou metas para a sistematização da cobertura vegetal, a fiscalização da supressão vegetal e fomento da silvicultura, pontos importantes do debate sobre o desenvolvimento. Em 1907, o Presidente Afonso Pena anunciou as bases de um ‘projeto de águas e florestas’.¹⁴³ Em 1921, o Presidente Epitácio Pessoa propôs a criação do Serviço Florestal do Brasil, no âmbito do Ministério da Agricultura¹⁴⁴, que foi regulamentado e passou a funcionar a partir de 1926, “embora ainda sem os recursos indispensáveis para sua perfeita instalação”.¹⁴⁵

Naquele mesmo ano começou a circular a *Revista Florestal*, que prometia “defender os interesses dos madeireiros nacionais junto aos serviços públicos e a praça local e

¹⁴¹ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*: introdução a um programa de organização nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p XXIV. Do mesmo autor, ver *As fontes de vida no Brasil*. Rio de Janeiro, 1915.

¹⁴² NETO, Coelho, Discurso proferido no Parlamento Nacional, 1911, apud. URBAN, c1998, p. 72.

¹⁴³ URBAN, c1998, p. 72.

¹⁴⁴ Mensagem presidencial de Arthur Bernardes, 1926, apud. URBAN, c1998, p. 73. O Serviço Florestal foi criado pelo Dec. 4.421 de 28 de dezembro de 1921 e regulamentado pelo Decreto 17.042 de 16 de setembro de 1925.

¹⁴⁵ SERVIÇO Florestal do Brasil. O nosso programa. *Revista Florestal*, ano 1, n. 1, Rio de Janeiro, p. 12, 1929.

internacional” e “acompanhar de perto os trabalhos do Serviço Florestal”.¹⁴⁶ A pauta de interesses dessa publicação fornece uma dimensão da abrangência dos negócios envolvidos no setor florestal naquele período. Além da silvicultura, abordada por meio de artigos sobre “florestação systemática, reflorestamento e organização da indústria madeireira”, a revista propõe fornecer informações sobre a tecnologia e o mercado pertinentes ao comércio da “madeira em bruto, moveis, carvão, applicações artísticas das madeiras nacionais, plantas medicinaes, fibras, óleos vegetais, indústria do papel e de tudo que se possa retirar das florestas, inclusive caça e pesca”.¹⁴⁷

Esse primeiro número da Revista Florestal reflete bem a convivência — e a interseção — desses registros simbólicos de natureza: floresta-flora-árvore, insumo industrial e comercial (inclusive relativo à fauna), matéria de pesquisa científica, de formação civil e de identidade nacional.

Pode-se encontrar nesse número da revista uma “Synopse dos trabalhos do Serviço Florestal do Brasil, que coloca entre as atribuições desse organismo tanto o “policiamento e manutenção das mattas municipaes que circundam a cidade, sob os aspecctos de ornamentação e protecção de mananciais”, como a “colleta de especimens florestaes indígenas e [...] as respectivas determinações systemáticas para o herbário e o museu, organizando a estatística florestal”, além do controle e fomento florestal.¹⁴⁸

No artigo dedicado aos parques, discute-se a urgência do estabelecimento dos primeiros parques aliada a ações para a regulamentação da exploração da flora, já que “o brasileiro precisa sair um pouco do terreno do utilitarismo que atualmente o empolga”.¹⁴⁹

Era comum, nos discursos que buscavam dar publicidade à institucionalização dos parques nacionais, defender uma política pública capaz de promover a sistematização e reparação do patrimônio florestal, sendo esses temas tratados em conjunto.¹⁵⁰

Da mesma forma, esses diferentes significados de natureza também encontrariam espaço compartilhado nas diretrizes legais para o uso dos recursos naturais que se estabelecem, entre outras leis, com a cultura estatista dos anos trinta: o Código Florestal,¹⁵¹ o Código das Águas¹⁵² e o Decreto-Lei de Expedições Científicas e Artísticas¹⁵³ (conforme analisado no próximo capítulo deste trabalho).

¹⁴⁶ EDITORIAL. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano 1, n, 1, p. 1, jul. 1929.

¹⁴⁷ EDITORIAL, 1929, p.1.

¹⁴⁸ SERVIÇO Florestal do Brasil, 1929, p. 12.

¹⁴⁹ COSTA, 1929, p. 17.

¹⁵⁰ Cf. EDITORIAL. *Revista Florestal*, 1929. p 1; SOUZA, Paulo. F de. *Contribuição ao estudo do problema dos Parques Nacionaes*. Rio de Janeiro: Conselho Florestal Federal: Diretoria de Estatística da Produção, 1936. p. 3-23.

¹⁵¹ Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. Rio de Janeiro: *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 21 de março de 1935.

¹⁵² Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código das Águas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 20 de julho de 1934.

¹⁵³ Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 6 de dezembro de 1937.

O que se percebe nesses debates, documentos de divulgação de posturas, e propostas públicas é a miscigenação de argumentos pelas finalidades mercantis, científicas e estéticas das florestas, mescla sutilmente reivindicada e definida como “medidas acauteladoras do Patrimônio Florestal.”¹⁵⁴ Em maior ou menor grau, em todos os registros simbólicos, floresta matéria prima mercantil, floresta fonte de inspiração estética e floresta matéria de conhecimento científico, a finalidade civilizadora se anunciava.

No entanto, interessa especialmente neste estudo, acompanhar o terreno em que esses dois últimos significados se conciliam e se confrontam, na busca pelo papel de instância educadora e formadora da nação.

A maneira como foram implementados e assimilados os jardins botânicos brasileiros constituem um palco privilegiado para o estudo desse embate entre a flora e a árvore. Este palco prenuncia características próprias ao discernimento atual entre a flora e o parque, entre a reserva e o parque, e nesses termos é investigado neste trabalho.

Entre a flora e a árvore: os jardins botânicos

Nesse jardim, pobre em espécies, deficiente quanto à ciência, se ostenta dupla colunata como jamais tiveram palácios e templos. É uma aldeia de palmeiras em dois renques. Regularmente espaçadas, cheias em baixo, de fuste esbelto, abrem-se em capitel numa coroa de flores. Nunca cabeças de fidalgos ostentaram tão belas plumagens. Lá estão elas de guarda, noite e dia, imóveis como mármore. Aos raios ao luar, à vista desses alvos espectros, dir-se-ia uma enfiada de colunas tebanas.

Esse primeiro aspecto de grande alameda ao mesmo tempo encanta e impressiona. Não se quer ver nem procurar mais nada. Faz-se a corte às palmeiras. E que se encontrariam mais longe? Ricas essências sem competição, nacionais ou estrangeiras. Mas aqui domina o exótico, o que é lamentável dano. A aclimação é dever e necessidade para essa pobre Europa esgotada de germes, que sabe o que possui. A terra aqui é virgem e quase desconhecida. O primeiro trabalho deve-se ao solo, e anos bastantes se passarão antes que a exploração, hábil e paciente, acabe o seu inventário.¹⁵⁵

Essa descrição de 1858, como observa Hugo Segawa em estudo detalhado sobre os primeiros jardins públicos no Brasil, demonstra o ceticismo do observador Charles de Ribeyrolles quanto ao desempenho científico do instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Tal ceticismo, não o impede de se extasiar e se envolver na poesia do lugar.¹⁵⁶

A beleza que tocou no sentimento do observador da metade do século XIX constrói-se a partir de um jogo sutil de espelhamento. Na “dupla colunata de palmeiras” enxerga-se os pilares de palácios e templos e, num movimento inverso, os capitéis desses pilares são transformados em coroa de flores. Assim como em dois espelhos dispostos paralelamente, um em face do outro, as imagens se multiplicam e não param de evocar uma seguinte, consecutivamente,

¹⁵⁴ SAMPAIO, 1935, p. 29.

¹⁵⁵ RIBEYROLLES, Charles de. *Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia: Edusp, 1980. p. 192, apud SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996, p. 142.

¹⁵⁶ SEGAWA, 1996, p. 142.

trazendo ao olhar uma primeira visada, mais nítida e depois uma impressão, que é ao mesmo tempo visão e memória desta imagem inicial, jogo que se repete nos reflexos cada vez mais embaçados e distantes. Nesse caráter misterioso e nuançado dos elementos da natureza circunscritos em uma linguagem conhecida, e, ao mesmo tempo, diversa e única, se estabelece a possibilidade de fruição do belo natural. As colunas esbeltas das palmeiras, em sua disposição regularmente espaçada, “estão [lá] de guarda, noite e dia, imóveis como espectros de mármore”. Uma afinidade imediata entre o reino do homem e o reino natural, e uma distinção imediata entre eles, as palmeiras tornam-se muito mais imperiais porque não são realmente esculpidas em mármore.

Como na idéia condensada pelas alamedas campestres plantadas pelos ingleses — distribuídas em conformação para lembrar uma avenida urbana — é preciso substituir constantemente, uma memória por outra: coluna, árvore, flor, capitel, soldado em guarda, floresta, coroa, natureza...

Não há quem não passe por uma sensação semelhante ao visitar, mesmo hoje, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Esse processo de identificação de afinidades e de distanciamento mútuos entre o espaço natural e o edificado não é particular aos códigos de cognição e sentimento dos séculos XVIII e XIX, embora tenha passado por uma organização específica particular naquele período. Um processo que não se restringe, tampouco, à visão da natureza plantada, pois condiz com o espelhamento que se deu sobre o *wilderness* americano e, mais recentemente, sobre a floresta brasileira.

A descrição de Ribeyrolles oferece, ainda, a oportunidade de discutir a transposição contínua entre a perspectiva estética e a científica. Ribeyrolles pontua bem sua decepção quanto ao instituto experimental que visita, pois não encontrou a pesquisa sistemática da ordem da natureza, o que se esperava constituir uma das funções dos jardins botânicos.

Não se encontravam visíveis os sinais de atividades de levantamento da flora, de coleta de espécies e de estudo comparativo entre formas, aspecto e crescimento, conforme difundido pelo trabalho dos naturalistas, principalmente na primeira metade do século XIX. A ciência da classificação andava bem próxima da ciência artística no período, como observa Moreira, uma vez que os trabalhos de taxonomia dos naturalistas — decifrar a complexidade de dados da natureza — tinham no sentido da palavra ordem, uma precedência de valor eminentemente estético.¹⁵⁷ Em vez de estudos de classificação hierárquica, Ribeyrolles viu essências nacionais e estrangeiras crescendo “sem competição”, na “terra virgem e quase desconhecida”.

A hierarquia que encontrou mais evidente foi aquela transmitida pela beleza imperial das aléias de palmeiras, bem mais imponentes — de acordo com o comentário irônico do observador — que as plumagens ostentadas nas cabeças dos fidalgos. Ribeyrolles se encantou e se emocionou com a alameda de palmeiras, representante do poder: um duplo poder, da natureza e da Coroa, como se viu. Lamenta apenas que o espaço responda tão bem a esse propósito de reverenciar que esconda o interesse botânico, pois fica a primeira impressão e “não se quer ver nem procurar mais nada. Faz-se a corte às palmeiras”.

¹⁵⁷ MOREIRA, Evandro Soares. O Jardim Botânico do Brasil e no século XIX, instituição científica também voltada para a prática agrícola. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1981, p. 9-10.

Ribeyrolles ressalta o descaso para com a flora do País, virgem, desconhecida, que parece receber apenas o trabalho do solo. Para que se viabilizasse um inventário hábil e paciente, observa, anos se passariam.

A prioridade das atividades do Jardim Botânico se concentrava, naquele período, na reprodução e aclimação das espécies comerciais, “ricas essências”, nacionais ou estrangeiras intercambiadas ou recolhidas nas terras alcançadas pelos portugueses. A organização do Jardim adotava como lema principal fomentar o estudo dos métodos de reprodução de espécies exóticas comerciais, a serem aclimatadas e disseminadas no País, garantindo a expansão agrícola de produtos de valor econômico consolidado internacionalmente. O que, como observa Ribeyrolles, não deixava de ser o “dever e necessidade para essa pobre Europa esgotada de germes, que sab[ia] o que possui[a]”.

Tal prioridade de difundir no País o conhecimento de espécies exóticas e incrementar o comércio dessas caracterizou os primeiros jardins botânicos brasileiros implementados a partir do final do século XVIII. Aclimatar espécies conhecidas na Europa e aceitas pelo mercado e mesmo cultivá-las em escala comercial nos limites dos Jardins constituiu uma postura bastante adotada no Brasil.¹⁵⁸

O jardim botânico criado em Olinda, em 1811, provocou o seguinte comentário do botânico escocês George Gardner, ao visitá-lo em 1837: “umas poucas plantas medicinais européias lutando para sobreviver e algumas grandes árvores indianas são as principais produções...”¹⁵⁹ No jardim botânico de Ouro Preto, criado em 1825, Gardner observou o cultivo da canela, jaca, árvore-do-pão, manga, e “muitas áreas dedicadas à cultura do chá, que se manufatura anualmente em apreciável quantidade e se vende na cidade quase ao preço do que é importado da China”.¹⁶⁰ O próprio Jardim Botânico do Rio de Janeiro fora instituído em 1808 como Real Horto, “um jardim de aclimação, destinado a introduzir no Brasil a cultura de especiarias das Índias Orientais”.¹⁶¹ Em 1819, D. João assinou o decreto aumentando a dimensão da área e mudando a categoria para Real Jardim Botânico, “um jardim para plantas exóticas”.¹⁶²

Importa observar que a pesquisa e a promoção da cultura de “vegetais indígenas que fossem úteis” permaneceu em segundo plano. Por isso, os observadores estrangeiros que visitaram os jardins botânicos brasileiros freqüentemente se interessavam mais pelo que encontravam fora dos limites desses espaços.¹⁶³ Por isso, Ribeyrolles concluiu sua descrição sobre o jardim do Rio de Janeiro ressaltando: “O Jardim Botânico deveria ser, antes de tudo, brasileiro”.¹⁶⁴

Esse caráter de esmaecer a pesquisa da flora brasileira em comparação ao realce concedido às espécies que possuíam um valor, não só comercial como cultural consubstanciado na Europa,

¹⁵⁸ Aviso Régio de 19 de novembro de 1798, apud. SEGAWA, 1996, passim.

¹⁵⁹ GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975, p.52, apud. SEGAWA, 1996, p. 128.

¹⁶⁰ GARDNER, 1975, p. 229, apud. SEGAWA, 1996, p. 30. Cf. TERRA, Carlos G. O jardim no Brasil no Século XIX: Glaziou revisitado. Rio de Janeiro: EBA: UFRJ, 2000. p. 41.

¹⁶¹ RODRIGUES, João Barbosa, *Hortus Fluminensis ou breve noticia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894, p. 3, apud. SEGAWA, 1996, p. 138.

¹⁶² SEGAWA, 1996, p. 139.

¹⁶³ SEGAWA, 1996.

¹⁶⁴ SEGAWA, 1996, p. 128.

enuncia, por assim dizer, uma característica que também marcou as concepções iniciais de parques divulgadas no Brasil. Como se discutiu, a primeira idéia de parques nacionais no Brasil procurava veicular o valor, justamente, das belezas brasileiras mais comparáveis as dos países “mais cultos”.

Tal caráter dos jardins botânicos não impedia que se atingisse uma das funções principais daquelas instituições, a saber, a reprodução em escala reduzida da natureza, destacando-se as diferentes regiões de origem das espécies. Uma reserva de *wilderness*, embora bem diferente do que viria ser, posteriormente, o imaginário de *wilderness* absorvido na concepção de parques naturais. Nos jardins botânicos, expunha-se uma natureza devidamente organizada, selecionada, domesticada. Uma parcela da natureza sobre a qual estava implícito certo controle, certo domínio do saber humano, já que sua implantação pressupunha o aprendizado das técnicas de plantio e cultivo. Mas também pressupunha um anseio de saber, uma procura pelo conhecimento dos mistérios e desígnios da natureza.

Nessa dupla possibilidade de aprendizado, os jardins botânicos constituíam um lugar cuja finalidade era refletir, como no jogo de espelhos, a disciplina da natureza e a disciplina humana. Uma miniatura da grande natureza, mas também uma coleção de seus espécimes mais belos. Um museu vivo e, portanto, um local especial para a formação do homem. Sabendo-se que tal formação comportava tanto o saber racional, o aprendizado da organização da flora, como o aprendizado da beleza da flora, sem que houvesse uma disputa entre esses dois campos.

Segawa, ao desenvolver o estudo dos jardins públicos implementados no Brasil ao longo do século XIX, observa uma curiosa aproximação de uso entre os jardins botânicos e os passeios públicos.

Nos passeios públicos, concebidos como espaços cívicos por excelência, se organizavam-se as manifestações sociais e os eventos oficiais. O paisagismo dos passeios públicos priorizou a escolha de espécies exóticas, geralmente “plantas índicas” consideradas “belas árvores” para a formação das avenidas, fazendo-os semelhantes aos jardins botânicos.¹⁶⁵ Mungubeiras, sumaumeiras, árvores-do-pão, mangueiras, caneleiras, “as mais variadas plantas de ornamentação do sul da Europa, das índias Orientais”, entremeadas por espécies da flora brasileira,¹⁶⁶ formaram o cenário dos encontros sociais que os passeios públicos possibilitavam.

Por outro lado, os jardins botânicos também se tornaram locais “aprazíveis”, onde os moradores iam para “se ver e falar” e onde as “famílias [iam] se mostrar”¹⁶⁷. Os dois espaços passaram a ser freqüentados como locais de lazer e, sobretudo, tornaram-se referência de lugares onde “as pessoas aprend[iam] a dar valor a todas as belezas da natureza”¹⁶⁸.

Segawa observa que esses espaços absorviam uma sociabilidade distinta daquela das praças públicas. “Adentrar um jardim implicava o aceite de regras de um jogo social e sexual

¹⁶⁵ MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von, SPIX, Johan Baptist Von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 3, p. 15-16; v.2, p. 287, 1938, apud. SEGAWA, 1996, p. 116-117; p. 122-123.

¹⁶⁶ MARTIUS, SPIX, 1938, v. 2, p. 287, apud. SEGAWA, 1996, p. 123.

¹⁶⁷ Cf SEGAWA, op. cit. p. 121 e aqui e ali.

¹⁶⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes / EDUSP, 1972, p.162, apud SEGAWA, 1996, p. 134.

imposto por uma norma de comportamento refinado, ostentatório, silencioso, discreto até onde se manifesta a sugestão de práticas eróticas de bom-tom”.¹⁶⁹

As grandes árvores eram, nessas áreas, os testemunhos do ambiente natural, e assim, instrumentos importantes para tais exercícios de formação de sensibilidade e postura social. O amor às árvores constituía uma parcela importante desse ritual. Compreende-se, portanto, que fossem escolhidas espécies que reportassem à cultura das regiões consideradas civilizadas, e assim, a flora brasileira ficasse em segundo plano.

Falar nas árvores brasileiras era fazer alusão imediata às matas brasileiras, que traziam a imagem da “exuberância da vegetação rica e viridente”.¹⁷⁰ Além disso, as matas lembravam a vida rotineira, cotidiana, pois estavam por toda parte. Um relato da visita do italiano Ernesto Bertarelli a São Paulo, reflete esse sentimento de fastio das matas, ainda bem forte em 1913:

Do que não posso me esquecer é dos jardins... O paulistano compreendeu que seu monumento natural era a vegetação e por ela demonstrou e demonstra um amor que se traduz em cuidado universal pelas plantas e pelas flores. O jardim da Luz, junto da estação central, o Parque Antártica, o Bosque da Saúde e outros locais de reunião de moradores, e outros parques maiores, que ainda não são públicos mas logo o serão, constituem grata surpresa para o hóspede da bela cidade. Em alguns locais, ele parece verdadeiramente achar-se no meio da mata virgem, com a vantagem de que a cidade próxima elimina o *tédio da grave monotonia que emerge das florestas ainda não tocadas pelo homem* (grifo nosso).¹⁷¹

O culto às árvores, progressivamente estimulado, constituía no final do século XIX e início do XX, um item chave da educação da sensibilidade.

Entre a floresta e a árvore: os parques nacionais

Desde a segunda metade do século XIX, a árvore fora musa constante dos trabalhos literários. Tomando a árvore como referência, estabelecia-se uma analogia entre os atributos da natureza e o apuro das qualidades humanas: “Só ella [a árvore] tem em si os três elementos, factores de toda e qualquer criação: a brutalidade do reino mineral, a força do reino vegetal e a intelligencia do reino animal”, diz o poema de Guerra Junqueira.¹⁷²

No final do século, o vínculo entre árvore e salubridade urbana já era um conceito plenamente aceito do ponto de vista técnico científico, o que tornou a arborização das ruas uma iniciativa característica das primeiras décadas da república.

¹⁶⁹ SEGAWA, 1996, p. 221.

¹⁷⁰ SEGAWA, 1996, p. 212.

¹⁷¹ BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. v. 3, p. 179, apud. SEGAWA, 1996, p. 137.

¹⁷² JUNQUEIRA, Guerra, apud. FARIA, José Caetano. A Arvore perante a Filosofia. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 37, mar. 1935.

Conforme o higienista Lourenço Baeta Neves, as árvores eram elementos fundamentais nos projetos de urbanização, pois:

É preciso que dos ambientes urbanos sejam sempre, quando possível, eliminados os chamados tóxicos pulmonares, provenientes do viciamento do ar pelas várias causas que os determinam nos agrupamentos humanos. Afastada a parte que o homem pode remover, por obras e ações mecânicas, ficarão ainda, no elemento essencial à vida, impurezas consideráveis que um saneador — a árvore — poderá eliminar.

[...] Na comparação feliz e corrente das cidades com o organismo humano, os parques, as ruas e as avenidas arborizadas são sempre tomadas como o pulmão dessas aglomerações, no qual se purifica o ar, que da vitallidade ao homem, revigorando o organismo social.¹⁷³

A ornamentação apropriada, acrescenta Frederico Augusto Liberalli, além de agir como reservatório de ar, junto com a arborização e o ajardinamento, “a designação dos nomes dados a essas praças públicas, como também às ruas da cidade, servem de pedra de toque para se ajuizar o grau de educação pessoal, artística e cívica do povo[...]”.¹⁷⁴

Uma noção de salubridade, como se vê, que ultrapassava o caráter físico da intervenção urbana e abrange a idéia de saúde civil “do organismo social”.

Com a intensificação dos questionamentos sobre o processo republicano, a partir da década de vinte, reforça-se tal significado de civilidade atribuído às árvores. A discussão sobre a formação da nacionalidade possibilita condições para que as espécies da flora também fossem incluídas como referência.

Recorrer à imagem das árvores tornou-se um instrumento freqüente de divulgação de civilidade naquele período. Institui-se o dia da árvore. Plantar mudas de árvores passou a fazer parte dos eventos cívicos. Tornou-se comum homenagear personalidades gravando em árvores de locais públicos o nome do homenageado. Da mesma forma, como no caso da Ilha de Paquetá, esculpia-se versos e outras inscrições de cunho educativo nos sopés das velhas árvores. “Collocae o espírito à altura das arvores! Respeitai-a!”, podia-se ler junto a uma amendoeira, na praia dos Estaleiros e outras dezenas de inscrições ocupavam “os recessos de Paquetá”.¹⁷⁵

Criaram-se agremiações sociais em nome da proteção das árvores, a exemplo da Sociedade dos Amigos das Árvores, fundada em 1931, no Rio de Janeiro, que adotou como distintivo a figura de um Jequitibá. Uma escola do mesmo município organizou a Policia Infantil da Arvore, “sob cuja vigilância as 4.000 árvores que adornam as ruas d[a] cidade, [ficavam] ao abrigo de mãos hostis.”¹⁷⁶

¹⁷³ NEVES, Lourenço Baeta. *Hygiene das cidades*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas, [1913?], p. 40-42, apud. SEGAWA, 1996, p. 69-70.

¹⁷⁴ LIBERALLI, Frederico Augusto. [Discurso sobre saneamento e embelezamento da Capital Federal]. In: CONGRESSO DE ENGENHARIA E INDUSTRIA, 1900-1901, *Anais...* Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, v. 3, p. 175-183, fev, 1901.

¹⁷⁵ SAMPAIO, 1935, p. 22, 85.

¹⁷⁶ SAMPAIO, 1935, p. 41.

As propostas de parques inseriram-se nesse contexto; em parte eram apresentadas, inclusive, pelos mesmos responsáveis pela promoção do ‘culto à árvore’. Um delineamento mais abrangente desse movimento social pode ser encontrado em uma publicação do período, intitulada sugestivamente *Biogeographia dinamica: a natureza e o homem no Brasil. Noções geraes e estudo especial da Protecção á Natureza no Brasil*.

Trata-se de um livro didático de autoria de um reconhecido botânico, A J. Sampaio, professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. O objetivo da publicação, segundo o autor, era contribuir para a divulgação no Brasil de uma “nova sciencia”, a “Protecção á Natureza”, que vinha sendo desenvolvida “no mundo civilizado”. Tal disciplina era definida como o “o conjunto de conhecimentos biogeographicos que conduz[iam] a evitar a rarefacção ou extincção dos bens naturaes em cada paiz.”¹⁷⁷. Vale a pena pontuar a noção de proteção da natureza naquele período, observando sua relação com a primeira concepção de parques no País.

Sampaio introduz o trabalho constatando que após elaborar “um detido exame retrospectivo da ambientação do thema em nosso paiz”, verificou estar “feita a terraplenagem da Protecção da Natureza no Brasil”, [...] “desde a Escola Primaria até ás Academias e aos Institutos scientificos e technicos, na imprensa, no livro, nas producções litterarias e artísticas, nas cathedras e em realizações de vulto”.¹⁷⁸ O autor deixa claro que o assunto não se restringia ao meio acadêmico, e não podia prescindir de outras áreas de atuação além do ensino formal.

O escopo do trabalho mostra bem a abrangência requerida para a disciplina, a partir dos tópicos apresentados: I- Letras e artes, II- Movimento Educacional, III – Influxo dos poderes públicos, IV- Associações e Particulares, V- Movimento Mundial, VI – Defesa Nacional. Nessa parte do livro, o autor enumera detalhadamente as atividades realizadas no País desde o início do século, que podem ser entendidas como pertencendo à disciplina, ainda que não tal inserção não fosse intencional.

O autor enfatiza a importância da aliança entre “sciencias e artes” para o que denomina vulgarização dos preceitos da disciplina. A palavra da ciência, observa, tem o auditório restrito das “academias sempre pouco populosas”. A literatura, ao contrário, “vai diretamente ao coração do povo”. Enquanto a linguagem científica trata dos “primores da natureza”, a “Arte nelles vê bellezas e poder divino da Creação”. Sendo “o objetivo da *Biogeographia Dynnamica*” justamente “exaltar, simultaneamente, *bellezas e utilidades*, [...] “é claro que Letras e Artes teem no caso a sua actuação privativa, cujo influxo a sciencia espera a cada momento, para agir depois, realizando (grifo no original).”¹⁷⁹

Esses capítulos do livro fornecem, conforme enunciado no trecho acima, argumentos sobre a relação intrínseca entre o saber científico e as ações que visam formar, na sociedade, o “Senso Esthetico”¹⁸⁰, condição básica para o desenvolvimento da proteção à natureza. Assim, descreve eventos oficiais e outras atividades promovidas por associações (entre elas as associações organizadas em torno de atividades turísticas e excursionistas), escolas, iniciativas particulares, de instituições públicas, etc. que tratam do tema. O livro reserva um grande espaço para discutir o papel das obras de arte na educação da sensibilidade do brasileiro e na promoção do “amor à natureza”, descrevendo quadros, esculturas, poemas,

¹⁷⁷ SAMPAIO, 1935, p. 7, 8, 22.

¹⁷⁸ SAMPAIO, 1935, p. 8.

¹⁷⁹ SAMPAIO, 1935, p. 23-24.

¹⁸⁰ SAMPAIO, 1935, p. 22.

artigos literários e mesmo obras de engenharia que colaboram para tal formação. Não deixa de ser curioso transcrever a observação feita a propósito da construção do bondinho do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro: “Funicular do Pão de Açúcar – iniciativa particular de grande alcance na educação do povo, para o gozo dos encantos da Natureza”.¹⁸¹

Dois aspectos da proposta da Conservação da Natureza merecem ser ressaltados. Em primeiro lugar, a disciplina, proposta no âmbito do saber científico, demonstra uma preocupação em explicitar — e não em dissimilar — sua função política e ideológica, propondo abertamente a veiculação de um sentimento republicano calcado na idealização de um patriotismo voltado para a formação de uma identidade nacional. A disciplina Proteção da Natureza pretende-se, claramente, um instrumento para a “formação das almas”.

Deve-se sublinhar que tal identidade nacional é colocada como uma postura a ser estabelecida a partir de valores considerados “universais”, sempre remetidos à cultura européia e estadunidense, ou seja, “às nações civilizadas”, sem que tal inspiração fosse tida como uniformizadora e cerceadora de um caráter genuinamente nacional.

Em segundo lugar, mas não em segundo plano, vale observar que a questão estética é absorvida como parte da disciplina, implícita no corpo da disciplina. Assim, o autor do livro pode considerar que “o primeiro congresso internacional que tratou de protecção á natureza foi o da Association Litteraire et artistique Internationale”, realizado em Liége, em 1905.¹⁸²

Não custa lembrar, também, que apesar da importância dada à beleza natural, formadora de postura civil, todo o argumento para a proteção apoiava-se na função social da natureza, na utilidade para as pessoas e as nações, totalmente diferente do argumento posterior pelo valor intrínseco, afuncional dos espaços naturais. A justificativa para a proteção à natureza baseava-se na necessidade de garantir o uso adequado e a perpetuidade dos recursos úteis ao homem, sendo o potencial formador da civilidade propiciado pela beleza enquadrado como um dos recursos potenciais da natureza, para o uso do homem.

Assim, não deve causar estranhamento encontrar entre os congressos internacionais pertinentes ao tema tanto os que tratam das artes, como aqueles voltados para a caça, a “madeira e o carvão” e mesmo para a “Protecção das Aves Úteis a Agricultura”.¹⁸³

Na segunda parte do livro discute-se especificamente os espaços naturais a serem delimitados para conservação. Nessa parte, o autor transcreve as indicações recolhidas de 50 congressos internacionais, delimitando os objetivos gerais da conservação da natureza a serem alcançados em cada País. São eles:

¹⁸¹ SAMPAIO, 1935, p. 90.

¹⁸² SAMPAIO, 1935, p. 23.

¹⁸³ Alguns eventos citados por Sampaio: Congresso Internacional de Silvicultura (Paris, 1900); Primeiro Congresso de Caça (França, 1907), Primeiro Congresso Internacional para a Protecção ás Paisagens (França, 1909), a Comissão Internacional para a Protecção das Aves Úteis á Agricultura, que formulou, em Paris, em 1895, a Convenção Internacional para a Protecção das Aves Úteis á Agricultura, o Congresso Internacional de Caça (Vienna, 1910), o Congresso da Árvore e da Água (França, 1910), o Congresso e Exposição de Madeira e Carvão (França, 1925), a Comissão Consultiva das Series Artísticas nas Florestas do Estado (França, 1913), o Congresso da Associação Litteraria e Artística Internacional (Haya, 1913). SAMPAIO, A J. Congressos de Protecção à Natureza, *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, mar. 1935, p. 25-26.

- 1) Preservar de rareiamento ou extinção os bens naturais, sujeitos a consumo e passíveis de multiplicação;
- 2) Cuidar de sítios e paisagens, em benefício do turismo e do excursionismo;
- 3) Assegurar a perpetuidade de espécies animais e vegetais, bem como das curiosidades geomorfológicas, de interesse científico, em seu estado natural;
- 4) Evitar qualquer dano às quedas d'água e mananciais, como a outras não especificadas, produções naturais que devam ser permanentemente conservadas;
- 5) Melhorar a Natureza, onde necessário.¹⁸⁴

Mais uma vez é preciso resistir à tentação de ler essa pauta de objetivos com os olhos atuais. Ela poderia ser considerada extremamente semelhante às apresentadas em documentos e diretrizes legais contemporâneas sobre o assunto. De fato, entre os objetivos definidos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído no Brasil no ano de 2000, há itens aparentemente equivalentes. Por exemplo: proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica e cultural; proteger e restaurar recursos hídricos [...]; favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico, entre outros.¹⁸⁵

Uma análise mais detalhada desse documento, no próximo capítulo, mostra, por trás das semelhanças, um ideário de conservação bem diferente. Mas mesmo sem adiantar tal análise pode-se perceber as especificidades do pensamento de 1930 discutindo exclusivamente as propostas de então para o estabelecimento de parques nacionais.

As propostas discutidas a seguir foram apresentadas na Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, promovida pela Sociedade dos Amigos das Árvores e realizada no Rio de Janeiro, em abril de 1934. A Primeira Conferência teve a participação do meio científico, político e de associações “de proteção à natureza”.¹⁸⁶

As propostas de criação de parques nacionais foram discutidas, nessa Conferência, como temas correlatos ao problema da supressão das florestas e do culto e a proteção das árvores. Na primeira explanação, o presidente da Associação Amigos das Árvores discorreu sobre os desastres ambientais ocasionados pela devastação das matas, responsáveis por “um espetáculo desolador de enxurradas, de temporais violentos [...], de secas prolongadas, de inundações terríveis, de erosões tremendas, de crise climática permanente” e considerou a proteção das árvores uma medida “transcendente, que abrange não só a proteção da flora e da fauna, na sua quase totalidade ameaçadas de aniquilamento em todas as regiões do globo, [...] como a

¹⁸⁴ SAMPAIO, 1935, p. 114-115.

¹⁸⁵ BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Capítulo II, art. 4º.

¹⁸⁶ A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizou-se entre 8 a 15 de abril de 1934, sob o patrocínio de Getúlio Vargas, então Chefe do Governo Provisório e foi publicada integralmente na revista do Museu Nacional do Rio de Janeiro. *Boletim do Museu Nacional*, 1935. 126 p.

proteção das paisagens, o resguardo dos sítios pittorescos”.¹⁸⁷ No âmbito dessa Conferência, os argumentos pela criação de parques acompanham essa linha de identificação entre a proteção de espaços naturais (paisagens, locais de manutenção da fauna e da flora) e o equilíbrio das condições de solo e clima para o desenvolvimento da agricultura e o crescimento urbano.

No entanto, a noção de conservação apresentada, em seu vínculo com os interesses econômicos, científico e cultural provocaria um imediato estranhamento nos meios ambientalistas atuais.

Em uma das propostas, Roquete Pinto defendeu a criação de um parque nacional para o desenvolvimento do turismo e de atividades científicas: “um grande laboratório” a ser aberto aos cientistas brasileiros e estrangeiros. O local sugerido “part[ia] do fundo da Bahia da Guanabara ao topo da Serra dos Órgãos, [com] uns vinte quilômetros de largo”. Roquete Pinto observa tratar-se de “uma região muito própria para certos estudos de biologia marinha” com a vantagem de ser “seguido pela baixada, humida e quente, onde não seria difícil aclimatar certas espécies amazônicas”. A superintendência do parque poderia ficar a cargo do Museu Nacional, para a coordenação dos trabalhos científicos.¹⁸⁸

A Profa. Alda Pereira da Fonseca também propôs um parque nacional a ser estabelecido próximo à cidade do Rio de Janeiro. Para ela, o parque deveria não só promover a proteção da natureza como possibilitar a “reunião das famosas árvores da Flora Brasileira”. Esse parque, segundo a palestrante, poderia ser “uma verdadeira obra artística”, na qual “não se descuidasse do menor detalhe”:¹⁸⁹

E que aí se dispusessem as árvores em grupos conforme as diferentes regiões do país, de forma a tornar conhecidas as essências florestais do Norte, como as do Sul.

E tendo em conta o número incalculável de nossas essências, poder-se-ia formar um calendário com as flores de nossas árvores.¹⁹⁰

Para a implantação do parque, “o ideal seria uma vasta planície limitada por uma montanha coberta de vegetação, contornando pedreiras de aspectos interessantes, à maneira dos parques dos Estados Unidos”. Aqui, observa Fonseca, se poderia colocar “em vez de búfalos, umas quatro espécies de veados e outras tantas de antas, capivaras e outros herbívoros,” além de “aves de adorno da paisagem”.¹⁹¹ A palestrante discorre, a seguir, sobre a criação de aves da Índia e da China Meridional, experiência a ser adaptada nesse parque. Observa ainda, a importância de estabelecer métodos de custeio racionais para o parque, de tal forma que o excedente da reprodução animal pudesse ser “vendido para rendimento”.¹⁹²

¹⁸⁷ CORREIA, Leôncio. Discurso Inaugural. *Boletim do Museu Nacional*, p. 13.

¹⁸⁸ PINTO, E. Roquete. Parques Nacionais. Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 55, mar. 1935. Rio de Janeiro.

¹⁸⁹ FONSECA, Alda Pereira da. Parque Nacional. Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 57, mar. 1935.

¹⁹⁰ FONSECA, 1935, p. 58.

¹⁹¹ FONSECA, 1935, p. 57.

¹⁹² FONSECA, 1935, p. 59

O Dr. Vicente de Andrade Racioppi propôs a criação de uma Reserva Florística na região do Pico do Itacolomi, em Ouro Preto, Minas Gerais, a ser demarcada com a cooperação do Serviço de Geografia e Geologia. O objetivo da reserva seria, em seu entender, manter a área como “reserva natural dos primores da flora, Relicário ou Santuário Natural”.¹⁹³

As três propostas de reservas apresentadas na Conferência trazem como ponto comum o pressuposto de sua utilidade para os homens e o país, admitida como contingente à noção de conservação da natureza, áreas para o benefício e o prazer das pessoas, conforme discriminado entre os objetivos do primeiro parque natural estabelecido no mundo.

A principal discrepância entre essas proposições iniciais de parques nacionais e a concepção atual de unidades de conservação refere-se à idéia de intervenção humana preliminar nos espaços, para o que se poderia chamar de um aprimoramento estético de seu aspecto selvagem. Parques trabalhados pelo homem para refletir e induzir cultura, parques como símbolo de apreço à civilização — especialmente à nação —, parques como símbolos de um aperfeiçoamento futuro da humanidade, de uma crença no futuro do homem constituem afirmativas de difícil reconhecimento atual.

Possibilitam, no entanto, enxergar a contingência dos processos em que se estabelecem os sentidos, quebrar a quimera do engessamento dos significados, da naturalização dos conceitos.

De que forma os primeiros significados de parques nacionais propostos no Brasil obtiveram ou não aceitação ou, de acordo com Carvalho, conseguiram apoderar-se da imaginação do povo, é a questão que se pretende acompanhar a seguir.

¹⁹³ RACIOPPI, Vicente de Andrade. Reserva do Itacolomi em Ouro Preto. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 63, mar. 1935.

CAPÍTULO III

Os parques brasileiros para a sensibilidade ambiental contemporânea

Situado na Serra da Mantiqueira, na divisa dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, o Parque Nacional do Itatiaia, criado em 1937, é hoje considerado como a primeira área natural a ser protegida no Brasil. Fato curioso a respeito desse nosso primeiro parque é que na época de sua criação imaginava-se que ali estava, com seus quase 3 mil metros de altitude, o ponto mais elevado do Brasil. [...]

É significativo notar que muitos anos antes de ser criado, no Parque do Itatiaia já existia uma estação de pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e que ele, até hoje, abriga áreas importantíssimas de remanescentes de Mata Atlântica de altitude. Sua área foi posteriormente ampliada e, nos últimos anos, o parque foi grandemente beneficiado pela criação, pelo estado de Minas Gerais, da Estação Ecológica do Papagaio, que lhe é contígua. O Itatiaia está rodeado quase que completamente pela Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, declarada em 1985 e que lhe serve de zona tampão.¹⁹⁴

Os textos atuais de divulgação de parques ou outros tipos de Unidades de Conservação falam dos atributos de tais áreas por meio de frases valorativas bem diferentes daquelas dos propagandistas de parques nacionais das décadas de vinte e trinta. O texto acima, uma apresentação resumida do Parque Nacional do Itatiaia encontrada no *site* do Ministério das Relações Exteriores, traz algumas indicações interessantes a esse respeito.

Percebe-se, a princípio, o referente *natural* para designar a área na qual foi estabelecida o Parque Nacional do Itatiaia. O termo natural, hoje, é usado para identificar uma região sem grandes intervenções humanas, sejam elas agrícolas, urbanas ou paisagísticas. Há na leitura atual do termo uma distinção fundamental daquela encontrada nas propostas de parques divulgadas na Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, nas quais se buscava “melhorar a natureza”¹⁹⁵ com a introdução de espécies animais e vegetais e com um tratamento de embelezamento cuidadoso do local.

O discurso atual, metonomizado pela citação acima, fala ainda de área natural *protegida*, o que dá a entender uma ação bem específica: procura-se manter intacto o *estado de natureza* da área. Ou seja, a intenção é manter a área com o mínimo de intervenções possíveis. O termo proteção, no entanto, foi também encontrado nas falas dos ativistas que demandavam a criação dos primeiros parques. Da mesma forma, naquele contexto, os discursos referiam-se à concepção de proteção que envolvia as ações de conservar e aprimorar os espaços naturais,

¹⁹⁴ COSTA, José Pedro de Oliveira. Parques Nacionais: Parque Nacional do Itatiaia. Disponível em : <www.mre.gov.br/cd_brasi/1/itamaraty>. Acesso em nov. 2005.

¹⁹⁵ Lembra-se que “melhorar a natureza, onde necessário” constituía o quinto objetivo da disciplina Proteção da Natureza a ser alcançado pelos países que seguissem as indicações dos congressos internacionais. SAMPAIO, 1935, p. 114-115.

buscando-se corrigir-lhes o aspecto selvagem. Era o que recomendava, como se viu, a disciplina *Proteção à Natureza*.

A citação mostra, indiretamente, um outro significado do termo proteção. Este pode ser identificado nos citados beneficiamentos feitos ao Itatiaia: a ampliação da dimensão do parque e a delimitação de uma faixa amortecedora no entorno “que lhe serve de zona tampão”. Vale enunciar, para posterior discussão, que aí se encontra uma das acepções mais caras às sensibilidades ambientais de hoje. Tal acepção traz a idéia de isolamento progressivo, que se estabelece da periferia para o centro, rodeando a área do parque. A esse isolamento acrescenta-se um mecanismo adicional de delimitação de outras áreas de preservação adjacentes. O que interessa, neste trabalho, é acompanhar como a idéia de isolamento veio a funcionar como sinônimo de proteção, isto é, como a idéia de beneficiamento às áreas naturais passou de *embelezamento* para *isolamento*.

Nota-se, também no texto, que o repertório de áreas protegidas se expandiu, passando a existir novas formas de se estabelecer “um espaço à parte, para o uso não convencional de reserva”, conforme definido para o Yellowstone. Aparecem, assim, outras tipologias de Unidades de Conservação — UCs —: no caso, uma classificada como Estação Ecológica¹⁹⁶ e outra como Área de Proteção Ambiental.

Hoje existem, no Brasil, doze tipologias de áreas protegidas. São elas: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.¹⁹⁷ O que indica que a categoria parque tornou-se insuficiente para responder ao sentido inicialmente dado às áreas delimitadas para o uso não convencional de reserva.

Finalmente, o artigo procura realçar que o Parque Nacional do Itatiaia constituiu “a primeira área natural a ser protegida no Brasil”. Indica, portanto, que toda a discussão sobre parques do início do século culminou em uma primeira experiência prática em 1937.

O fato de o Parque do Itatiaia ser a primeira área natural protegida leva o autor a deixar duas curiosidades no ar. Apesar de ser a primeira área protegida, já existia no parque “muitos anos antes de ser criado, [...] uma estação de pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro”. E ainda: “na época de sua criação imaginava-se que ali estava, com seus quase 3 mil metros de altitude, o ponto mais elevado do Brasil”.

Essas curiosidades mostram que o autor do texto quer compartilhar como o leitor a surpresa de existirem *reservas naturais de pesquisa* antes mesmo da considerada primeira unidade de conservação no país. Isto, talvez, por que a referência atual assimile a atividade de pesquisa às reservas institucionalizadas especificamente para tal fim, a partir da década de 1960.¹⁹⁸ O

¹⁹⁶ Na região onde existia a Estação Ecológica do Papagaio, citada no texto, foi criado o Parque Estadual Serra do Papagaio, pelo Decreto nº 39.793 de 05.08.1998, de Minas Gerais.

¹⁹⁷ Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, 19 julh. de 2000.

¹⁹⁸ No segundo Código Florestal, datado de 1965, foi definida a tipologia Reserva Biológica, e em 1981 foi estabelecida legalmente a categoria Estação Ecológica, ambas como o objetivo principal de pesquisa. Em 2000, outras categorias destinadas a esse fim foram

autor ainda coloca a questão de uma possível relação causal entre o *primeiro* parque e o ponto *mais alto* do país.

Acompanhar as condições que fazem desses fatos curiosidades atuais é acompanhar o processo que torna alguns conceitos anacrônicos em tão pouco tempo e observar como os primeiros significados hegemônicos podem ter sido substituídos. É interessante aceitar tal desafio.

Os antigos monumentos naturais

A região onde se situa o Parque do Itatiaia é relativamente próxima à cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Além disso, como informa o texto, cogitava-se que o Pico das Agulhas Negras, ali situado, fosse um dos pontos mais altos do Brasil. Esses dois fatores, em si, proporcionaram uma atenção especial para com a área, que pode ser constatada desde o século XIX.

Um guia elaborado por Rebouças, em 1885, “para os alunos da 1ª cadeira do 1º ano de Engenharia Civil”, constitui um dos exemplos da importância da região naquele momento.¹⁹⁹

Em um dos capítulos desse guia, Rebouças considera que a passagem do pitecóide a antropóide e deste ao homem (Teoria Evolucionista Poligênica) obedecia a leis do meio biológico e, portanto, de ambientes propícios a tais transformações. Esses ambientes constituíam os Édens, noção que Moisés poderia ter recebido dos sacerdotes de Menfis e Tebas e transportado para o Eufrates. Rebouças conserva esse vocábulo e com ele batiza seis tipos de Édens: Édens Florestais, Édens Pétreos, Édens Lacustres; Édens Fluviais, Édens Marítimos e Édens Alpestres ou Alpinos.²⁰⁰

Com o apoio dessa classificação, que o próprio Rebouças avalia como “subjetiva e artificial”, ele passa a descrever as regiões brasileiras. A propósito do Éden Alpestre, discorre:

Os Edens Alprestres, Alpinos ou de Montanha comparecem para recordar regiões de plena oxigenação ou de ozonação das raças humanas que lá habitavam ou habitam. O brasileiro Itatiaia, denominado pelos arborígenes pedra que destila água saudável, foi, sem dúvida, um Éden Alpestre, um pouso de salubridade para os adoecidos nas águas más do Paraíba.

[...] Escrevendo essas linhas, temos ainda na lembrança um episódio edênico e paradisíaco da excursão ao Itatiaia, em janeiro de 1878. Pastava, nos tais poéticos dolmes do Aiuruoca, um belo rebanho em prado esmaltado de flores. Os cavaleiros que nos acompanhavam tentaram tocar esse gado para que nos servisse de guia para o Retiro. Esforços baldados! Moviam-se

estabelecidas pelo SNUC. Cf. CAMARGOS, Regina. Reservas naturais no Brasil: a transição dos conceitos. In: *Direito Ambiental: legislação, jurisprudência e doutrina*, vol. 1. Belo Horizonte: FEAM, 2001, 1 CD-ROM. (Originalmente apresentada como dissertação de Mestrado em Geografia, UFMG, 1999).

199 REBOUÇAS, André. Guia para os alunos da 1ª cadeira do 1º ano de Engenharia Civil. Rio de Janeiro: Edit. Tipográfica nacional, 1885, apud SANTOS, Sydney M. G. *André Rebouças e seu tempo*. RJ: s. e., 1985.

200 SANTOS, 1985, p. 337.

alguns passos circulando e voltavam ao mesmo lugar. Parece que nos estavam dizendo: Esse é o paraíso terrestre! Para que tirar-nos daqui?!²⁰¹

Ressalte-se que se trata de uma teoria elaborada para formar — educar — os estudantes. Para tanto, Rebouças recupera elementos importantes da composição do chamado ambiente alpino.

Rebouças não deixa de reverenciar os atributos artísticos do local, ao falar dos aspectos poéticos dos dolmes do Aiuruoca, do prado esmaltado de flores por onde passeia o rebanho. E busca, ainda, as indicações científicas pertinentes ao conhecimento das funções curativas do contato com o ar, ou seja, o aerismo do período: as regiões de plena oxigenação ou ozonação das raças humanas. Há ainda uma referência ao sanitarismo em voga, que Rebouças recupera com o apoio na denominação indígena do local, de acordo com a qual, Itatiaia significa pedra que destila água saudável, acrescentando ser tal atributo, sem dúvida, responsável por possibilitar um contraponto saudável para os “adoecidos nas águas más do Paraíba”²⁰².

Finalizando a explanação e, portanto, concedendo-lhe bastante ênfase, Rebouças traz ao argumento o aspecto espiritual ou transcendente atribuído aos lugares de montanha. O Éden Alpestre, na sabedoria atribuída ao “belo rebanho que pastava” aparece como o próprio paraíso, estabelecendo-se, assim, o lugar desse tipo de éden nos códigos religiosos. O rebanho foi apresentado, nesse caso, como mais um elemento da natureza. Nesse episódio considerado “edênico e paradisíaco da excursão ao Itatiaia”, o rebanho se recusa a abandonar e ainda nomeia aquele local de paraíso. Não é difícil reconhecer, neste ponto, a referência ao lugar santuário.

O exemplo do Itatiaia, nessa aula de Rebouças, ilustra um trabalho mais amplo de construção imaginária do local durante o século XIX, na qual, ressaltando-se, encontra-se uma elaboração refinada dos componentes disponíveis pelos códigos cognitivos do período.

O chamado “Paraíso do Itatiaia”²⁰³ fora visitado por Augusto de Saint Hilaire em 1822, interessado na pesquisa da flora, assim como por Von Martius, em 1840, pelos botânicos Ernesto Vale e Per Dunsen (1894 a 1903) e por Augusto Glaziov, que “escalou o Pico das Agulhas Negras acompanhado da Princesa Isabel.”²⁰⁴²⁰⁵ Era, portanto, uma região já consagrada como objeto de interesse excursionista e científico.

É interessante observar, no relatório de uma viagem realizada em fevereiro de 1888, que a “altaneira serra” pertencia ao “distinto cavalheiro Henrique Irineo de Souza, filho do immortal Visconde de Mauá”.²⁰⁶ Nesse relatório, a região é elogiada por apresentar um potencial imenso para o desenvolvimento do País, pois que “suas riquezas agrícolas e

²⁰¹ SANTOS, 1985, p. 339.

²⁰² SANTOS, 1985, p. 339.

²⁰³ PALMELLA, José. Ascensão ao paraíso Itatiaia. Cartas à Viscondessa de Araim. Rio de Janeiro: Laemmert, 1889, p.5.

²⁰⁴ NASCIMENTO, Léo. 65 anos do 1º Parque Nacional do Brasil. Disponível em: <www.crescentefertil.org.br/historiamantiqueira>. Acesso em: nov. 2005.

²⁰⁵ NASCIMENTO, Léo. 65 anos do 1º Parque Nacional do Brasil. Disponível em: <www.crescentefertil.org.br/historiamantiqueira>. Acesso em: nov. 2005.

²⁰⁶ PALMELLA, 1889, p. 9.

industriais” eram passíveis de viabilizar “um futuro incalculavelmente lisonjeiro para a colonização, que há de vir erguer este formoso país ao ápice de todas as grandezas.”²⁰⁷

Também nesse relato se reverencia o valor da região “do ponto de vista poético e artístico, que suas magníficas e deslumbrantes paisagens apresentam aos olhos do viajante”, bem como “do ponto de vista hygienico, ou de salubridade”.²⁰⁸ O autor confessa, inclusive, que ao subir a serra, além de cumprir a tarefa de realizar o mapeamento do local e reconhecer “a fecundidade de seu solo e avaliar o influxo do clima,” atendia também a seu desejo de conhecer as imponentes belezas do local e buscar o revigoramento de sua saúde. Desejos satisfeitos, pois que o autor “[e]ve a felicidade de alli respirar tão bello ar, e de beber as mais puras e crystalinas águas.”²⁰⁹

Percebe-se mais claramente nesse último texto o interesse turístico — na acepção de turismo discutida para o século XIX — e, ainda, o interesse em ocupar a região por meio de atividades econômicas *convencionais*. O próprio Visconde de Mauá incentivou a ocupação agrícola da região.²¹⁰ Assim, torna-se compreensível que uma parcela dessa área tenha sido adquirida pela Fazenda Federal, em 1908, para a implantação de colônias agrícolas.²¹¹

Segundo Panizzutti, um desses núcleos de assentamento agrícola chegou a contar com 83 lotes rurais, onde moravam 146 colonos, entre franceses, alemães, belgas e italianos.²¹² Ao que parece, esse projeto agrícola subsistiu até o final da década de 1920, quando, segundo esse autor, acabou “dando com os burros n’água, e a fazenda acabou vendida, inteira”.²¹³

Hoje, em um relato da história do Parque, apresentado pelo chefe do Parque Nacional do Itatiaia, avalia-se que “o cultivo de frutas, café, soja, etc... fracassou, mas o desmatamento então iniciado, rompeu, já naquela época, o equilíbrio da Mata Atlântica.”²¹⁴

A área de plantio, de acordo com o pensamento atual, constitui o marco inicial do desequilíbrio ambiental da região. Pode-se constatar a oposição entre a expectativa anterior de ocupação da área, pensando-se em seu imenso potencial agrícola e industrial e a expectativa atual de proteção do meio ambiente na região. Como se discutiu, a noção de proteção requer hoje, necessariamente, o isolamento da área.

É comum, nas avaliações das áreas atualmente reservadas para proteção, considerar-se que ocupações anteriores ao regime legal de proteção, sobretudo ocupações agrícolas, sejam responsabilizadas pela quebra do equilíbrio ecológico da área. O que pode ser verdade.

No entanto, o que interessa neste trabalho é reparar que a mesma Estação Biológica, referida no *site* do Ministério das Relações Exteriores como um indício da importância científica da área, pode ter sido motivada para reativar o desenvolvimento agrícola da região. O que seria o mesmo que dizer, hoje, que a estação de pesquisa foi responsável pela quebra do equilíbrio ecológico da área. Aparentemente, trata-se de um raciocínio paradoxal. Daí a importância de

²⁰⁷ PALMELLA, 1889, p. 8.

²⁰⁸ PALMELLA, 1889, p. 8.

²⁰⁹ PALMELLA, 1889, p. 8.

²¹⁰ PANIZZUTTI, Nei. *Resende, cidade sesquicentenária*. Resende: Editora AMAM, 1998, p. 9.

²¹¹ PARQUE Nacional do Itatiaia, 2005, p...

²¹² PANIZZUTTI, 1998, p. 9.

²¹³ PANIZZUTTI, 1988, p. 9.

²¹⁴ NASCIMENTO, op.cit.

se discriminar os significados dos termos de acordo com as condições de possibilidades próprias de seu momento de emprego.

A área de pesquisa, subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, foi criada em 1929,²¹⁵ quando o Ministério da Agricultura assumiu a responsabilidade pelo acompanhamento da ocupação da região. Em relatos de expedições ao Itatiaia realizadas na metade da década de trinta, refere-se a essa área de pesquisa como uma “Estação Biológica” que conta com um Horto Florestal. Um dos relatos, assim a descreve:

Em meio da mata, o Horto Florestal, com seus jardins bem cuidados, suas alamedas floridas e suas pittorescas araucárias, figura como pequenina fracção de uma preciosidade agreste que o homem tomou a si, *realçou-lhe os encantos, lapidando-a* (grifo nosso).²¹⁶

Vale lembrar que as instituições de pesquisa, no conceito da época, estavam intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento da agricultura, visando ao estudo, à aclimação e à difusão de espécies botânicas. Essa acepção de pesquisa estava vinculada à idéia de construção de uma nação moderna, inspirada nos moldes dos países considerados cultos. Importa lembrar, também, que tal idéia de nação moderna incluía a formação nos âmbitos estético, ético, científico e econômico — intrincados e simultaneamente desenvolvidos —, como se discutiu anteriormente.

Assim, pode-se dizer que a ‘Estação Biológica do Itatiaia’, nesse texto da década de trinta, foi valorizada justamente por atender às funções similares àquelas discutidas para os Jardins Botânicos e Hortos Florestais.

Nota-se que o tratamento paisagístico dado ao ambiente natural — uma “preciosidade agreste que o homem tomou a si” — foi elogiado porque “realçou [...] os encantos [da natureza], lapidando-[a]”. Essa simples observação acima pode ajudar a entender a surpresa atual em constatar a antecedência da área de pesquisa à criação do parque.

Quando se recorre à concepção atual de pesquisa em reservas naturais, entende-se a atividade como uma ação que envolve apenas “a coleta controlada de componentes dos ecossistemas” e, ainda, “o manejo de espécies visando preservar a diversidade biológica”, sem a introdução de espécies que não sejam nativas na região. Essa é a definição de pesquisa científica própria às reservas naturais protegidas. O caso das Estações Ecológicas e das Reservas Biológicas, duas tipologias voltadas especificamente para a pesquisa, é esclarecedor.²¹⁷ Nessas tipologias, nem mesmo a atividade turística é permitida, somente a visita com finalidades educativas é considerada compatível com os objetivos de conservação e pesquisa.

Mesmo nos parques naturais de hoje, nos quais os objetivos de manejo são mais amplos, pois que incentiva-se o turismo, a pesquisa só é permitida estritamente nas condições em que não se alterem as características principais do ambiente natural.²¹⁸ A pesquisa científica assume significados diferentes nos dois contextos temporais. As concepções de pesquisa tornaram-se

²¹⁵ PARQUE Nacional do Itatiaia. Disponível em: <www.ambientebrasil.com.br>. Acesso em: nov. 2005.

²¹⁶ JABOR, S. Nas Agulhas Negras, a grande realização da Escola Polytechnica. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 10 de novembro de 1935. Suplemento; LAMEGO, A. R. O Massiço do Itatiaia. Serviço Geológico e Mineralógico. *Boletim*, nº 88, p. 7, 1936.

²¹⁷ Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, art. 9 e art. 10.

²¹⁸ Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, art. 11.

incomparáveis, quando se retorna ao significado da expressão no final do século XIX e início do século XXI.

Isso condiz com a própria concepção de UCs. Hoje, as unidades de conservação são estabelecidas para a conservação da natureza *in situ*, ou seja, em seus meios naturais. O que as diferencia das áreas de pesquisa ambiental concebidas como áreas de experimentos *ex situ*, nas quais é possível introduzir e manipular espécies trazidas de outros ambientes naturais, como se passa nos jardins botânicos, zoológicos, hortos, etc. A partir dessa constatação, pode-se verificar que os próprios Parques Nacionais tiveram sua concepção substancialmente alterada.

Ao se analisar a concepção das primeiras propostas dos parques nacionais, a importância do significado de monumento nacional fica evidente. No caso do Itatiaia, foi necessária uma conjugação de inúmeras referências para que a área viesse a ser escolhida como lugar iconográfico da representação nacional. Agricultura, pecuária, pesquisa, peculiaridade estética, desenvolvimento do *self*, como se discutiu, foram fundamentais para que a região do Itatiaia se tornasse especial e pudesse condensar a imagem do futuro promissor que se destinava ao País. Tal imaginário justificou, inclusive, a visita da princesa Isabel ao local.

Como se viu, um dos principais valores da “Serra do Itatiaia” era justamente o fato de abrigar o pico das Agulhas Negras “dominando em torno de si toda uma região”, a ponto de ser avaliado como “o mais notável monumento orographico do Brasil.”²¹⁹

Na década de 1930, várias equipes já haviam se deslocado para a região, com o objetivo de identificar a cota máxima do Pico das Agulhas Negras. Em 1867, José Franklin Massena atingiu a altitude de 2.994 metros e, desde então, foram conseguidas medições cada vez mais precisas. Chegou-se à cota 2.974 m, em 1882, a 2804 m em 1895 e a 2.841m, em 1898, entre outros resultados.²²⁰

Em 1935, a Escola Polytechnica executou um levantamento da região com o mesmo objetivo. O relator da expedição destaca de imediato a importância do levantamento geodésico, informando ser este a única forma de “oferecer um resultado rigoroso que puzesse termo a esta disparidade das altitudes”. Ele reclama da falta de apoio financeiro do governo para a viagem e com um hábil jogo de palavras, observa: “se até aqui não havia sido feito um trabalho dessa natureza, é porque infelizmente os nossos governos não se interessam pelas coisas cujo valor elles não estão a altura de comprehender”.²²¹

Tais expedições científicas estão explicitamente vinculadas ao trabalho de construção de signos para a Nação. Elas buscavam a identificação do lugar mais alto do Brasil — uma importante referência para a nação — com uma disposição patriótica que, parafraseando o relator da expedição, situa-se acima mesmo da sensibilidade governamental.

É razoável identificar nas diversas iniciativas de ocupação da região do Itatiaia, incluindo os esforços científicos, passos importantes para que a região do Itatiaia chegasse à década de trinta como representante primeiro de monumento natural brasileiro.

²¹⁹ JABOR, 1935, p. 1.

²²⁰ JABOR, 1935, p. 1.

²²¹ JABOR, 1935, p. 1.

Vale perguntar, seguindo o objetivo deste trabalho, como se deu a justificação desse significado de monumento nacional nos instrumentos legais que embasaram a primeira área protegida.

O significado de monumentos nacionalistas para os parques naturais foi explicitado no primeiro Código Florestal Brasileiro, de 23 de janeiro de 1934, base legal para a institucionalização dos parques.²²² Nesse Código, encontra-se a seguinte definição para os Parques Nacionais: “monumentos públicos naturais, que perpetuam em sua composição florística primitiva, trechos do país, que por circunstâncias peculiares, o merecem.”²²³

Fica evidente que essas áreas devem traduzir a autenticidade nacional, para que sirvam de testemunhos das peculiaridades naturais do país.

No Código de 1934, as principais diretrizes não estão voltadas apenas para a criação de reservas naturais, mas sim para possibilitar o crescimento econômico do país por meio da promoção da maior eficiência possível no uso dos recursos florestais, por meio do controle da supressão de florestas nativas e do incentivo ao fomento de florestas homogêneas.

Conforme se discutiu no capítulo anterior, a questão dos parques se desenvolvera em meio aos debates sobre a maior produtividade possível dos recursos florestais. Dessa foram, no Código de 34, define-se, por exemplo, a obrigatoriedade de manutenção da cobertura vegetal para auxiliar o controle dos processos erosivos e para a proteção das nascentes e dos cursos d'água. Define-se, também, uma percentagem mínima das propriedades para a manutenção de uma reserva florestal. Introduz-se a noção de isenção de impostos como compensação à preservação de florestas em propriedades particulares, assim como a noção de licenciamento público para desmate. Define-se normas de responsabilidade para as empresas grandes consumidoras de lenha ou carvão, no sentido de manter seus estoques de florestas, entre outros parâmetros. No Código de 34 já encontram enunciadas, portanto, boa parte das diretrizes de manejo florestal hoje vigentes.

No Código de 34, as florestas brasileiras são discriminadas em três tipologias. As *Florestas de Rendimento* ou *Florestas Modelo* abrangem as matas destinadas à exploração intensiva, tanto aquelas organizadas pelo poder público como por particulares. Era, inclusive, permitido aos proprietários transformar as florestas naturais em homogêneas, para maior facilidade de exploração industrial. Essa tipologia de manejo de florestas assemelha-se à concepção de manejo das áreas anteriormente destinadas à pesquisa botânica, caso das Estações Biológicas, uma vez que se destina ao estudo e à disseminação de espécies vegetais brasileiras ou exóticas consideradas importantes regionalmente e comercialmente.

A tipologia denominada sugestivamente como *Floresta Protetora* abrangia a cobertura vegetal cuja preservação auxiliava na contenção dos movimentos de terra, na conservação do regime das águas, além de servir à defesa das fronteiras e garantir as condições de saúde pública. Responde, portanto, por boa parte das antigas discussões sobre o papel das florestas. Abarcava, ainda, a cobertura vegetal necessária para “asilar espécimens raros de fauna indígena” e para “proteger sítios que por sua beleza merec[iam] ser conservados”.²²⁴

²²² Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934.

²²³ Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, Art.9º.

²²⁴ Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, Art. 4º

Os Parques Nacionais — tendo em mente que tal definição envolve também os Parques Estaduais e Municipais — foram classificados entre as *Florestas Remanescentes*, uma terminologia adequada para aludir ao aspecto primitivo, ancestral que se pretende conferir a essas áreas delimitadas como territórios à parte.

Foram também definidos como *Florestas Remanescentes* os espaços arborizados cuja relevância não justificava a criação de Parques Nacionais e as áreas florestadas nas quais “abundarem ou se cultivarem espécimens preciosos, cuja conservação se considerar necessária por motivo de interesse biológico ou estético”,²²⁵ além das áreas que “o poder público reservar para pequenos parques ou bosques, de gozo público”.²²⁶

Entre as *Florestas Remanescentes*, apenas nos Parques Nacionais era vedado o corte de árvores, a pesca e a caça. Nas demais, inclusive em áreas de domínio público, essas atividades eram permitidas mediante licenciamento. Os Parques Nacionais sempre implicavam na desapropriação e no domínio público.

Algumas questões podem ser colocadas acerca desses atributos definidos para as florestas brasileiras no Código Florestal de 1934. Como toda legislação, percebe-se que o texto incorpora a negociação de segmentos e expectativas diferenciadas. Não se pode esquecer que no início da institucionalização dos parques, a defesa da “Proteção a Natureza” consolidou-se em meio à discussão sobre o problema da supressão vegetal e das questões ambientais que atingiam a agricultura e a indústria dependente diretamente de recursos ambientais.

Pode-se dizer que as expectativas dos propagandistas de parques dos anos anteriores foram atendidas, realçando o papel da natureza no aprimoramento da civilidade e da construção da idéia de monumento nacional. É possível delinear, no Código, a continuidade do debate sobre o tema da proteção entre os diversos discursos.

Assim, nas *Florestas Remanescentes* não classificadas como Parques, fala-se de espécies “preciosas” sob o ponto de vista biológico, talvez nos moldes das acepções discutidas na formulação dos passeios públicos, arborização de logradouros e jardins botânicos. Os aspectos iconográficos e educativos desses elementos da paisagem foram, assim, institucionalizados para conservação nesse Código.

Ressalte-se que até mesmo *cada árvore* mereceu a consideração de elemento a ser preservado. O Código explicitou que “qualquer árvore, por motivo de sua posição, especie ou beleza” deveria ser declarada “imune de corte” pelo poder público.²²⁷

Desde árvores isoladas, pequenos maciços florestais que possuíam o papel de enquadramento visual de paisagens, bem como os espaços públicos de entretenimento de uso local deveriam ser resguardados para o gozo público.

No entanto, já se percebe certa ambivalência na identificação dos valores atribuídos aos espaços a serem resguardados. Há no Código, uma enumeração de valores para as florestas: estético, educativo, comercial e científico, o que por si já indica novas condições de percepção para o tema, pois que já não se encontram tão miscigenados.

²²⁵ Decreto n° 23793, de 23 de janeiro de 1934, Art. 4°.

²²⁶ Decreto n° 23793, de 23 de janeiro de 1934, Art. 4°.

²²⁷ Decreto n° 23.793, de 23 de janeiro de 1934, Art. 14°

Parece haver, também, uma sugestão de valor pelo que a natureza representa por si, o valor intrínseco das árvores, das matas, dos rios, das montanhas, ou seja, da natureza *natural*. Este é, sem dúvida, um importante referencial da continuidade dos debates, pois que traz uma inovação nos valores em questão.

Estaria esse novo valor atribuído à natureza relacionado às discussões que vinham sendo desenvolvidas além das fronteiras nacionais? O debate que se seguiu à criação do primeiro parque nacional pode ajudar nessa discussão.

Visitação *versus* preservação

O maior desafio, diz um site atual sobre o Itatiaia, é conciliar visitação pública e preservação.²²⁸ Esta assertiva tornou-se, hoje, tão comum que dispensaria discussão. No entanto, a opção adotada neste trabalho é tratar o óbvio como categoria de análise.

Não custa, portanto, buscar o auxílio do texto que traz a assertiva acima.

Guerras no Iraque, Iugoslávia, Afeganistão, Israel, Palestina, ataques terroristas nos EUA, Colômbia, pneumonia asiática na China e demais questões nevrálgicas observadas no plano mundial são indicadores de que as riquezas naturais ao longo de nossa geografia podem tornar-se grandes geradoras de recursos e representatividade no exterior. [...]

Eco-turismo, esportes radicais, expedições para a observação da fauna e outras questões apontam o Brasil como capital do desenvolvimento sustentável. Tema de destaque na política internacional. [...]

O Parque Nacional do Itatiaia é um importante pólo turístico. Canoagem, vôo livre, cavalgada, hotéis, montanhismo e sítio histórico são partes de um leque de opções de lazer [...]. O maior desafio é conciliar visitação pública e preservação.²²⁹

O turismo continua a ser uma função importante do Parque. Canoagem, vôo livre, montanhismo, a contemplação da paisagem são atividades ao ar livre que mantêm vários pontos em comum com aquelas praticadas no final do século XIX e que participaram da viabilização política da idéia de demarcação de áreas naturais a serem colocadas à parte.

O encontro do corpo com as águas, com o vento, a apreciação do espaço aberto ao redor, o cultivo do auto-esforço direcionado ao aprendizado do controle de si, visando jogar o jogo nos mínimos detalhes para o enfrentamento às condições impostas pelas leis do ambiente, tudo isso permeia as diversas modalidades atuais de turismo no ambiente natural.

As denominações passaram por um processo de atualização: eco-turismo, esportes radicais, *trail*, etc. Mas se pode dizer de características das antigas atividades similares que persistem nas atuais. Encontra-se nas atividades do turismo nos parques a mesma busca pelo ápice da emoção, pelo êxtase diante do incomensurável, pela experiência da epifania e da imersão no encontro espiritual com a transcendência. E, igualmente, cada caminho, seja no ar, nas trilhas ou nos rios, proporciona ao turista dos parques a procura e o gozo em face da surpresa na curva dos ângulos de visão e de fotografia.

²²⁸ Parque Nacional do Itatiaia. Disponível em: www.ambientebrasil.com.br. Acesso em: 17 nov. 2005, p. 1-4.

²²⁹ Parque Nacional do Itatiaia, 2005, p. 1-2.

O turismo, conforme observa o texto do *site*, destinado a brasileiros e estrangeiros, permite ao Brasil obter uma posição de destaque frente às outras nações. Nada menos que o lugar de capital do desenvolvimento sustentável. Segundo o argumento do texto, o turismo continua a ser uma sina para o crescimento da nação, tal qual afirmavam os propagandistas dos parques na década de 1930.

Houve um deslocamento, no entanto, na ênfase dada ao referente monumento. O atributo monumento nacional foi omitido no texto. É possível pensar que o termo monumento nacional é, hoje, omitido porque sua posição de destaque anterior foi suficiente para “a formação das almas”, tanto internacionais como brasileiras. Assim, apenas se omite o que se tornou suficientemente absorvido e introjetado.

No entanto, o texto dá margem a uma segunda interpretação do fato. Nota-se, nele, a referência implícita ao significado de monumento internacional que veio adequar-se à figura do Parque do Itatiaia. O turismo ecológico — expressão que substituiu a simples palavra turismo — tornou-se “tema de destaque na política internacional.”

Algumas questões nevrálgicas do contexto mundial — guerras no Iraque, Iugoslávia, Afeganistão, Israel, Palestina, ataques terroristas nos EUA, Colômbia, pneumonia asiática na China — fornecem, por oposição, importância ao turismo ecológico no Itatiaia.

Não se trata mais, para os visitantes, de procurar a natureza apenas para se refazer e esquecer os problemas das ebulições urbanas onde vivem. O texto faz alusão a problemas mais abrangentes. Não se trata mais de discutir problemas relativos aos países, ou ao contexto da nação; os problemas aí citados referem-se a questões de âmbito mundial que comprometem diretamente o prazer das pessoas e o benefício coletivo. Como consequência, estabelece-se uma relação direta entre o Parque e as pessoas do mundo. O Parque adquire não só visibilidade, mas também importância mais universal. Essa modificação, de referência nacional para mundial constitui um retrato fundamental da transição das visões sobre os ambientes naturais nos últimos anos.

Há, ainda, a remarcar, uma alusão de mudança na visão da atividade turística. Se antes, essa visão podia ser identificada com uma expectativa para a ocupação dos parques — fornecendo desenvolvimento e civilidade para os cidadãos da nação — hoje pode ser entendida, também, como um desafio para a manutenção da preservação. O turismo tornou-se um problema a ser conciliado com um outro objetivo de criação dos parques. Por outro lado, continua a ser uma expectativa de uso e um dos objetivos do parque.

Acredita-se que essas duas questões — abrangência mundial e ambivalência entre problema e objetivo — faz do turismo um ponto de discussão propício para entender as transformações conceituais dos parques, bem como de outras tipologias de reservas naturais. Tais questões podem ser observadas ao se analisar as mudanças no processo de institucionalização das próprios objetivos definidos para as reservas naturais.

Como se sabe, no Brasil, as concepções de unidades de conservação foram estabelecidas pelo Código Florestal de 1934, pelo Código Florestal de 1965 e, a partir daí, por instrumentos legais específicos para cada categoria de manejo, sucessivamente, até que se instituísse, em 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, conhecido como SNUC.

O aparato legal relativo às categorias de manejo de conservação, ou seja, os diferentes objetivos para a conservação, foi, portanto, resultado de demandas próprias das condições de

percepção da natureza, modificadas sucessivamente. Cada nova categoria de manejo institucionalizou uma representação diferente de natureza.

Não é o caso, aqui, de aprofundar o estudo sobre o desempenho e sobre as implicações práticas da política nacional de unidades de conservação. Mas, tal política e as tipologias de reservas por ela institucionalizadas refletem a expectativa social de natureza nos diversos contextos, enfoque que se pretende adotar no estudo das transformações no aparato legal.

As primeiras expectativas de funcionamento dos parques brasileiros foram explicitadas no Código florestal de 1934 e colocadas em prática com a criação do Itatiaia.²³⁰ Assim, pode-se manter o exemplo ilustrativo do Parque do Itatiaia para acompanhar as mudanças nas visões de conservação a partir de momentos diferentes dessa percepção de natureza.

Segundo o texto de criação desse Parque, “além das [...] finalidades de caráter científico é preciso atender as de ordem turística, que se apresentam em condições de fazer do parque um centro de atração para viajantes, assim nacionais como estrangeiros.”²³¹

Acompanhando a discussão pertinente ao Código de 34, o decreto de criação do Parque estabeleceu ainda que a escolha de sua localização implicava

ao mesmo tempo, em proteção à natureza, auxílio às ciências naturais, incremento das correntes turísticas e reserva, para as gerações vindouras, das florestas existentes, ou sejam, todos os objetivos, reunidos simultaneamente, que justificam a criação de Parques Nacionais.²³²

Reserva de turismo, reserva florestal, reserva de pesquisa e reserva de natureza constituem, portanto, os objetivos simultâneos que “justificam a criação dos Parques Nacionais”. O fato de serem simultâneos já indicam que são tratados como diferenciados.

Pode-se remarcar que, em 1937, essas funções já foram visualizadas como atividades isoladas, o que é muito diferente da narrativa apresentada no momento de criação do Yellowstone.

Pode-se remarcar, ainda, que tal enumeração de funções isoladas pode indicar diferentes narrativas inseridas em um processo de negociação. De fato, alguns documentos de meados da década de trinta mostram que o consenso em torno dos objetivos dos parques não se encontrava suficientemente negociado, e fazia parte de uma reflexão mais ampla.

Um desses documentos, denominado ‘Contribuição ao estudo do problema dos Parques Nacionais’, datado de 1936 e que refletia, ao que parece, o pensamento hegemônico do Conselho Florestal.

O autor do texto procurou sintetizar o que considerava um desvio das funções dos Parques Nacionais no Brasil, acompanhando os debates divulgados no mundo, naquele momento.

Para esse autor, os parques brasileiros deveriam apresentar as seguintes características e finalidades:

²³⁰ Decreto nº 1713 de 14 de junho de 1937. Crêa o Parque Nacional de Itatiaia.

²³¹ Decreto nº 1713 de 14 de junho de 1937. Considerandos.

²³² Decreto nº 1713 de 14 de junho de 1937.

Áreas mais ou menos extensas, compreendendo trechos da natureza virgem ou não, de fácil acesso, de topographia e paizagens interessantes, de proteção integral à flora, à fauna e às bellezas naturaes, que serão indicadas pelos Conselhos Florestaes dos Estados, ou pela repartição florestal da União [...].

As áreas para esse fim escolhidas e julgadas convenientes pelo Conselho Florestal Federal deverão ser destinadas *exclusivamente a fins educativos e científicos* e *excepcionalmente a fins recreativos*. Neste último caso, esse objetivo deverá ser claramente assinalado no acto que promover a sua organização (grifo nosso).²³³

Ressalte-se, nesse artigo, a procura pela demarcação precisa entre o uso turístico e o uso para pesquisas científicas. No argumento procura-se destinar as áreas dos parques nacionais prioritariamente para “fins educativos e científicos”, como se essa atividade fosse melhor desempenhada na condição de isolamento das demais atividades. Assim, a recreação e o turismo perdem força entre os objetivos definidos pela política do Ministério da Agricultura.

Fica mais fácil entender a preocupação do autor do artigo em marcar essa posição quando se volta a outros documentos do período, nos quais a questão das funções dos parques é vista de outra forma.

Em um artigo divulgado pela revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — SPHAN —, Raimundo Lopes propunha:

Fala-se geralmente da proteção à natureza, da restauração dos monumentos históricos e outras elevadas manifestações de nosso idealismo civilizado; para muitos, porém, não se evidencia o laço íntimo que as liga; no entanto, o próprio princípio básico da proteção à natureza e aos monumentos pressupõe um escopo antropogeográfico e uma finalidade social, pois é para o bem comum e a aproveitância da terra que se conservam relíquias do passado e raridades da natureza; nem se pode, ao estabelecer a proteção de uma planta, um animal ou um tipo de paisagem, esquecer os interesses econômicos, turísticos, artísticos e cívicos e até religiosos, que tal medida beneficiará na região[...].

Protege-se a natureza para o bem da cultura; e a recíproca é verdadeira: o apoio aos monumentos da cultura revertem em proteção à natureza.²³⁴

Comparando-se os dois textos, percebe-se que a polêmica girava em torno de uma oposição entre o conceito de monumento histórico e de preservação da natureza. No artigo do Conselho Florestal, descrevem-se as diretrizes de funcionamento dos parques nacionais estadunidenses e observa-se, ainda, a importância em diferenciar as tipologias de Parques Nacionais das demais utilizadas nos outros países, a saber, as Reservas Florestais, as Reservas Naturais e os

²³³ SOUZA, Paulo F. de. *Contribuição ao estudo do problema dos parques nacionaes*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura / Conselho Florestal, Diretoria de Estatística e da Produção, 1936. p. 23-24.

²³⁴ LOPES, Raimundo. A natureza e os monumentos culturais. *Revista do SPHAN*, n. 1, p. 77-78, 1937.

Monumentos Nacionais.²³⁵ A discriminação entre Parques Nacionais e Monumentos Naturais interessa especialmente a esta pesquisa.

Pode-se dizer que a questão de fundo, enunciada nessa discussão, diz respeito ao embate entre duas concepções de monumento: uma formação civilizadora mais ampla — econômica, artística, cívica e religiosa — e a concepção de monumento natural, voltado para a formação científica, talvez restrita ao campo das ciências naturais e afins.

Há no debate uma percepção diferenciada de memória. Em um pólo encontrava-se a defesa do significado de natureza como testemunho de um ambiente essencialmente natural, noutro argumenta-se pela natureza como testemunho das interações entre o homem e o meio. Memória social e memória da natureza em si parecem compor, desde então, narrativas diferenciadas.

É preciso insistir, sempre, na interseção entre o que se pode chamar de duas percepções polarizadas do meio natural. Mais que um simples diálogo entre elas, observa-se que os campos de percepção transitam entre as duas posições e absorvem mesmo a linguagem um do outro. É o que se pode observar em um relato de uma expedição *científica* ao Itatiaia, realizada em 1936:

O Repouso Itatiaia é um dos vários *bumgalows* que já alegra de pontos coloridos a paisagem desbravada de um trecho do primitivo, onde araucárias e pinheiros europeus substituíram graciosamente a floresta derribada.²³⁶

A avaliação do tratamento paisagístico, nesse caso, apontava para uma posição semelhante àquela adotada pelos conferencistas da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em 1934.²³⁷ O turismo era valorizado na referência positiva à existência do hotel. Além disso, o hotel era valorizado por marcar a presença de intervenções civilizadas e cultas, tais como o *wilderness* plantado das alamedas inglesas. É interessante observar que as espécies nativas e exóticas se misturavam nesse paisagismo, “araucárias e pinheiros europeus [que] substituíram graciosamente a floresta derribada”. No entanto, tratava-se, também, de um relato de uma expedição científica, sem que se recorresse ao argumento pelo mérito do isolamento da área ou da exclusão da atividade turística. Havia, ao contrário, uma admiração pelos resultados da atividade turística.

Os Ministérios da Agricultura e da Cultura, no entanto, pareciam assumir posições diferenciadas. É bom lembrar que a discussão sobre a função dos parques se desenrolava em paralelo ao processo de reorganização política, econômica e ideológica do País, configuradas pelo Estado Novo. Sabe-se que a institucionalização normativa das reservas naturais acontecia estritamente vinculada à reestruturação administrativa do estado.

Como se discutiu, no Estado Novo foram estabelecidas as entidades executivas e colegiadas de assessoramento ao Ministério da Agricultura, bem como a legislação pertinente a esse setor. Da mesma forma organizou-se o Ministério da Cultura e órgãos subsidiários, a exemplo

²³⁵ SOUZA, 1936, p. 23.

²³⁶ LAMEGO. A. R. O Massiço do Itatiaia. *Bolletim do Serviço Geológico e Mineralógico*, n. 88, p. 7, 1936.

²³⁷ PRIMEIRA Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, março de 1935.

da ‘Inspeção de Monumentos Históricos Nacionais’ criada em 1933, e do SPHAN, estabelecido em 1936. Ambas as esferas de atuação trataram da questão do espaço natural a ser conservado. Essas instituições refletiam a coexistência, no aparelho de estado, de pensamentos diferenciados sobre o mesmo tema.

Na legislação que criou e regulamentou o SPHAN,²³⁸ concedeu-se a essa entidade a atribuição de defender a natureza e a cultura brasileiras, explicitando-se que, além dos sítios históricos, “também são sujeitos ao tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importa conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.”. Como se sabe, a visão de conservação do SPHAN, traduzida na concepção de tombamento, retira seu embasamento das propostas de construção de uma idéia de nação vinculadas ao movimento modernista brasileiro.²³⁹

Na concepção modernista de nacionalidade, a construção de signos aconteceu de forma diferente daquela analisada anteriormente, representada pelo movimento pela Proteção à Natureza. Buscava-se, aí, inscrever o Brasil na contemporaneidade internacional da mesma forma que os propagandistas dos parques da década de trinta, mas o sentido desse diálogo entre o nacional e o internacional era totalmente diferente. Os escritores e artistas modernistas retratavam a natureza (e a natureza dos objetos) de maneira contrária ao sentido estático dos cânones do naturalismo. Para os modernistas era preciso “abolir a morbidez romântica, o equilíbrio geométrico e as certezas da estética clássica”.²⁴⁰ Os modernistas optavam pela categoria contingente da natureza, antes que pela visão de um cenário a ser eternizado.

O índio brasileiro e a natureza brasileira foram importantes fontes de inspiração para os modernistas. No entanto, para que a natureza e o índio pudessem ser abordados como símbolos brasileiros era necessário recriá-los como signos, buscando a visão e subjetividade própria dos brasileiros. Propunha-se reinventar o imaginário nacional sobre esses temas, buscando-lhes atributos inovadores em relação aos sublinhados pelas correntes artísticas anteriores.

Os modernistas ressaltavam, por exemplo, os aspectos selvagem, ingênuo, e espontâneo do índio brasileiro. Esse indianismo, conforme observa Haroldo de Campos,²⁴¹ em nada se inspirava no “bom selvagem” de Rousseau; ao contrário, podia-se dizer de um indigenismo às avessas, melhor retratado na imagem do mal selvagem de ‘Des Cannibales’ de Montaigne, “a exercer sua crítica e devoração desabusada contra as imposturas do civilizado clássico”.

Dessa noção de devoração, em contraposição à leitura naturalista da natureza e do índio, os modernistas buscavam ‘deformar’ a aparência inicial e realçar-lhes o aspecto simbólico predominante na visão brasileira do espaço. Do tratamento artístico dado à natureza, inclusive no paisagismo modernista, fica difícil imaginar uma concepção de valorização de áreas naturais desvinculada da noção de cultura e contribuição social nesses espaços.

²³⁸ Lei 378 de 13 de janeiro de 1937; Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937.

²³⁹ Cf. XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p. 233, 1987.

²⁴⁰ CAMPOS, Haroldo de. Uma poética da racionalidade apud. ANDRADE, Oswald. *Pau Brasil*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2003. p. 32.

²⁴¹ CAMPOS, 2003. p. 7-72.

Não se pode dizer de uma definição precisa do conceito de patrimônio ambiental e de tombamento natural adotadas pelo SPHAN. Mas, considerando-se a concepção de patrimônio histórico veiculada por Rodrigo Melo Franco de Andrade e sua equipe, pode-se dizer de uma preocupação em manter o aspecto das paisagens brasileiras como testemunhos da produção material e espiritual do país, numa concepção histórica dos acontecimentos. O SPHAN das primeiras décadas buscava redescobrir o País, “invent[ando] e inventaria[ndo] um Brasil histórico e artístico, mas também etnográfico, arqueológico e — por que não? — geográfico.”²⁴²

Tratava-se de conservar a paisagem pelo que ela poderia dizer da formação social e da identificação do brasileiro com sua história. Era uma visão bem mais abrangente que aquela que priorizava os territórios naturais como reservas florestais, propícias ao desenvolvimento da ciência ligada à silvicultura e à botânica.

Esse parecia constituir o cerne, ou pelo menos parte importante do embate entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Cultura acerca da questão das reservas, naquele período. Pode-se dizer que esta questão, mesmo implícita, continua a ser motivo de embate nas instituições atuais encarregadas da criação de reservas.

É interessante fazer um paralelo entre essa discussão e uma conferência pronunciada na Exposição de Edifícios Públicos, do Departamento Administrativo do Serviço Público do Rio de Janeiro, em 1944.²⁴³ O conferencista abordava o que vinha sendo feito em outros países a propósito dos parques nacionais e sugeria “corrigir certos conceitos errôneos entre nós”. O autor reclamava que, no Brasil, a idéia de parques se confundia com os conceitos de “hórtico botânico, de bosque ou jardim e de reserva florestal, cuja diferença de seus congêneres urbanos [se] resumi[a] mais na escala de suas proporções e na obrigatoria localização em regiões afastadas dos grandes centros.” Para ele:

Colocado como foi o Serviço de Parques Nacionais no Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, certamente por um determinismo congênito serão todos os parques brasileiros orientados principalmente para as atividades de pesquisa botânica ou de proteção e reservas florestais, o que sendo útil e constituindo também uma de suas finalidades, não é, entretanto, sua matriz de civilização. O parque nacional é a reserva de uma área dotada de condições naturais excepcionais, sob qualquer dos aspectos por que a natureza possa nos maravilhar para uso, entretenimento e educação do povo.²⁴⁴

O autor sugeria uma instituição pública específica para a implantação dos parques, a exemplo daquela adotada nos EUA, e uma colaboração entre as diversas instituições afins, como ele teve a oportunidade de conhecer naquele país. Nos parques estadunidenses, observava, “nenhum animal é visto como carne, nem qualquer vegetal como madeira, somente sua perfeita existência no quadro o mais natural possível de seu habitat os interessa.”²⁴⁵

Tudo deve ser feito, dizia o autor, para transformar os parques em “santuários de beleza e hinos à Pátria, à natureza e à Criação, para que possam ser admirados a flora, a fauna em sua

²⁴² RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 97, 1996.

²⁴³ MURGEL, Ângelo. *Parques Nacionais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

²⁴⁴ MURGEL, 1945, p. 3.

²⁴⁵ MURGEL, 1945, p. 6.

vida e seu ‘habitat’ e para que as maravilhas panorâmicas não percam o seu aspecto primitivo e original.”²⁴⁶

Fica claro que essa polêmica se estabeleceu entre instituições, uma polêmica entre visões de natureza para a economia e a construção da idéia de nação.

Essa questão, por sua vez, remetia ao debate sobre a necessidade de coincidir preservação com o isolamento dessas áreas, uma questão que marcava os debates internacionais naquele período, influenciadas pelo processo de formação do campo do saber ecológico.

Koppes discute a organização, nos Estados Unidos da América, de movimentos pela conservação dos recursos naturais. Esses movimentos surgiram no final do século XIX, e ganharam consistência nas primeiras décadas do século XX, em consequência dos problemas advindos da crescente demanda de recursos vinculada ao processo de ocupação do território e, sobretudo do Oeste americano. Koppes²⁴⁷ fala de três idéias básicas presentes nesses movimentos: a busca pelo uso eficiente dos recursos, no sentido de prevenção do desperdício, o argumento pela equidade no acesso e distribuição dos recursos e a valorização da conservação pelo valor estético dos ambientes naturais.

Segundo Koppes:

A conservação estética sofreu uma transição crítica quando sentiu a influência da ciência ecológica emergente. Nas mãos de Aldo Leopold e outros, a ecologia ofereceu tanto a técnica para o manejo do meio ambiente quanto uma apreciação elegante e artística da totalidade da natureza. Para uma sociedade pragmática, a ecologia ofereceu uma base científica crucial que tinha as características da objetividade e da utilidade. A ecologia se afastou do cênico e do monumental. Ainda que cenários espetaculares devessem ser protegidos, a perspectiva ecológica deu prioridade à representação de grandes áreas representativas do que Leopold chamou ‘comunidades bióticas’. A ênfase também mudou para o visitante que tivesse um encontro mais autêntico com a natureza.²⁴⁸

Aldo Leopold fora professor de manejo da vida silvestre na Universidade de Wisconsin e exercera uma influência preponderante nesses debates ao manipular os avanços da ciência ecológica. A noção de ecologia, segundo a qual os organismos interagem entre si e com o meio, fora estabelecida na Europa por Ernest Haeckel, em 1866 e serviu ao estabelecimento da noção de ecossistema, criada por Tansley, em 1935.²⁴⁹ Como comunidade biótica, no sentido discutido por Leopold, entende-se o conjunto que envolve o solo, a água, a fauna e a flora, tanto quanto pessoas, em nível de igualdade²⁵⁰.

Da discussão de Koppes, pode-se inferir que o processo de formação da ciência ecológica operou uma influência importante na redefinição dos argumentos pela conservação da

²⁴⁶ MURGEL, 1945, p. 8.

²⁴⁷ KOPPES, 1988, [] apud. DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994. p. 21.

²⁴⁸ KOPPES, 1988, p. 247, apud. DIEGUES, 1994, p. 26.

²⁴⁹ DIEGUES, 1994, p. 25-27.

²⁵⁰ LEOPOLD. *A Sand County Almanac*, New York, 1949, segundo KOPPES, 1989, p. 224, apud DIEGUES, 1994. p.27.

natureza. Tal construção significou o estabelecimento de um contorno mais delineado entre o campo científico e o saber das demais narrativas sobre a natureza.

O lugar laboratório foi colocado, então, como propício a envolver os afetos acerca dos espaços naturais a serem preservados, o que, sem dúvida influenciou as discussões brasileiras sobre os parques.

Em 1940, o Brasil participou, em Washington, da Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América.²⁵¹ Apesar das diretrizes estabelecidas nessa Convenção só entrarem legalmente em vigor, no Brasil, em 1966²⁵², suas propostas fornecem um interessante panorama do debate mundial sobre a conservação.

Sobre as tipologias propostas nessa Convenção, interessa remarcar uma distinção precisa entre Monumento Natural e Parque. A categoria Parque ficou destinada a demarcar grandes áreas representativas dos ecossistemas, e o Monumento Natural deveria voltar-se para a conservação de conjuntos de elementos particulares da natureza, como determinada espécie da flora ou da fauna, uma cachoeira, um elemento geomorfológico significativo, etc. A questão da defasagem do sentido de monumento nacional parece estar marcada nessa Conferência. A tipologia Monumento Nacional parece destinar-se não só a áreas menores, mas também adquirir um *status* inferior que os Parques.

Define-se, também, uma categoria de manejo para áreas mais isoladas do contato humano, a *Reserva de Região Virgem*, com “condições primitivas naturais de flora, fauna, habitação e transporte” e que apresentassem “ausência de caminhos para o tráfego de veículos.”²⁵³

Segunda a proposta da Convenção, a categoria compatível com a utilização dos recursos seria a Reserva Nacional, uma tipologia semelhante às Florestas de Rendimento adotadas no Código Florestal Brasileiro de 1934.

Indica-se, portanto, uma perspectiva de diferenciação entre valores que motivam a criação de reservas, discriminando e hierarquizando as funções de acordo com as narrativas voltadas para a conservação de ecossistemas, conservação histórica, e conservação florestal, o que se pode interpretar como embate e demarcação de campos de pensamento.

Há que se reparar, também, em uma hierarquização de níveis de preservação de acordo com a condição de espaços ‘isolados’ em maior ou menor grau. Tais espaços mais ‘primitivos’ são defendidos como mais adequados à realização das pesquisas inerentes ao estudo dos ecossistemas. A opção pelo valor ecológico parece caminhar junto com a construção de um ideário de espaços sem tempo e história, o espaço essencialmente laboratório de natureza.

²⁵¹ Decreto Legislativo n. 3, de 13 de fevereiro de 1948. Aprova a Convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América. Rio de Janeiro: *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 8 out. 1949.

²⁵² Decreto n 58.054 de 23 de março de 1966. Promulga a Convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas dos países da América. Rio de Janeiro: *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 30 mar. 1966.

²⁵³ BRASIL. Decreto Legislativo nº3 de 13 de fevereiro de 1948. Aprova a Convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América. Rio de Janeiro: *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 8 out. 1949.

Canclini, ao discutir as visões de patrimônio histórico, fala de um tipo de imaginário de preservação que chama de tradicionalismo substancialista. Para esse autor, o tradicionalismo substancialista é o paradigma político cultural dos que

julgam os bens históricos unicamente pelo valor que têm em si mesmos, e por isso concebem sua conservação independente do uso atual. Consideram que o patrimônio está constituído por um mundo de formas e objetos excepcionais, onde não constam as condições de vida e trabalho de quem os produziu.²⁵⁴

Pode-se estabelecer um paralelo entre essa concepção de preservação de bens históricos e o argumento pela conservação da natureza intocável que se consolida gradualmente com o apoio da ciência ecológica.

Para Fabiani²⁵⁵ esse processo acompanhou a formação da disciplina Ecologia. Na luta para atingir seu reconhecimento social e legitimidade científica, a Ecologia teria divulgado, ainda, a imagem de uma ciência capaz de uma análise global, do meio e da sociedade, dispensando as demais. De acordo com esse paradigma, no entanto, as questões sociais tenderam a ficar subordinadas às naturais, outorgando-se uma importância maior à proteção da fauna e da flora e definindo-se a representação de natureza verdadeira como não socializada.

O autor verifica que o enfoque ecológico coloca uma situação de confronto entre a natureza e a sociedade, numa “escala que vai do mais natural ao menos natural e do mais social ao menos social.”²⁵⁶ Daí uma valorização maior para os locais de pesquisa mais isolados das intervenções sociais, justificando a defesa desse argumento.

Deve-se remarcar, ainda, a possibilidade desse argumento servir tanto à defesa das reservas para o estudo florestal e botânico e dos ecossistemas como a defesa da natureza pelo que é em si, ambiente de um mundo “excepcional[1], onde não constam as condições de vida e trabalho de quem os produziu.”²⁵⁷

Pode-se dizer que essa concepção de natureza também obteve importância no Código Florestal de 1965. Nesse Código introduziu-se uma tipologia semelhante à Reserva de Região Virgem: a Reserva Biológica, na qual o valor ecológico é o atributo principal. De acordo com as discussões encaminhadas pela Ecologia, nas Reservas Biológicas ficaram proibidas a apanha ou a introdução de espécies ou modificações no uso do solo. As Reservas Biológicas foram destinadas exclusivamente para pesquisa e educação ambiental.

Nesse período, lembra-se, entraram em vigor, no Brasil, as orientações da Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América (1966)²⁵⁸,

²⁵⁴ CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 23, 1994, p. 103.

²⁵⁵ FABIANI, J. L. *Science des Écosystèmes et Protection de la Nature*, apud. CADORET, A. (Ed.). *Protection de la nature, histoire et ideologie*. Paris: L’Harmattan, 1985, p. 85.

²⁵⁶ FABIANI, 1985, p. 80.

²⁵⁷ CANCLINI, 1994, p. 103.

²⁵⁸ Decreto n 58.054 de 23 de março de 1966.

bem como a regulamentação da Reserva Biológica, em 1967, na lei que dispõe sobre a proteção da fauna brasileira.²⁵⁹

O Código de 1965 manteve os mesmos conceitos das categorias Parque e Floresta Modelo, renomeada como Floresta Nacional. Pode-se dizer, portanto, de três significados principais em pauta na conservação de áreas naturais: conservação para a produtividade florestal, conservação e pesquisa ecológica e conservação do patrimônio natural. O patrimônio natural, como se viu, comportava duas visões: uma voltada para o testemunho do Brasil geográfico, histórico, artístico, etnográfico e arqueológico²⁶⁰ e o Brasil da natureza protegida pelo que é em si.

É a partir do patrimônio da natureza em si, com base nos valores científicos propostos pela Ecologia e nos argumentos éticos intensamente veiculados pelo movimento ambientalista — organizado a partir da década de sessenta — que a questão da preservação começa a se contrapor à visitação. Cada vez mais, para se justificar como reserva de natureza, os parques deverão conciliar a função de preservação ecológica com o turismo.

O patrimônio ecológico e os grupos sociais

A fauna, com suas dezenas de mamíferos, centenas de aves e milhares de insetos, torna a biodiversidade do parque um patrimônio nacional.²⁶¹

A desmedida importância da biodiversidade do Itatiaia o torna um patrimônio cultural natural. Ao saber que a mata Atlântica ocupa apenas 7% do seu território original, é classificada entre os cinco ecossistemas mais ricos do mundo e ainda abriga 70% da população brasileira, aumenta a necessidade de cuidados extremos com a conservação.

A mata Atlântica ainda protege e regula os mananciais, garante a fertilidade do solo e controla o clima em mais de 3.500 municípios distribuídos em 17 estados. Daí o porque mais da metade da nossa população residir nas proximidades.²⁶²

Nas décadas de sessenta e setenta, a biodiversidade transformou-se na principal justificativa para o estabelecimento das reservas naturais. Os pressupostos da ciência ecológica encontraram aceitação e espaço de divulgação como discurso hegemônico de instituições públicas e não governamentais interessadas no tema das reservas, no âmbito nacional e internacional.

Como se sabe, a década de sessenta representou o marco de iniciação de um ecologismo ativista, que ganha corpo a partir dos movimentos estudantis e *hippie* nos Estados Unidos e na Europa e, posteriormente, adquire importância própria. O debate sobre o crescimento populacional, as propostas alternativas de retorno ao campo e vida em comunidade, a

²⁵⁹ Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 5 jan. 1967.

²⁶⁰ Nos termos colocados por RUBINO, 1996.

²⁶¹ NASCIMENTO, 2002, p. 1.

²⁶² PARQUE Nacional do Itatiaia, 2005, p. 1-2.

convivência libertária, a auto-suficiência econômica através de tecnologias alternativas, em suma, a retomada dos modelos das sociedades pré-industriais permeavam tanto a contracultura como a bandeira ecológica.²⁶³

Cada vez mais, o valor da biodiversidade foi divulgado como resistência contra os modelos de consumo da sociedade tecnológico-industrial, enfatizando os perigos da depleção dos recursos naturais. As observações transcritas a respeito do Parque Nacional do Itatiaia, vinculando os riscos do crescimento populacional e urbano com os problemas para a manutenção da biodiversidade, tornaram-se freqüentes no debate ambiental.

“Ao saber que a mata Atlântica ocupa apenas 7% do seu território original, é classificada entre os cinco ecossistemas mais ricos do mundo e ainda abriga 70% da população brasileira, aumenta a necessidade de cuidados extremos com a conservação.” Proximidade da população urbana, maior pressão sobre os recursos naturais, depleção dos ecossistemas naturais, maior valor aos espaços naturais que foram colocados à parte do uso convencional, esse é discurso que se tornou hegemônico nessas décadas.

“A mata Atlântica [...] *ainda* abriga 70% da população brasileira” (grifo nosso). É importante remarcar o sentido de contingência, de fim eminente e inevitável concedido aos espaços chamados naturais. Não se trata, como se viu, de um argumento recente. O tema da depleção da natureza vista como fonte de recursos para o bem estar do homem e o crescimento da nação esteve em debate desde séculos anteriores. Mas vale remarcar as diferenças entre as concepções de recursos, por exemplo, dos anos pós-sessenta e os anos vinte e trinta, no Brasil.

Nos dois casos se trabalha com o valor dos recursos para as atividades humanas. Os parâmetros veiculados pela ecologia também enfatizam tal valor, uma vez que, a partir do estudo das funções sistêmicas da biodiversidade, passa-se a propor a conservação por sua relação de benefícios indiretos, não necessariamente ligados à exploração. Assim, a preservação da biodiversidade foi relacionada à manutenção da diversidade genética, útil para o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a melhoria das plantas cultivadas artificialmente e para a indústria farmacêutica, entre outros campos de atuação científica.²⁶⁴ Argumenta-se, ainda, que os processos ecológicos e os sistemas vitais constituem a fonte para a regeneração e a proteção dos solos, para a reciclagem dos nutrientes, para a purificação das águas, etc. Além disso, o meio ambiente veio a ser considerado uma externalidade a ser monitorada na conta dos cálculos econômicos e, nesse sentido, a conversão de parcelas de territórios em áreas demarcadas para a conservação áreas foi absorvida como uma compensação. Esse valor foi contemplado formalmente pela legislação pertinente ao licenciamento ambiental.

Alguns pontos dos discursos, no entanto, deixam transparecer diferenças importantes de valoração ambiental. Pode-se dizer que, atualmente, a preocupação com a disponibilidade de recursos florestais torna-se mais velada, mais restrita à esfera da política governamental e aos setores que utilizam esses recursos e ocupa menos espaço na argumentação pública pelo

²⁶³ Sobre as escolas de pensamento ecológico e a questão das áreas protegidas Cf. DIEGUES, 1994, LOUREIRO, Carlos Frederico. *O movimento ambientalista e o pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

²⁶⁴ UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS. *Estratégia mundial para a conservação: a conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentado*. São Paulo: CESP, 1984.

desenvolvimento da nação. Os próprios setores extrativistas tendem a enfatizar as ações compensatórias que administram no sentido da conservação de ambientes naturais “intactos”.

Da mesma forma, a valoração do ambiente como testemunho “geográfico, histórico, artístico, etnográfico e arqueológico”, perde espaço no debate público nesse primeiro período pós-sessenta. O contexto privilegia a biodiversidade como referência principal do patrimônio da nação, conforme revela o texto do Parque do Itatiaia.

Pode-se dizer de um processo de transposição do valor cultural dos ambientes naturais. Os testemunhos físicos dos ambientes do País cedem lugar aos ambientes vivos da flora e da “fauna, com suas dezenas de mamíferos, centenas de aves e milhares de insetos” que fazem com que a biodiversidade assuma o lugar do “patrimônio nacional” e, portanto, de monumentos que fornece autenticidade à nação. Não se pode deixar de remarcar que passam a ser esses monumentos vivos um dos principais testemunhos de uma nação frente às demais nesse período.

É interessante verificar que essa referência “cultural” para a formação da civilidade contemporânea dirige-se de forma ambígua para a valoração substancialista ou essencialista desse patrimônio e para o valor econômico que representam, como fonte de recursos diretos para a extração e indiretos relacionados ao chamado equilíbrio ecossistêmico.

Seja qual for o peso de cada significado de natureza, estabelece-se sempre um vínculo entre ciência e cultura, ambas enoveladas na função de promover o desenvolvimento e a autenticidade das nações.

Essa transição contínua revela-se também na legislação relativa às reservas naturais. Nota-se nessa legislação, desde o Código de 34, a busca pela caracterização precisa de tipologias de reservas, a serem diferenciadas a partir das funções de produtividade florestal, de patrimônio cultural geográfico, histórico, artístico, etnográfico e arqueológico e de patrimônio de uma natureza ecológica, substancialista ou econômica. Esses atributos conferidos às áreas naturais permeiam os instrumentos legais que sucedem o Código de 65, na continuidade da busca pelas classificações de categorias de reservas com funções prioritárias diferentes.

Pode-se dizer, a partir desse período, de uma constante busca pela implementação, na política governamental de reservas naturais, de uma orientação classificatória com base na ciência ecológica, por meio da proposição de vários planos para sistemas de unidades de conservação. Tais propostas refletem os debates científicos nacionais e internacionais sobre o tema e vêm a ocupar um espaço importante no setor público.

No entanto, uma nova questão passa a ser colocada nesses debates: a questão dos grupos sociais residentes nas áreas a serem demarcadas como reservas e as implicações do deslocamento desses grupos de seus territórios nos casos de reservas que exigem o domínio público dessas áreas.

Essa questão passa a ser enunciada, na legislação, de uma forma bem interessante, resultado de uma situação a que fora colocado o poder público frente ao discurso ambiental internacional. Como se sabe, na Conferência de Estocolmo, em 1972, o Brasil posicionara-se contra a adoção de uma agenda de controle ambiental para o país, posição que provocou uma grande polêmica e constrangimento para o governo junto à imprensa internacional e às

agências financiadoras multilaterais.²⁶⁵ Uma das respostas mais significativas do governo brasileiro foi a criação, em 1973, da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA.

Ao ser criada, a SEMA ocupou uma posição marginalizada no aparelho de estado, o que, circunstancialmente, acabou por permitir, por outro lado, que seus responsáveis adotassem concepções diferenciadas daquelas hegemônicas nas instituições ligadas ao governo militar.

Assim, em paralelo com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF –, criado em 1967,²⁶⁶ a SEMA assumiu parte da política de implantação de unidades de conservação. O IBDF delimitava as reservas de acordo com as categorias definidas no Código Florestal de 1965 e a SEMA optou por definir novas categorias de manejo, as quais representaram uma inovação conceitual em diversos aspectos. As categorias definidas pela SEMA eram destinadas, prioritariamente, à áreas de domínio do Estado ou áreas com pouca ocupação humana. Criou-se, também, uma tipologia de reserva que permitia a permanência das comunidades residentes nas áreas, evitando a figura da desapropriação.

Em 1981, a SEMA estabeleceu as categorias Estações Ecológicas – EE – e Áreas de Proteção Ambiental.²⁶⁷ Paulo Nogueira Neto, então responsável pela condução da SEMA, assim explica a negociação da categoria Estação Ecológica com o governo:

[...] como sou professor universitário, lido com pesquisas, pensei que poderíamos criar um tipo de unidade de conservação baseado na universidade, nas pesquisas. [...] A argumentação era variada: conhecemos muito pouco os recursos naturais da Amazônia, precisamos fazer pesquisas, conhecer os recursos naturais.²⁶⁸

Assim, definiu-se uma categoria semelhante à Reserva Biológica, instituída no Código de 65, destinada principalmente ao desenvolvimento de pesquisas científicas. Na definição da Estação Ecológica, no entanto, estabeleceu-se a possibilidade de alteração de 10% do território para a implantação de equipamentos e atividades de pesquisa e a função de possibilitar “estudos comparativos com áreas da mesma região modificadas pelo homem a fim de obter informações úteis ao planejamento regional e ao uso racional de recursos naturais”²⁶⁹. Pode-se dizer que essa categoria inseriu-se em proposições relacionadas aos conceitos de uso racional dos recursos e desenvolvimento sustentável, as quais permeavam o debate internacional naquele momento.²⁷⁰

²⁶⁵ MELLO, Problemas ambientais e políticas: construção social e desconstrução analítica. Rio de Janeiro, 1996. Tese (doutorado); IUPERJ, apud A QUESTÃO ambiental em Minas Gerais: discurso e política. Belo Horizonte: FEAM / Fundação João Pinheiro, 1998, p. 50.

²⁶⁶ A história da implantação do IBDF encontra-se em URBAN, 1998, p. 103-108.

²⁶⁷ Lei nº 6.902 de 27 de abril de 1981.

²⁶⁸ Depoimento de Paulo Nogueira Neto. In URBAN, 1998, p. 158-159.

²⁶⁹ Lei nº 6.902 de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 31 ago. 1981, Art. 1º.

²⁷⁰ A expressão desenvolvimento sustentável foi cunhada pela Comissão Brundtland, a Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU e chefiada por Gro Brundtland, ex ministra do meio ambiente da Noruega. Realizou um amplo diagnóstico da situação ambiental do planeta, cujo relatório foi publicado com o nome *Nosso Futuro Comum*. In URBAN, p. 201.

De acordo com as diretrizes de tal corrente de pensamento, a tipologia Estações Ecológicas se afasta do argumento pelo isolamento das reservas e pelo valor intrínseco da natureza, à medida que enfatiza uma correlação com o uso social dos ambientes.

A mesma concepção ligada ao uso social sustentável dos recursos foi adotada para a categoria da Área de Proteção Ambiental, por meio da qual se excluiu a figura da desapropriação e se normatizou a permanência da população residente nos territórios.

A questão da criação de reservas com a obrigatoriedade de desapropriação constituía um problema permanente para a implementação da política de implantação das reservas brasileiras. Até mesmo com relação ao Itatiaia, primeiro parque nacional, verifica-se que “ainda existem sítios, hotéis e fazendas particulares dentro da reserva”, sendo que “os colonos [...] nunca foram desapropriados de suas terras”.²⁷¹

Por um lado, passou-se a questionar a possibilidade de adaptar o conceito de reservas inabitadas em um país no qual a maior parte dos territórios naturais apresentava-se intensamente ocupada por populações que retiravam seu sustento do manejo dos recursos naturais. Por outro lado, o governo não criou condições para a efetivação das soluções para os problemas fundiários. Tanto a SEMA quanto o IBDF contavam com pequena disponibilidade de recursos financeiros para a desapropriação das unidades de conservação sob sua responsabilidade. Como observa Nogueira Neto, este foi um dos principais motivos para a definição da categoria Área de Proteção Ambiental:

A Sema ainda conseguiu fazer algumas desapropriações, mas o IBDF, no governo Geisel, praticamente não fez desapropriações. Nessa época, recebemos a visita de um grupo de portugueses que falaram sobre uma figura que existe lá, o “parque natural”. São áreas particulares submetidas a uma regulamentação especial de uso, com vistas à conservação. [...] Achei a idéia ótima, só teria que mudar o nome.

Para áreas pequenas, onde não se pudesse fazer uma APA, criamos a área de Relevante Interesse Ecológico. É uma espécie de tombamento, a pessoa pode usar, mas não pode destruir.²⁷²

Pode-se dizer, no entanto, que muito além de uma medida facilitadora na implantação das reservas, a definição de APA traduziu uma nova concepção de reservas naturais no espaço do poder público, uma vez que pela primeira vez absorveu-se a realidade das relações das comunidades residentes com a conservação do meio ambiente.

No mesmo sentido, ainda em 1981, mesmo ano do estabelecimento das EE e APA, foram definidas as categorias de manejo Área de Relevante Interesse Ecológico — ARIE — e Reserva Extrativista – RESEX, na lei que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.²⁷³

Por meio da RESEX incorporou-se a noção de uso de reservas por grupos sociais específicos, pois que a categoria foi estabelecida como resposta às demandas de regularização das

²⁷¹ PARQUE Nacional do Itatiaia, 2005, p. 2.

²⁷² Depoimento de Paulo Nogueira Neto, apud. URBAN, 1998, p. 161-162. Cf. depoimento do mesmo autor em Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação, Comentários, *Anais*, 1996. p.71.

²⁷³ BRASIL. Lei n 6938 de 31 de agosto de 1981.

atividades dos seringueiros na região norte do país. Nas RESEXs ficou prevista a “exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”. Nessa categoria, os territórios são de domínio público, com vínculo formal com os extrativistas por meio de “contrato de concessão real de uso, concedido a título gratuito”, explicitado em um plano de utilização que inclui cláusula de “rescisão em caso de danos ou a transferência da concessão inter-vivos”.²⁷⁴

Tal inclusão de grupos sociais que praticam atividades chamadas tradicionais tornou-se o ponto principal dos debates sobre unidades de conservação nas últimas décadas do século XX.²⁷⁵

No âmbito nacional, com o processo de redemocratização do país, ampliaram-se as condições para reivindicação dos interesses de grupos envolvidos no estabelecimento de unidades de conservação. Os grupos sociais residentes nas áreas a serem demarcadas como reservas se auto-denominaram atingidos pela contingência de desapropriação de suas terras. Esse viria a ser o ponto crucial das negociações para a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, apresentado como projeto de lei em 1992 e aprovado em 2000. O processo de negociação desse plano foi marcado por intensa discussão pública do tema, gerando vários substitutos ao projeto original e um resultado final bastante diferenciado do original.²⁷⁶

Um outro plano para o sistema de unidades de conservação brasileiros foi apresentado anteriormente. Essa proposta não foi levada à discussão direta com os grupos sociais interessados e não foi aprovada pelo legislativo. No entanto, constitui um retrato importante do ponto de vista sobre áreas naturais protegidas de uma parcela considerável da atuação pública até o momento, refletindo, também, aspectos da visão de boa parte da sociedade brasileira, sobretudo das classes sociais urbanas.

Essa primeira proposta de plano para um sistema de áreas protegidas foi encaminhada à votação em duas etapas, em 1979 e 1982, por iniciativa do IBDF e da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza — FBCN. Tal projeto teve como referência os trabalhos internacionais “Planificação de Sistemas de Áreas Silvestres”, de K. Miller e K. Thelen (1976) e o estudo da Comissão de Parques e Áreas Protegidas” da União Internacional para a Conservação da Natureza. Observa-se, portanto, que representava parte do debate internacional sobre o tema.

Nesse documento, pode-se remarcar a sugestiva divisão das tipologias de reservas em três grupos funcionais. No primeiro, considerado principal, trabalha-se com as categorias que têm como função a chamada preservação integral dos ecossistemas. São elas as categorias Parque Nacional, Reserva Científica ou Biológica, Santuário ou Refúgio da Vida Silvestre e Monumento Natural.

²⁷⁴ Na década de 90 a RESEX foi regulamentada pelo decreto 98.897 de 30 de janeiro de 1990, e definidas como áreas de domínio público cedidas a populações que vivem da extração de subprodutos florestais.

²⁷⁵ São consideradas populações tradicionais aquelas cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvido ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

²⁷⁶ A discussão sobre os planos de Sistema Nacional de Unidades de Conservação encontra-se em CAMARGOS, 2001.

As categorias consideradas de “manejo complementar” abrangem as categorias Estação Ecológica, o Rio Cênico, a Rodovia Parque e as Reservas Florestais. Nesse grupo encontram-se as categorias destinadas diretamente à pesquisa florestal, além de categorias voltadas para a conservação dos ambientes valorizados em função dos atributos cênicos, assim classificados os ambientes em torno das vias de circulação e dos cursos d’água, espaços esses a serem destinados ao uso turístico. As Estações Ecológicas são também enquadradas nesse grupo, uma vez que não foram consideradas voltadas para a preservação integral.

No terceiro grupo, denominado “adicional”, pois que contempla categorias “não consideradas unidades de conservação na total acepção do termo, mas [que] pode[riam] contribuir para o sistema”,²⁷⁷ incluíram-se os Parques Naturais, as Reservas Indígenas, as Reservas de Fauna, as Florestas Nacionais, os Parques de Caça e os Monumentos Culturais (sítios históricos).

Nesse grupo, encontram-se enquadradas as categorias que respondem ao significado mais explícito do patrimônio histórico, etnográfico e arqueológico, além de serem mais compatíveis com o uso social e a permanência das comunidades residentes. Ressalte-se o uso vinculado à atividade de caça e à reprodução de animais silvestres com fins comerciais. A caça esportiva, nesse período, ainda era admitida legalmente no Brasil.

É interessante verificar a discriminação, que procura ser precisa, dos principais valores historicamente motivadores da criação de reservas. O turismo, as pesquisas e o valor de monumentos da nação encontram-se, nesse período, enquadrados em classes diferentes e já não constituem um todo miscigenado de motivações para a formação da civilidade.

Nota-se, pela hierarquia conferida aos grupos, que se concede maior importância às categorias ligadas ao significado de patrimônio da biodiversidade. Essas devem representar os principais ambientes ecossistêmicos da nação, além de serem destinadas à pesquisa ecológica. Pode-se dizer, assim, de uma valoração principal para a pesquisa ecológica em relação aos demais campos científicos e em relação às demais sensibilidades sociais. Pode-se dizer que a pesquisa ecológica é apresentada como atividade principal para a formação dos indivíduos e para promover a identidade desses com o patrimônio nacional. Observa-se, ainda, pelo texto apresentado, que as categorias de manejo Parque e Reserva Científica ou Biológica assumiam um papel preponderante nessa hierarquia.

A terminologia utilizada para definir tais categorias é significativa da concepção que as subsidia. Os Parques foram definidos como áreas “acima de 1.000 hectares”, a ponto de incluir “amostras representativas de um ecossistema de significado nacional.”²⁷⁸ As Reservas Biológicas constituem “zonas essencialmente não perturbadas por atividades humanas,” que contenham “espécies da fauna e da flora de significado científico”. O principal objetivo descrito para essa categoria é manter os processos ecológicos “em um estado sem perturbações”.²⁷⁹ Tais definições falam do papel concedido às pesquisas ecológicas, mas também de uma concepção de isolamento dessas áreas, que é vinculado à atividade científica.

Os termos da definição constituem um curioso indicador daquilo que Diegues chamou de mito do paraíso intocável, imagem de territórios vazios e representativos do antigo paraíso

²⁷⁷ PLANO do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil. Brasília: MA / IBAMA / FBCN, 1979. p. 10.

²⁷⁸ PLANO do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, 1979. p. 11.

²⁷⁹ PLANO do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, 1979. p. 11.

terrestre, puro e intocado.²⁸⁰ Trabalha-se com o significado de uma natureza imutável, que permanece em um idílico estado de pureza original, cuja autenticidade é construída tomando-se como referência o imaginário de um estágio primitivo, natural porque incivilizado. Como preservação integral, no caso, entende-se a possibilidade de manter os espaços ‘protegidos’ de qualquer intervenção humana.

Faz parte desse ponto de vista, recorrer à história das primeiras reservas instituídas, sobretudo nos Estados Unidos da América, como fonte inspiradora para as ações de conservação. Tais experiências são descritas como resultado de um processo de sensibilização ambiental das sociedades, pelo movimento conservacionista mundial. Esse processo de tomada da consciência ambiental, nos termos em que foi consolidado e divulgado a partir da década de sessenta, também é apresentado como atemporal e imutável, alheio aos contextos sociais, políticos e ideológicos. A percepção ambiental da segunda metade do século XX é expandida para os séculos anteriores.

Trabalha-se, portanto, com a premissa da concepção essencialista ou substancialista de natureza, enfatizando a necessidade de manter os espaços naturais à parte das relações humanas.

É interessante observar que a pesquisa ecológica pode ser colocada, nesses termos, como uma atividade supra-humana, aproximando-se os espaços laboratórios dos espaços santuários, logo, santuários naturais científicos.²⁸¹

O tema das comunidades residentes e dos conflitos de uso resultantes foi abordado nesse documento por meio de uma categoria de classificação “provisória”, denominada Reserva de Recursos. Tal categoria tem como objetivo conservar as áreas naturais até que seja estudado o enquadramento ideal para tais áreas. Segundo o texto, as Reservas de Recursos deveriam ser criadas em locais nos quais “os valores naturais, sociais e econômicos ainda não se encontr[asse]m suficientemente identificados” e “onde ainda não h[ouver] definição do uso da terra”²⁸². Nesses locais previa-se a “proteção total dos atributos naturais, até que h[ouver] definição da destinação por meio de estudos técnico-científicos, *tolerado* o uso direto sustentável dos recursos apenas pelas comunidades tradicionais existentes no ato da criação” (grifo nosso).²⁸³

Pode-se remarcar, aí, a mesma noção de confronto entre preservação da natureza e sociedade, acompanhando estágios sucessivos de uma natureza mais natural e menos natural e de menos social a mais social.²⁸⁴

O documento do plano de 1979/1982 expõe a ambigüidade possível entre o valor científico da natureza e o valor essencialista da natureza. Pode-se dizer que essa noção de conservação da natureza ocupou um espaço importante nos discursos públicos acerca da natureza naquele período, conseguindo, inclusive grande divulgação e aceitação na mídia. Pode-se dizer, ainda,

²⁸⁰ DIEGUES, 1994.

²⁸¹ Sobre a denominação de santuários naturais para as reservas, ver BROSSE, 1989, p. 259.

²⁸² PLANO do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, 1979. p. 17.

²⁸³ Projeto de Lei n 2.892, de 1992. Dispõe sobre os objetivos nacionais de conservação da natureza, cria o Sistema nacional de Unidades de Conservação, estabelece medidas de preservação da diversidade biológica e dá outras providências. Mensagem, N 176/ 92, Cap. IV. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992.

²⁸⁴ FABIANI, 1985, p. 86.

que tal concepção ainda encontra aceitação considerável junto ao público que pode “passar ao largo” da realidade das populações “fronteiriças” às unidades de conservação, ou seja, os atuais moradores das cidades ou aqueles que não vivenciam os processos de demarcação de reservas ‘isoladas’ na vizinhança.

A segunda proposta de um Plano para um Sistema de Unidades de Conservação foi apresentada em 1992. A proposta inicial apresentou semelhanças com aquela apresentada em 1979/1982, mas foi gradualmente modificada no curso das discussões legislativas. A solução negociada nos debates desse Projeto de Lei para o SNUC chegou a uma definição de duas classes de unidades de conservação: as chamadas unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável. Entre as unidades de proteção integral encontram-se as categorias Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

Essas categorias representam os territórios nos quais se consolida o significado de santuários científicos, testemunhos de ambientes representativos de ecossistemas nacionais, nos quais a preservação total deve prevalecer, ou ser conciliada com outras atividades. Entende-se, então, a afirmativa de que, nos parques, o maior desafio passe a ser “conciliar visitação pública e preservação.”²⁸⁵

De acordo com o SNUC, os Parques e os Monumentos Nacionais destinam-se à conservação, ao turismo, à pesquisa e à educação ambiental. As categorias Estação Ecológica, Reserva Biológica e Refúgio da Vida Silvestre constituem os ambientes voltados exclusivamente para a pesquisa e a educação ambiental.

O Refúgio da Vida Silvestre é voltado para a proteção de “ambientes naturais onde se asseguram as condições para a existência ou a reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória”.²⁸⁶ Apenas nessa categoria e nos Monumentos Naturais é admitida a posse por particulares, na condição da aquiescência dos proprietários às condições propostas pelos órgãos públicos responsáveis pela gestão das unidades.

Entre as unidades de uso sustentável encontram-se as categorias Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural — RPPN. Este grupo absorve as categorias ligadas ao conceito de manejo econômico dos recursos e à manutenção das comunidades residentes e proprietários particulares.

A Reserva de Fauna é voltada para “estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos”.²⁸⁷

As Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna e Reservas de Desenvolvimento Sustentável mantêm a posse e o domínio públicos dos territórios e as Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares admitem a propriedade privada do solo.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável passa a ser a categoria na qual se admite a permanência das comunidades denominadas tradicionais, ou seja, aquelas que desenvolverem

²⁸⁵ PARQUE Nacional do Itatiaia. Disponível em www.ambientebrasil.com.br. Acesso em 17/11/2005, p. 1-4.

²⁸⁶ Lei 9.985, 18 jul. 2000.

²⁸⁷ Lei 9.985, 18 jul. 2000, art. 19.

atividades baseadas em “sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, [...] ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais”. Pretende-se com tal categoria de manejo “conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por essas populações”.²⁸⁸

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural são áreas delimitadas por iniciativa de proprietários rurais, que assinam um termo de compromisso de conservação junto à instituições públicas em caráter perpétuo.

A categoria foi institucionalizada em 1990,²⁸⁹ com objetivos idênticos aos concebidos para as Reservas Biológicas. Em 1996, ampliou-se o leque de objetivos com a inclusão do turismo, tornando-se semelhante à categoria Parque. No SNUC, apesar de enquadrada entre as unidades de uso sustentável, a categoria RPPN manteve os objetivos de pesquisa e educação ambiental e turismo, próprio das unidades de proteção integral.

É interessante observar a origem dessa categoria: a tipologia foi estabelecida para que proprietários rurais oficializassem práticas espontâneas de conservação de áreas naturais veio da demanda de proprietários que tinham interesse em legalizar reservas de caça. Assim, foram definidas, em 1977, os Refúgios Particulares de Animais Nativos.²⁹⁰ Posteriormente, com a proibição da caça esportiva no País, esta categoria foi substituída primeiro pela Reserva Particular de Fauna e Flora, em 1988,²⁹¹ e posteriormente pela categoria Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A caça, portanto, não pode ser remetida apenas à realidade das Florestas de Caça da Idade Média. Apesar do susto que a foto de caça no Yellowstone provoca atualmente, essa atividade contribuiu, já na segunda metade do século XX, para a delimitação de algumas áreas naturais protegidas brasileiras.

Pode-se dizer que o texto aprovado do SNUC apresenta a coexistência de três principais significados conferidos às reservas brasileiras atuais. O primeiro se refere à preservação integral, cujo objetivo principal é manter o patrimônio da biodiversidade, compatibilizando-se a ele a atividade turística em alguns casos.

O segundo mostra a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável, no qual se absorve a realidade dos conflitos sociais resultantes da delimitação de reservas. Há que se remarcar, nesse conceito, a importância da ascensão do valor concedido ao patrimônio etnográfico, com a inclusão de categorias voltadas para as atividades desenvolvidas por grupos de populações consideradas tradicionais.

O terceiro significado refere-se à importância das reservas voltadas para a produção florestal, observando-se, ainda a introdução da idéia de produção também faunística, em paralelo ao antigo conceito de patrimônio florestal.

O SNUC introduziu, também, a concepção de um processo participativo de delimitação de reservas, pois que instituiu a obrigatoriedade de estudos técnicos e de consulta às comunidades interessadas antes da delimitação de cada unidade. Excetuam-se as unidades

²⁸⁸ Lei 9.985, 18 jul. 2000.

²⁸⁹ DECRETO n 98.914 de 31 de janeiro de 1990.

²⁹⁰ IBDF, Portaria n° 327/77-P, de 29 de agosto de 1977.

²⁹¹ IBDF. Portaria n°217 de 27 de julho de 1988.

classificadas como Reserva Biológica e Estação Ecológica, categorias por excelência motivadas pelo valor da biodiversidade.

Pode-se dizer, com Mercadante, que, de forma geral, as unidades de conservação são, atualmente, “concebidas e administradas como parte de um processo mais amplo de ocupação racional e de desenvolvimento social e econômico regional.”²⁹² Observa-se que tal postura acompanhou as reformulações dos conceitos de conservação de áreas naturais advindos de debates internacionais e adotados por agências financiadoras e organizações internacionais. Tais debates ganharam divulgação a partir das orientações da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ou “Eco 92”, debates estes que enfatizaram o conceito de desenvolvimento sustentável.

É interessante remarcar, principalmente a partir da década de oitenta, a tendência internacional em situar a questão ambiental como uma responsabilidade relacionada a posições da sociedade. Substituindo a importância central das decisões do estado, cada vez mais as questões críticas ambientais são remetidas ao discernimento de posturas e à sensibilidade das pessoas no que se refere à opção individual ou de grupos por um padrão de consumo de recursos e suas implicações no âmbito ambiental.

Nesse processo em que se amplia o envolvimento com o tema ambiental, cresce o valor imaterial das unidades de conservação. Pode-se dizer de discursos ambientais a partir de realidades de convivência diferenciadas com a natureza. Tanto há grupos sociais que vivem e utilizam diretamente os recursos naturais de determinados tipos de áreas naturais protegidas como grupos que vivem distanciados fisicamente das reservas, mas têm na existência destas uma referência importante de uma melhor qualidade de vida.

A afinidade com as questões ambientais constitui o discurso hegemônico e tem permeabilidade por toda a sociedade. O ambiente urbano assume um papel importante nesse processo. É comum que os grupos urbanos reverenciem os espaços naturais protegidos. Os moradores das cidades manifestam esse afeto pela natureza ao programarem suas férias, ao buscarem o distanciamento das cidades em casas de campo ou ao manifestarem a expectativa de transferir suas moradias para condomínios fechados e cercados de verde. Como no antigo cenário das residências rurais inglesas, esses espaços recebem um tratamento paisagístico que faz esquecer e lembrar as avenidas. No terreno das representações, o espaço das reservas constitui, ainda hoje, o imaginário do contrário dos problemas urbanos, mas, ao mesmo tempo, seu complemento imprescindível. Parafraseando Harrison, pode-se dizer que o ambiente de fora, a floresta exterior, dá lugar à fantasia e ao extravasamento da simbologia da cidade.

²⁹² MERCADANTE, Maurício. O substitutivo do Deputado Fernando Gabeira: conteúdo e inovações. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PRESENÇA HUMANA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1996, Brasília. *Anais*. Brasília: IPAM/ISA/PPG-7/WWF/CDCMAM/CD, 1996, p. 62.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre unidades de conservação parece ser, hoje, falar de um assunto compacto, bem delimitado, desde sempre preciso e tratado como se a certeza do conceito de reservas dispensasse questionamentos, como acontece com as questões consideradas unânimes.

Com frequência, a delimitação de uma reserva de natureza é bem recebida pela sociedade, pois que é visualizada como uma forma de garantia da perpetuidade da vida no planeta. As pessoas sentem-se até mesmo reconfortadas com a criação de parques ou outros tipos de reservas, pois essa intervenção governamental é avaliada tendo como referência uma situação bem mais ampla, que logrou ser entendida como um fato presente na vida cotidiana: uma situação de risco ambiental globalizado.

Essa situação, por sua vez, é sentida como uma responsabilidade de cada um e uma responsabilidade social, diante da qual se é convocado a tomar uma posição e a agir. Com a característica de uma situação abrangente, que implica uma pluralidade de medidas, as respostas a ela também são percebidas como uma somatória de ações, que precisam contar com uma intenção unificada. Nesses termos, era de se esperar uma aprovação geral quanto ao estabelecimento de um número máximo de áreas protegidas a serem resguardadas dos usos econômicos convencionais – agrícolas, industriais, habitacionais e de serviços. Com exceção das pessoas eventualmente prejudicadas pela circunstância da criação de determinada reserva, de modo geral, essas serão bem aceitas, pois que todos se dispõem a zelar pelo patrimônio da biodiversidade, o que se consegue melhor mantendo as espécies animais e vegetais em seu meio natural. Mesmo entre os caçadores das áreas interioranas do Brasil, pode-se perceber a presença desse discurso em favor da preservação da vida dos animais silvestres em seu *habitat*, além de uma autodeclaração de inserção entre os adeptos da proteção ambiental. É possível, ainda, praticar a caça e compartilhar dessa sensibilidade. Mas, se há algumas décadas a caça era vista como um ritual compatível com a afinidade aos meios naturais, hoje é necessário lidar com justificativas para se entender tal ritual.

Entre os que vivem em contato com grandes espaços protegidos, ou áreas naturais remanescentes, é comum identificar os sons das aves locais e conhecer os hábitos dos animais que se tem a oportunidade de observar ocasionalmente, e mesmo saber, por outras vias que não a própria observação, tratar-se de animais raros e em vias de extinção. O mesmo ocorre em relação à flora. As pessoas se orgulham em poder enumerar os nomes populares de árvores locais e caracterizar a região a partir da vegetação predominante. Quer utilizem diretamente, ou não, os produtos das matas, as comunidades vizinhas aos espaços naturais se vêem envolvidas com o exercício, extremamente estimulado, de expor seu afeto pela natureza e se sentirem participantes da defesa do meio ambiente.

Ao mesmo tempo, a familiaridade com os espaços naturais não depende mais de uma vizinhança a esses locais. Cotidianamente, as pessoas se vêem mobilizadas pela proximidade com os espaços naturais produzida pelas imagens da televisão, pelas notícias acerca de animais silvestres declarados em extinção ou pelos anúncios que descrevem a importância das

espécies vegetais brasileiras para o desenvolvimento da indústria farmacêutica.²⁹³ Quem mora nos aglomerados urbanos explicita tal proximidade afetiva ao planejar as férias ou ao sonhar com uma chácara ou uma casa em condomínios fechados e inseridos em áreas naturais. Para os que não compartilham esses anseios é ainda possível, assim mesmo, vivenciar o sentimento de compensação que a criação de uma nova área de preservação provoca, quando anunciada nos noticiários ecológicos.

Dado esse contexto, analisar esse uso imaterial das unidades de conservação constitui, necessariamente, um exercício de desnaturalização desses processos mentais. Neste trabalho, optou-se por desenvolvê-lo por meio da remissão às representações históricas anteriores desses espaços, buscando-se recuperar as diferentes motivações para a criação dessas áreas especialmente delimitadas.

Ao elaborar a genealogia do conceito de reserva natural, percebeu-se que os significados atuais de reservas, isto é, aqueles que ocupam um espaço de supremacia na configuração das visões de áreas protegidas, apresentam diferenças importantes em relação aos conceitos antes hegemônicos, tanto no período de construção da idéia de parque no contexto estadunidense, quanto no período de adaptação do conceito no Brasil. A gênese da idéia parques nacionais, nos dois contextos, vinculava-se diretamente à demanda de formação da identidade das nações e da civilidade. Os parques nacionais eram estabelecidos tendo como justificativa a importância do acesso aos espaços naturais para o aperfeiçoamento da sociabilidade e para o adestramento individual às normas desta sociabilidade. Nesses termos, a natureza foi visualizada, como um espaço de freqüentação, voltado para o prazer e o benefício das pessoas.

A criação dos parques nacionais inseriu-se no movimento pela consolidação da nacionalidade. Os parques foram utilizados como símbolos de cultura, desenvolvimento e liberdade, no bojo das propostas de consolidação da república.

Nos Estados Unidos da América, o fato de haver grandes espaços vazios, ditos selvagens, forneceu um componente importante para o estabelecimento de um elo simbólico com a independência, uma vez que não existiam equivalentes de ambientes físicos no país colonizador. Esse aspecto físico possibilitou uma diferenciação, um elemento importante para a discriminação desses espaços como locais autenticamente nacionais.

Inspirados no processo de construção da idéia dos parques estadunidenses, os parques brasileiros também foram encaminhados como inerentes ao tema da transformação ética, política e social. O ambiente de retomada da discussão ética e política do País, bem como o questionamento dos rumos da república criaram as condições para a consolidação do tema dos parques nacionais. No Brasil, delimitar parques sugeria uma medida patriótica para equiparar o país às demais nações cultas e civilizadas, um item de um programa amplo de envolvimento da sociedade nos novos valores que se pretendia divulgar.

Foi possível perceber que a questão dos parques brasileiros, naquele período, inseria-se no debate sobre a produtividade florestal, enfatizada em função das propostas de modernização do espaço rural, da crítica dos moldes da economia agrícola e extrativista, bem como às propostas desenvolvimentistas ligadas ao processo de industrialização. A valorização dos

²⁹³ Sobre o fenômeno da espetacularização da natureza na televisão brasileira ver ANDRADE, Thales de. *Ecológicas manhãs de sábado: o espetáculo da natureza na televisão brasileira*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

recursos naturais brasileiros, incluindo a proposição de parques nacionais, constituía um importante expediente simbólico para a divulgação do ideário liberal, pertinente ao processo de rediscussão do modelo republicano brasileiro que se estabeleceu nas décadas de vinte e trinta. A formação de uma sensibilidade considerada culta para a apreciação da natureza constituiu a base para a propaganda dos parques nacionais brasileiros, tendo como referência as diretrizes veiculadas pelo liberalismo estadunidense. Referia-se à necessidade de uma ampla reforma ética que possibilitasse o desenvolvimento calcado na sobrevivência da unidade política do país, na afirmação da nacionalidade ligada à autonomia e a liberdade individual, mas compatibilizando as premissas liberais com a proposição de inserção social, via Estado.

É interessante observar como esse aspecto da formação da nacionalidade, que pode ser considerado um dos principais componentes para a formação do conceito de parques nacionais estadunidenses e brasileiros, deixou de ser enfocado no discurso atual que aborda a importância das áreas protegidas. O significado inicial dos parques torna-se superado, uma vez que se percebe como uma das tendências principais no processo de construção atual do conceito de unidades de conservação a aproximação da idéia de reservas naturais àquela de espaços a serem protegidos da freqüentação humana, equiparando-se a concepção de conservação ambiental à noção de isolamento dessas áreas às atividades humanas.

Tal noção de isolamento passa a direcionar as justificativas funcionais da maior parte das tipologias de reservas ou categorias de manejo contemporâneas. Pode-se dizer que o conceito unidades de conservação, da forma concebida pela legislação brasileira, a partir da segunda metade do século XX, estabelece como argumento prioritário para a manutenção dos espaços naturais, não o uso humano, mas o valor que a natureza possui em si, o valor que a natureza possui em sua essência. Foi o que se constatou por meio do exame dos instrumentos legais, estabelecidos a partir da segunda metade do século XX e pelos textos atuais de divulgação de reservas.

Observou-se que tal embate de significados se estabeleceu tendo como referência o discurso da ciência ecológica, utilizado pelos diversos grupos sociais envolvidos com o tema. Pode-se dizer que o argumento pelo valor da biodiversidade mostrou-se eficiente ao se tornar hegemônico em relação às antigas motivações para o estabelecimento das reservas. Isso, de tal forma que as antigas motivações podem tornar-se desconhecidas da maior parte das pessoas, até dos profissionais que trabalham com o tema das unidades de conservação.

O acompanhamento dos significados dos parques nacionais e do tema do turismo, tomados como ilustração neste trabalho, mostraram-se emblemáticos desse percurso. Foi possível verificar, na discussão dos atuais conceitos de parques, que a visitação apresenta-se como um empecilho para o desempenho das demais funções ligadas à tipologia, passando a ser posta como um problema a minimizar.

Tendo em conta as primeiras expectativas de uso dos parques, pode-se dizer de uma mudança significativa, ou mesmo de uma inversão no significado do turismo. No momento da independência dos EUA, os espaços abertos sem ocupação puderam absorver a demanda simbólica de monumento nacional graças à existência de uma aspiração coletiva ligada à visitação. Além da preocupação com a conservação dos espaços naturais motivada pelo crescente afeto pela natureza, os parques também eram visualizados como uma maneira de formar cidadania. O mesmo se pôde observar com relação ao contexto brasileiro, no período de divulgação da idéia dos primeiros parques.

Assim, quando se examina a inserção, hoje, do turismo nos parques pode-se constatar uma lógica que inverte os significados iniciais de turismo e de sua relação com o aprimoramento individual e social e como uma atividade que induz à capacidade de refinamento da conduta, ou uma maneira de habilitar-se para seguir procedimentos civilizados. Hoje, ao contrário, para que o turismo seja compatível com a prática de conservação nas áreas naturais protegidas, estabelece-se, como requisito, um adestramento prévio das pessoas que vão adentrar a natureza, uma pré-condição de civilidade, uma educação ambiental para o aprendizado do contato com a natureza. A visita dos parques não mais proporciona a educação humana, ao contrário, exige uma reeducação, para permitir a passagem do ambiente humano para o ambiente natural.

O pressuposto é, portanto, da existência de dois ambientes, um natural e outro humano, que precisam ser compatibilizados pela formação individual e social. Essa contradição entre homem e natureza não estava colocada, como se viu, no ideário formador dos primeiros parques naturais.

Os antigos elementos componentes de formulação do conceito são transformados ao se trabalhar com as formulações atuais do conceito de unidades de conservação, ou seja, as antigas representações desaparecem nas definições atuais dos parques. Trabalha-se, hoje, com a idéia da formação dos primeiros parques nacionais como um processo restrito de desenvolvimento da sensibilidade ambiental, nos moldes em que é concebida atualmente. Os primeiros parques são, então, retratados como se resultassem de um afeto pelos espaços não modificados, como se fossem um ímpeto de recusa ao desenvolvimento.

De fato, essa questão constituiu um componente importante do processo de formação do conceito de parques, mas não se pode identificá-lo simplesmente ao significado atual de ambientalismo ou conservação da natureza. As profundas modificações na idéia de natureza que permitiram a concepção de reservas encontram-se em um contexto histórico bem particular, que foram conjugadas com as modificações na idéia de natureza que se estabeleceram no Ocidente, desde o século XVI. Pode-se sublinhar que os estadunidenses trouxeram da Inglaterra a afeição pelos espaços campestres e pelos animais. Tal afeição, inicialmente, dirigiu-se a uma noção de *wilderness* híbrido dos opostos, construído como uma reverência recíproca dos espaços rústicos campestres e florestados e aos espaços urbanos. Trata-se do momento em que entrou em voga o plantio das alamedas nas casas inglesas de campo, reverências às cidades e aos espaços naturais.

* *
*

Retomando o ponto inicial deste texto – a reação de um gestor de reserva contemporâneo, que viu na cena da caça uma experiência interdita pela noção de reserva – fica claro que a caça, como qualquer outro indício de presença humana em áreas protegidas, é visualizada como constituindo uma deformação do “bom afeto” à natureza. Tal conformação dos sentidos em relação à demarcação de áreas naturais protegidas negligencia o fato histórico de que a caça e a freqüentação humana consistiam os grandes argumentos das concepções mesmas de reservas e parques naturais.

Nesse sentido, pode-se dizer de um enquadramento das sensibilidades ambientais contemporâneas que se estende para todo o passado, ou seja, um enquadramento anacrônico das concepções ambientalistas, pois que apresenta-se como atemporal e, portanto, essencializado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CRUZADA do reflorestamento. As árvores são nossas melhores amigas! *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, v.1, n.4, p.18, out. 1929.

A QUESTÃO ambiental em Minas Gerais: discurso e política. Belo Horizonte: Fundação Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / Fundação João Pinheiro, 1998. 328p.

ABREU, Maurício de Almeida. A cidade, a montanha e a floresta. In: ABREU, Maurício de Almeida (Org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. p. 54-103.

AMBIENTEBRASIL. Parque Nacional do Itatiaia. Disponível em: <www.ambientebrasil.com.br>. Acesso em: 17 nov. 2005.

ANDRADE, Oswald. *Pau Brasil*. São Paulo: Globo, 2003. 230p.

ANDRADE, Thales de. *Ecológicas manhãs de sábado*: o espetáculo da natureza na televisão brasileira. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003. 239p.

BACZKO, Bronislaw. *Lês imaginaires sociaux. Mémoires et espoirs collectives*. Paris: Payot, 1984.

BECHMANN, Roland. *Des arbres et des homes*: la forêt au moyen age. Paris: Flammarion, 1994. 385p.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. *Relatório da Comissão do Patrimônio (1822-1922)*. Rio de Janeiro: Empresa Brasil Editora, 1922.

BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código das Águas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1934.

BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1935.

BRASIL. Decreto nº. 1.713 de 14 de junho de 1937. Crêa o Parque Nacional de Itatiaia. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.

BRASIL. Decreto Legislativo nº3 de 13 de fevereiro de 1948. Aprova a Convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 8 out. 1949.

BRASIL. Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 set. 1965.

BRASIL. Decreto n. 58.054 de 23 de março de 1966. Promulga a convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas dos países da América. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 mar. 1966.

BRASIL. Lei 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 de janeiro de 1967.

BRASIL. Lei nº 6.902 de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 31 ago. 1981.

BRASIL. Decreto nº 1.922 de 5 de junho de 1996. Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jun. 1996.

BRASIL. Projeto de Lei n. 2.892, de 1992. Dispõe sobre os objetivos nacionais de conservação da natureza, cria o Sistema nacional de Unidades de Conservação, estabelece medidas de preservação da diversidade biológica e dá outras providências. Mensagem, n. 176/92, cap. 4. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRESSAN, Delmar. *Gestão racional da natureza*. São Paulo: Hucitec, 1996.

BROSSE, Jacques. *La mythologie des arbres*. Paris: Plon, 1989. 360p.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

CADORET A. (Ed.) *Protection de la nature: histoire et ideologie*. Paris: L'Harmattan, 1985, 245p.

CAMARGOS, Regina. Reservas naturais no Brasil: a transição dos conceitos. In: *Direito Ambiental: legislação, jurisprudência e doutrina*, v. 1. Belo Horizonte: FEAM, 2001, 1 CD-ROM. (Originalmente apresentada como dissertação de Mestrado em Geografia, na Universidade Federal de Minas Gerais, 1999).

CAMARGOS, Regina. Nascimento da APA-Sul RMBH: o poder da polêmica. In: ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 131- 146.

CAMARGOS, Regina. Muitos olhares sob a Mata Escura: o delineamento atual de uma reserva biológica. In: COSTA, Heloísa Soares Moura. *Novas periferias metropolitanas*. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006. p. 217-236.

- CAMPBELL, Colin. A ética romântica e o espírito do consumismo moderno. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. 400p.
- CAMPOS, Haroldo de. Uma poética da racionalidade. In ANDRADE, Oswald. *Pau Brasil*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2003. p. 32
- CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 23, p. 95-115, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166p.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1998. 256p.
- CASSIRER, Ernst. *The platonic renaissance in England*. New York: Gordian Press, 1970. 205p.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude. La “naturalisation” de la campagne: une autre manière de cultiver les “simples”? In CADORET, A. *Protection de la nature: histoire et idéologie*. De la nature à l’environnement. Paris: L’Harmattan, 1985. p. 138-151.
- CHAMPAGNE, Patrick. Cow-boy for ever. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n., p. 19-20, juin. 1992.
- CONAN, Michel. Découverte et invention du Yellowstone: esquisse de l’histoire de la création d’une culture visuelle aux États-Unis au XIXe siècle. In: CADORET, A. *Protection de la nature, histoire et idéologie: de la nature à l’environnement*. Paris: L’Harmattan, 1985. p.175-192.
- CORBIN, Alain. *L’homme dans le paysage: entretien avec Jean Lebrun*. Paris: Textuel, 2001. 190p.
- CORREIA, Leôncio. Discurso inaugural. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 12-18, mar. 1935.
- COSTA, Araújo. Parques Nacionais. *Revista Florestal*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 17-19, out. 1929.
- COSTA, José Pedro de Oliveira. Parques Nacionais: Parque Nacional do Itatiaia. Disponível em : <www.mre.gov.br/cd_brasil/itamaraty>. Acesso em: nov. 2005.
- CRONOM, *Changes in the land: indians, colonists, and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 2003.
- CULPIN, Mary Shivers. *For the benefit and enjoyment of the people: a history of concession development in Yellowstone National Park*. Wyoming: National Park Service, Yellowstone National Park, 2003. Disponível em: <www.cr.nps.gov/yell/history/online>. Acesso em: 6 jun. 2004.

DE MAN, Paul. *The rhetoric of romanticism*. New York, Columbia University Press, 1984. 326p.

DE PAULA, Silvana Gonçalves. Gilberto Freire e a construção da modernidade brasileira. 1990, 269 f.. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994. 163 p.

DIEGUES, A. C., NOGARA, P. J. *O nosso lugar virou parque*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994. 187p.

EDITORIAL. *Revista Florestal*. ano 1, n. 1, , Rio de Janeiro, jul. 1929.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992. 421p.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 201p.

FABIANI, J. L. Science des écosystèmes et protection de la nature. In: A CADORET, A. (Ed.). *Protection de la nature, histoire et ideologie*. Paris: L'Harmattan, 1985, p. 75-93.

FARIA, José Caetano de Faria. A arvore perante a filosofia. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 37, mar. 1935.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Remanescentes de um pretérito mais que perfeito. *Debates Socioambientais*, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 20-23, 1999.3

FONSECA, Alda Pereira da. Parque Nacional. *Boletim do Museu Nacional*, (Primeira Conferência Brasileira de Proteção á Natureza). Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, março de 1935.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução Laura de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. 79p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1996. 295p.

GABLE, Eric, HANDLER, Richard. After authenticity at an american heritage site. *American Antropologist*, v. 98, n. 3, p. 568-578.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

GUANABARA, Secretaria de Economia, Departamento de Recursos Naturais, *Floresta da Tijuca*. Rio de Janeiro: Centro de Conservação da Natureza, 1966. 151p.

GUSDORF, George. *Le savoir romantique de la nature*. Paris: Payot, 1985. 345p.

HANDLER, Richard. Authenticity. *Anthropology Today*, v. 2, n. 1, 1986.

HARRISON, Robert. *Forêts: essai sur l'imaginaire occidental*. Trad. de Florence Naugrette. Paris: Flammarion, 1992. 402p.

JABOR, S. Nas Agulhas Negras: a grande realização da Escola Polytechnica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 nov. 1935.

KOPPES, C. Efficiency, equity, esthetics, shifting themes in american conservation. In WORSTER, D. (Ed.) *The ends of the earth: perspectives on modern environmental history*. Cambridge University Press, 1989.

LAMEGO, A. R. O massiço do Itatiaia. *Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico*. n. 88, p. 7, 1936.

LENOBLE, R. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990. 367p.

LIBERALI, Frederico Augusto. [Discurso sobre saneamento e embelezamento da Capital Federal]. In: CONGRESSO DE ENGENHARIA E INDUSTRIA, 1900-1901, *Anais...* Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, v. 3, 175-183, fev. 1901.

LOPES, Raimundo. A natureza e os monumentos culturais. *Revista do SPHAN*, n. 1, p. 77-78, 1937.

LOUREIRO, Carlos Frederico. *O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003. 159p.

MARSHALL, Willian. Foto 56: "Successful Hunters Dressing Elk (1876)." EUA. Publ: Fitchburg, Mass [187...]. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil.

MARSHALL, Willian. Foto 71: "Grand Cañon of Yellowstone, 1200 to 1500 ft deep"(1896)." EUA. Publ: Fitchburg, Mass [187...]. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Brasil.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von.; SPIX, Johan Baptist von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

MERCADANTE, Maurício. O substitutivo do Deputado Fernando Gabeira: conteúdo e inovações. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PRESENÇA HUMANA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1996, Brasília. *Anais*. Brasília: IPAM/ISA/PPG-7/WWF/CDCMAM/CD, 1996. p. 61-66.

MINUTA do Decreto que proíbe que se cortem árvores, madeiras, lenhas e matos em todo o terreno que rodeia as nascentes do rio Carioca, 1817, Biblioteca Nacional, Manuscritos, I 28, 32-4.

MOREIRA, Evandro Soares. O Jardim Botânico do Brasil e no século XIX, instituição científica também voltada para a prática agrícola. Dissertação (Mestrado). Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1981.

MORTON, Nathaniel, *New Englands Memorial* (1669), Howard Hall (org) Nova York, 1937

MURGEL, Ângelo. *Parques nacionais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

NASCIMENTO, Léo. 65 anos do 1º Parque Nacional do Brasil. Disponível em: <www.crescentefertil.org.br/historiamantiqueira>. Acesso em: nov. 2005.

NASH, Roderick. *Wilderness and the american mind*. 3. ed. New Haven: Cambridge, Yale University Press, 1982. 425p.

NEVES, Lourenço Baeta. *Hygiene das cidades*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas, [1913?]

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Paulo Prado: Retrato do Brasil. In MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 1999. p 191-214.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos, representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. 224p.

OLMSTED JR., Frederick, KIMBALL, Theodora (eds.). *Forty years of landscape architecture: Central Park*. Cambridge, Mass, 1973.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 318 p.

PALMELLA, José. *Ascensão ao paraíso Itatiaia: Cartas à Viscondessa de Araim*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1889.

PANIZZUTTI, Nei. *Resende, cidade sesquicentenária*. Resende: Editora AMAM, 1998.

PARQUE Nacional do Itatiaia. Disponível em <www.ambientebrasil.com.br>. Acesso em 17 nov. 2005.

PARQUES Nacionais Brasileiros - estimulando o desenvolvimento do turismo, com medidas de grande alcance patriótico. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 47, 10 jan. 1932. Suplemento.

PETERSON, Richard, A. La fabrication de l'authenticité: la country music. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 93, juin 1992. p. 3-19.

PINÇON, Michel, PINÇON-CHARLOT, Monique. *La chasse à courre: ses rites et ses enjeux*. Paris: Payot & Rivages, 1996. 303p.

PINTO, E. Roquete. Parques Nacionais. *Boletim do Museu Nacional, Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 55, mar. 1935.

PLANO do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil. Brasília: IBDF/FBCN, 1979. 105p.

PLANO do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil. Brasília: MA/IBDF/FBCN, 1982. 173 p.

POOLE, Joshua, *The English Parnassus*, 1657; ed., 1677. In: THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RACIOPPI, Vicente de Andrade. Reserva do Itacolomi em Ouro Preto. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, n. 1, vol. XI, p. 61-63, mar. 1935.

REBOUÇAS, André. Guia para os alunos da 1ª cadeira do 1º ano de Engenharia Civil. Rio de Janeiro: Edit. Tipográfica Nacional, 1885, In: SANTOS, Sydnei M. G. *André Rebouças e seu tempo*. Rio de Janeiro: 1976. [s.e.]

REBOUÇAS, André. *Província do Paraná, Caminhos de Ferro para Mato Grosso e Bolívia*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876.

RIBEYROLLES, Charles de. *Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia: Edusp, 1980.

RODRIGUES, João Barbosa. *Hortus Fluminensis ou breve noticia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 24, p. 97-105, 1996.

RUTLEDGE, Alberto. *Anotam of a Park*. New York: McGraw-Hill, 1971. 180p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes: Edusp, 1972.

SAMPAIO, A J. *Biogeographia Dynamica: a natureza e o homem no Brasil, noções gerais e estudo especial da Proteção à Natureza no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 337p. (Série Brasileira, 5, v. 3).

SAMPAIO, A J. Congressos de Proteção à Natureza, *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, mar. 1935,

SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 645p.

SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem numa série de cartas*. Trad. Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2002. 158p.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel / Fapesp, 1996. 255p.

SEMINÁRIO PRESENÇA HUMANA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1996, Brasília. *Anais*. Brasília: IPAM/ISA/PPG-7/WWF/CDCMAM/CD. 126p.

SERVIÇO Florestal do Brasil. O nosso programa. *Revista Florestal*. v.1, n.1, Rio de Janeiro, p. 12, jul. 1929.

SMITH, Henry Nash. *Virgin Land. The americanwest as symbol and myth*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1971. 303 p.

SOUZA, Paulo F. de. *Contribuição ao estudo do problema dos parques nacionais*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura / Conselho Florestal, Diretoria de Estatística e da Produção, 1936. p. 23-24

STEWART, Susan. *On Longing. Narratives of the miniature, the gigant, the souvenir, the collection*. Durham and London: Duke University Press, 1993. 213p.

THE GREAT Divide: Travels in the upper Yellowstone in the summer, *The Irish Earl*, Duraven, 1874.

THE JOURNALS of Francis Parkman, New York: Mason Wade, 947, 2v.

THE OREGON Trail, New York, 1872, p. 12-13.

TERRA, Carlos G. *O jardim no Brasil no Século XIX: Glaziou revisitado*. Rio de Janeiro: EBA: UFRJ, 2000. 166p.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 454p.

TORRES, Alberto. *As fontes de vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Edição do autor, 1915. 48p.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: Introdução a um programa de organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. 150p.

TRILLING, Lionel. *Sincerity and authenticity*. New York and London: Harcourt Brace Jovanovich, 1972. 169p.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS. *Estratégia mundial para a conservação: a conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentado*. São Paulo: CESP, 1984. 52p.

URBAN, Teresa. *Saudades do matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR / Fundação O Boticário de Proteção à Natureza / Fundação MacArthur, c 1998. 371 p.

XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro. A natureza no Patrimônio Cultural do Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 22, p. 233, 1981.

YELLOWSTONE National Park. Disponível em: <<http://www.cr.nps.gov.yell/history.htm>>. Acesso em: 21 out. 2005.